

**Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados**

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

**<http://bd.camara.gov.br>**

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."





**CÂMARA DOS DEPUTADOS  
CENTRO DE FORMAÇÃO, TREINAMENTO E APERFEIÇOAMENTO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO**

**João Carlos Ferreira da Silva**

**Assaltos ao Parlamento:  
estudo comparativo dos episódios do Ibad e do Mensalão**

**Brasília  
2007**

**João Carlos Ferreira da Silva**

**Assaltos ao Parlamento:  
estudo comparativo dos episódios do Ibad e do Mensalão**

*Monografia apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação do Cefor como parte das  
exigências do curso de Especialização em  
Instituições e Processos Políticos do  
Legislativo.*

Orientadora: Regina da Cunha Rocha

**Brasília**

**2007**

## **Autorização**

Autorizo a divulgação do texto completo no sítio da Câmara dos Deputados e a reprodução total ou parcial exclusivamente para fins acadêmicos e científicos.

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data: 16 de março de 2007.

Silva, João Carlos Ferreira da.

Assaltos ao Parlamento [manuscrito] : estudo comparativo dos episódios do IBAD e do Mensalão / João Carlos Ferreira da Silva. -- 2007.  
83 f.

Orientadora: Regina da Cunha Rocha.

Impresso por computador.

Monografia (especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Instituições e Processos Políticos do Legislativo, 2007.

1. Brasil. Congresso Nacional. 2. Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). 3. Política e governo, Brasil. 3. Corrupção na política, Brasil. I. Título.

CDU 328.185 (81)

**Assaltos ao Parlamento:  
estudo comparativo dos episódios do Ibad e do Mensalão**

*Monografia – Curso de Especialização em  
Instituições e Processos Políticos do Legislativo – 1º Semestre de 2007.*

Aluno: João Carlos Ferreira da Silva

Banca examinadora:

---

Regina da Cunha Rocha

---

Antonio José Barbosa

Brasília, de março de 2007

## **Agradecimentos**

Em uma família na qual – felizmente – de tudo se fala e tudo se discute, minha esposa, Ruth, e meus filhos, Paula, Cristina, Gracielle e André, sempre participaram, cada um a seu modo, deste trabalho.

O colega Casimiro Pedro da Silva Neto colaborou, com conhecimento e boa vontade, na pesquisa e conferência de informações.

O professor Marcelo Lacombe ajudou-me, cortesmente, a esclarecer alguns aspectos de Ciência Política constantes deste estudo.

A professora Regina da Cunha Rocha foi uma orientadora segura e dedicada, apontando caminhos e insistindo na busca permanente de qualidade.

A excelência das aulas do professor Antonio José Barbosa ampliou meu interesse pela História do Parlamento Brasileiro. Devo a ele também a generosa avaliação de um esboço da comparação aqui empreendida – o que me animou a propor este trabalho – e o apoio, entusiasmado, para que perseverasse no tema.

A Câmara dos Deputados propiciou todas as condições necessárias para a participação no curso de Instituições e Processos Políticos do Legislativo e a elaboração desta monografia.

Diversos outros familiares e amigos também ajudaram; a todos expresso a minha gratidão.

*“A toda hora rola uma história  
que é preciso estar atento”*

**Paulinho da Viola** – Rumos dos Ventos

## **Resumo**

O trabalho faz uma comparação entre os episódios do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), ocorrido em 1963, e o do Mensalão, descoberto em 2005. Ambos foram objeto de inquéritos parlamentares, e o que o estudo busca, a partir dos relatórios dessas investigações e da literatura disponível, é verificar se, apesar dos vieses ideológicos opostos, há entre eles semelhanças que indiquem um padrão. São analisados, para isso, os quadros institucionais vigentes nas duas ocasiões, os momentos políticos em que ocorreram, os objetivos dessas tentativas, a estrutura montada para executá-las, a abundância e a origem obscura dos recursos utilizados e o uso de agências de publicidade para escamoteá-los.

**PALAVRAS-CHAVE:** *Ibad; Instituto Brasileiro de Ação Democrática; Governo Goulart; Mensalão; Valerioduto; Governo Lula; Congresso Nacional; corrupção; controle parlamentar.*



## Siglas

**ABAP** – Associação Brasileira de Agências de Publicidade

**ADEP** – Ação Democrática Popular

**ADP** – Ação Democrática Parlamentar

**CBN** – Central Brasileira de Notícias

**CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito

**CIA** – Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência) dos Estados Unidos

**CPMF** – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira

**CPMI** – Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

**ECT** – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

**IBAD** – Instituto Brasileiro de Ação Democrática

**IGP-DI** – Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna

**IPES** – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

**MTR** – Movimento Trabalhista Renovador

**PCB** – Partido Comunista Brasileiro

**PCdoB** – Partido Comunista do Brasil

**PDC** – Partido Democrata Cristão

**PDT** – Partido Democrático Trabalhista

**PEC** – Proposta de emenda constitucional

**PFL** – Partido da Frente Liberal

**PGR** – Procuradoria-Geral da República

**PL** – Partido Libertador (extinto pelo Ato Institucional nº 2, em 1965), quando em referência ao episódio do Ibad; Partido Liberal (criado em 1985), em relação ao episódio do Mensalão

**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

**PMN** – Partido da Mobilização Nacional

**PN** – Publicidade e Negócios

**PP** – Partido Progressista (nome adotado pelo PPB em abril de 2003)

**PPB** – Partido Progressista Brasileiro (nome utilizado até abril de 2003, quando passou a chamar-se apenas Partido Progressista, com a sigla PP)

**PPS** – Partido Popular Socialista

**PR** – Partido Republicano

**PRP** – Partido de Representação Popular

**PRT** – Partido Rural Trabalhista

**PSB** – Partido Socialista Brasileiro

**PSD** – Partido Social Democrático

**PSDB** – Partido da Social Democracia Brasileira

**PSP** – Partido Social Progressista

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro

**PTC** – Partido Trabalhista Cristão

**PTN** – Partido Trabalhista Nacional

**UDN** – União Democrática Nacional

## Sumário

Introdução.....	11
Capítulo I – O episódio do Ibad.....	17
Capítulo II – O episódio do Mensalão.....	41
Capítulo III – Ibad e Mensalão: semelhanças e coincidências.....	59
QUADROS INSTITUCIONAIS – O presidencialismo de coalizão.....	60
MOMENTOS POLÍTICOS – O discurso das reformas.....	63
OBJETIVOS – O controle do Congresso.....	69
ESTRUTURAS – Coordenação central e operação triangular.....	71
DINHEIRO – Abundância e origem obscura.....	74
PUBLICIDADE – Um meio de esconder.....	76
Conclusão.....	79
Referências.....	83

## Introdução

Por duas vezes, em uma história de 180 anos, a Câmara dos Deputados viu-se constrangida a investigar formalmente tentativas de controle em larga escala das decisões legislativas, feitas com o objetivo de assegurar os resultados de votações importantes mediante o uso de vultosos recursos financeiros. Foram momentos de acentuada tensão política e amplas discussões sobre prerrogativas e limites da investigação parlamentar, dividindo as opiniões no Congresso Nacional e despertando o interesse da sociedade a ponto de entrarem em voga pelo menos dois neologismos, *ibadiano* e *mensalão*.

Na primeira dessas ocasiões, em 1963, uma Comissão Parlamentar de Inquérito investigou o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), que tivera forte presença financeira na campanha eleitoral do ano anterior<sup>1</sup>, e passara a atuar internamente no Poder Legislativo por meio de uma frente denominada Ação Democrática Parlamentar (ADP)<sup>2</sup>. Como participante do intenso debate então travado na Câmara, a ADP contrapunha-se às propostas de mudanças defendidas pelo presidente da República, João Goulart – reforma agrária, reforma urbana, reforma eleitoral e limitação da remessa de lucros para o exterior, entre outras –, e reforçava a campanha anticomunista que o Ibad desenvolvia pela mídia.

À época, a Câmara era formada por 409 deputados<sup>3</sup>, e, segundo uma testemunha daquele momento, Paulo Affonso Martins de Oliveira, “a ADP<sup>4</sup> contava com aproximadamente 150 membros, entre os quais parlamentares de grande expressão [...]”<sup>5</sup>. Se não alcançavam maioria, portanto, os chamados ibadianos tinham, pelo menos, força

---

<sup>1</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Relatório final da CPI do Ibad (Projeto de Resolução nº 35, de 1963, parecer do relator e declarações de voto)*. Brasília: Diário do Congresso Nacional, 14/12/1963, seção I, p. 9937-9963. (Disponível também em [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br); último acesso: 16/02/2007). Doravante, para simplificar a consulta, toda citação textual desse relatório será identificada no rodapé, resumidamente, pela expressão CPI DO IBAD, seguida do número da página em que pode ser encontrada.

<sup>2</sup> Alguns autores tratam a Ação Democrática Parlamentar, atuante no Congresso Nacional, pela sigla Adep, que identificava outra entidade ligada ao Ibad, a Ação Democrática Popular, financiadora de candidatos às eleições de 1962; em contrapartida, esta aparece, algumas vezes, como ADP. Este trabalho, seguindo o relatório da CPI e uma obra clássica sobre o tema (DREIFUSS, René Armand. 1964: *a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 3. ed., 1981), utilizará a sigla ADP para a frente parlamentar e a sigla Adep para a Ação Democrática Popular. Para facilitar a leitura, quando uma citação contrariar tal critério, será feita a alteração, com ressalva em nota de rodapé.

<sup>3</sup> Cfme. NICOLAU, Jairo. *Banco de dados 1945-1962*. (Disponível em [www.jaironicolau.iuperj.br](http://www.jaironicolau.iuperj.br); último acesso: 13/02/07).

<sup>4</sup> Adep no original.

<sup>5</sup> OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. *O Congresso em meio século: depoimento a Tarcísio Holanda*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005, p. 87.

suficiente para barrar emendas constitucionais, indispensáveis a várias propostas reformistas do governo<sup>6</sup>.

Naquele período, início dos anos 1960, acirravam-se, no plano internacional, os antagonismos da Guerra Fria, em cujos pólos encaixavam-se, de um lado, o Ibad, e, de outro, a postura esquerdista que seus representantes denunciavam em Goulart. Enquanto isso, no plano interno, vivia-se a única experiência parlamentarista da república brasileira, realçando o papel do Poder Legislativo.

Bem mais tarde, em 2005, uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, cujo objetivo inicial era investigar suspeitas de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, passou a apurar denúncias de existência de um esquema chamado “Mensalão”, que visaria ao controle, pelo governo, de uma folgada maioria na Câmara<sup>7</sup>. Para alcançá-la e mantê-la, seriam pagas *mesadas* a deputados, o que explica o nome atribuído ao episódio. Conforme o jornalista Leonardo Attuch, que atuou na cobertura dos trabalhos da CPMI – e, como se verá adiante, acabaria tendo o próprio trabalho envolvido em polêmica –, ficou caracterizada a montagem de “um sofisticado mecanismo de cooptação de parlamentares, seja em torno de votações no Congresso, seja em torno de alianças políticas para eleições municipais, estaduais ou federais”<sup>8</sup>.

Esse episódio veio a público em meio ao primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003. Lula não formou um governo de esquerda<sup>9</sup> – a menos que se pense em avaliá-lo tomando por base os estreitos limites ideológicos dos já

---

<sup>6</sup> A Constituição de 1946 admitia duas possibilidades de emendas em seu texto. Pelo Art. 217, § 2º, seria aceita a emenda aprovada em duas discussões por maioria absoluta da Câmara e do Senado, em duas sessões legislativas ordinárias e consecutivas; já o § 3º dizia que, se a emenda obtivesse numa das Casas, em duas discussões, o voto de dois terços dos seus membros, seria logo submetida à outra, e, uma vez aprovada pelo mesmo trâmite e por igual maioria, dar-se-ia por aceita. Este segundo processo era o utilizado na prática.

<sup>7</sup> Enquanto a Comissão que investigou o Ibad era constituída apenas por deputados, a de 2005 foi instalada em conjunto pelas duas Casas do Congresso e integrada também por senadores, daí chamar-se “mista”. Além disso, por seu propósito inicial, tornou-se conhecida como “CPMI dos Correios”, embora as investigações relacionadas com o pagamento de mesadas a parlamentares acabassem dominando boa parte dos trabalhos e obtendo repercussão muito maior na opinião pública. Uma outra comissão, chamada “CPMI da Compra de Votos”, que pretendia investigar principalmente o Mensalão, funcionou na mesma época, mas não chegou a aprovar relatório final, apenas divulgou um relatório parcial em conjunto com a CPMI dos Correios.

<sup>8</sup> ATTUCH, Leonardo. *A CPI que abalou o Brasil: os bastidores da imprensa e os segredos do PT*. São Paulo: Futura, 2006, p. 156.

<sup>9</sup> Em entrevista ao jornal Valor Econômico, o então ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, afirmou: “O governo não é de esquerda. É um governo de coalizão, de frente. Numa frente política e numa coalizão,

lembrados anos 60; seja, porém, por sua origem de torneiro-mecânico, seja por sua trajetória de sindicalista, ou ainda pela condição de fundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores, era visto, à época da posse, como líder de um governo “popular” ou “progressista”.

Descontando a ambigüidade que envolve esses termos, e sem pretender discuti-los aqui, pode-se admitir como provável, de qualquer modo, que o presidente enfrentasse a oposição dos setores ditos conservadores, e tivesse alguma dificuldade para realizar reformas, especialmente se envolvessem emendas constitucionais e, portanto, exigissem quorum qualificado nas duas Casas do Congresso Nacional<sup>10</sup>. Registre-se, aliás, por oportuno, que, embora aceitas publicamente pelos partidos de oposição, as duas primeiras reformas propostas por Lula deram mostras dessa dificuldade: a da Previdência sofreu diversas alterações no texto elaborado pelo Executivo, e a Tributária não chegou a se completar ao longo do primeiro mandato presidencial.

O objetivo do Mensalão teria sido, então, reduzir resistências aos principais projetos do governo, garantindo-lhes a maioria de que o PT e os partidos a ele coligados para a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva não dispunham<sup>11</sup>.

Há, certamente, grandes diferenças entre os dois episódios.

No primeiro, o foco era a consolidação, no Congresso, de uma oposição conservadora, de modo a evitar as reformas defendidas por Jango; no segundo, o objetivo era ampliar o apoio parlamentar a um governo popular ou progressista, garantindo a aprovação dos seus projetos. No primeiro, vastos recursos financeiros foram utilizados a partir da campanha eleitoral de 1962, ajudando a financiar centenas de candidaturas em vários estados, em troca da futura fidelidade parlamentar; no segundo, a compra de opinião

---

you can accept, in turn of objectives determined, parties of the left and parties that are not.” (VALOR ECONÔMICO, São Paulo, 01/03/04, p. A6).

<sup>10</sup> A Constituição de 1988, art. 60, manteve os dois turnos de votação em cada Casa, já previstos na Carta de 1946, mas alterou o quorum, estabelecendo a aprovação por três quintos dos respectivos membros.

<sup>11</sup> A coligação que apoiou Lula em 2002 era formada por PT, PL, PCdoB, PMN e PCB; o PT elegeu 91 deputados federais, e a coligação atingiu, no total, 130 deputados (disponível em: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br); último acesso: 20/11/06). Na época da posse, o total havia alcançado 139 deputados, representando 27% da composição da Câmara (disponível em: <http://www.camara.gov.br>; último acesso: 20/11/06), mas a base de sustentação do governo fora acrescida de parlamentares do PPB, do PSB, do PPS, do PDT, e ainda, com o tempo, do PMDB – em número incerto, pois o apoio não era integral –, ultrapassando o mínimo de 308 deputados exigido para a aprovação de emendas constitucionais. Mais tarde, alguns desses partidos começaram a se afastar do governo, em um movimento que se acentuou com o surgimento das denúncias sobre o Mensalão.

teria começado no interior do Congresso, após as eleições de 2002, avançando, conforme as constatações da CPMI, que serão vistas adiante, para o pleito municipal de 2004.

O presente estudo reconhece a existência dessas e de outras diferenças, mais ou menos evidentes, mas não se deterá nelas. Ao contrário, terá como foco a possível ocorrência de semelhanças e até coincidências marcantes entre os dois casos. O que se pretende verificar, por intermédio de comparação, é se os quadros institucionais, os momentos políticos, os propósitos e os métodos empregados nas duas situações assinalam um padrão, ou seja, aparecem em ambas as tentativas, e, ocorrendo isso, se de alguma forma induzem ou facilitam a pretensão de controlar irregularmente as decisões legislativas.

Não importa discutir aqui os resultados práticos do Mensalão, assim como parece irrelevante avaliar se o Ibad teve sucesso ou fracassou ao interferir nas eleições de 1962, considerando que não conquistou maioria na Câmara dos Deputados; o que está em estudo é o processo, a tentativa de formar maioria por métodos ilegais.

A qualificação genérica dos dois episódios como “assaltos”, adotada no título do projeto, não tem o significado de roubo, habitualmente aplicado a tal termo, nem busca sensacionalismo, mas também não é casual. Faz-se referência, aqui, ao livro “O assalto ao Parlamento”, editado pelo Ibad, que pretendia denunciar o risco de tomada do Legislativo por organizações esquerdistas. Para o olhar de hoje, tal publicação pode parecer um paradoxo ou um ato falho, pois, como concluiu a CPI de 1963, controlar o Parlamento era justamente o que pretendia o Instituto; à época, entretanto, o livro foi considerado um marco da campanha anticomunista.

Os inquéritos levados a efeito pelo Legislativo em 1963 e em 2005/2006 tiveram também, ainda que não fosse seu propósito inicial, o caráter de auto-investigação, à medida que os episódios examinados envolveram, entre outros, membros do próprio Poder. Tal situação – parlamentares apurando possíveis infrações éticas ou legais de alguns de seus colegas – resultou num clima de tensão e certo constrangimento. A propósito da CPI mais recente, em especial, não foram poucas as informações divulgadas na imprensa dando conta de supostos acordos para que não se chegasse a conclusão alguma, o que acabaria contrariado pela aprovação do relatório final, no qual diversos congressistas foram citados.

O relator da CPMI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), classificou de “duras e difíceis” as medidas que o Legislativo se viu compelido a tomar “no

plano do decoro parlamentar e no âmbito de seu próprio processo de funcionamento”<sup>12</sup>. Anos antes, em meio aos trabalhos da CPI do Ibad, que chegaram a ser interrompidos por manobras da bancada fiel ao Instituto, o autor do requerimento para sua criação, deputado Eloy Dutra (PTB-GB<sup>13</sup>), advertira: “Se o Congresso não reagir, se o Congresso não se capacitar da gravidade da hora que atravessamos, [...] o Congresso, muito breve, deixará de funcionar, porque está se automutilando, e acabará inerme, anódino e incapaz”<sup>14-15</sup>.

Apesar desse ambiente delicado, contudo, as duas comissões parlamentares de inquérito conseguiram aprovar relatórios finais analisando os diversos fatos apurados, encaminhando aos órgãos competentes informações sobre as irregularidades comprovadas e propondo mudanças na legislação. Chama a atenção, aliás, o fato de que uma das mudanças preconizadas em 1963, a criação de uma Comissão Permanente de Inquérito, não efetivada na época, aparece novamente a título de proposição legislativa em 2006, ou seja, 43 anos mais tarde<sup>16</sup>.

É com base nesses relatórios, aceitos aqui como pertinentes, que se fará uma descrição dos acontecimentos, na seguinte ordem:

• **Capítulo I** – O episódio do Ibad.

De modo sucinto, serão abordadas a criação do Instituto, a campanha anticomunista, a interferência nas eleições de 1962, a atuação dos *ibadianos* no Congresso e as decisões que determinaram a suspensão dos trabalhos da entidade.

• **Capítulo II** – O episódio do Mensalão.

---

<sup>12</sup> CONGRESSO NACIONAL. *Relatório final da CPMI dos Correios*, vol. I, p. 4. Brasília: Diário do Senado Federal, atas e notas taquigráficas – CPMI dos Correios, vol. I/IX, ano LXI, sup. ao n. 120, 18/07/06 (disponível também em [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br); último acesso: 26/02/2007). Doravante, para simplificar a consulta, toda citação textual desse relatório será identificada no rodapé, resumidamente, pela expressão CPMI DOS CORREIOS, seguida do volume e do número da página em que pode ser encontrada.

<sup>13</sup> GB era a sigla do estado da Guanabara, criado após a transferência do Distrito Federal para Brasília e mais tarde reunido ao estado do Rio de Janeiro.

<sup>14</sup> DUTRA, Eloy. *Ibad: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963, p. 73.

<sup>15</sup> Os limites de uma CPI são estabelecidos pela Constituição Federal e legislação ordinária. No caso da primeira investigação, as Casas do Congresso ainda não dispunham de órgãos específicos para julgamento ético, e nenhum parlamentar foi diretamente acusado de quebra de decoro; já os nomes de deputados citados no relatório final da CPMI dos Correios foram encaminhados para abertura de processo no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara.

<sup>16</sup> Consta das recomendações da CPI do Ibad: “[...] instituir Comissão Permanente de Inquérito, com participação de todos os partidos com representação no Congresso Nacional, e tendo como finalidade tomar conhecimento de denúncias e sugestões e alvitar providências a propósito das eleições” (CPI DO IBAD, p. 9937). Já a CPMI dos Correios incluiu, entre suas proposições legislativas, um projeto de lei que cria a Comissão Mista Permanente de Combate à Corrupção; de acordo com o texto, esse órgão funcionaria no



De modo sucinto, serão abordadas as origens do Mensalão e a interferência no Congresso e nas eleições de 2004, bem como as denúncias que levaram à investigação feita pela CPI e ao desmantelamento do sistema de *mesadas*.

Conhecidos os principais aspectos de um e de outro, será procedido, então, o estudo comparativo entre os dois casos:

• **Capítulo III** – Ibad e Mensalão: semelhanças e coincidências.

Conforme Ciro Flamarion S. Cardoso, “de certo modo, a comparação funciona em História como substitutivo para o modelo lógico da experiência controlada de laboratório, impossível para os historiadores”<sup>17</sup>. Não pretendendo submeter os episódios do Ibad e do Mensalão a métodos quantitativos, este trabalho busca comparar características dos dois, em especial

- (1) os quadros institucionais vigentes nas duas ocasiões,
- (2) os momentos políticos em que ocorreram,
- (3) os objetivos das duas tentativas,
- (4) a estrutura montada para executá-las,
- (5) a abundância e a origem obscura dos recursos despendidos nos dois momentos,
- (6) o uso de contas de publicidade para escamoteá-los.

Na **conclusão**, o trabalho procurará mostrar se as comparações feitas indicam realmente semelhanças e/ou coincidências entre os momentos políticos, os propósitos e os métodos empregados nas duas situações, como se suspeita, e a contribuição que isso poderá oferecer a novos estudos para aperfeiçoamento do processo legislativo e das normas eleitorais, tornando-os menos sensíveis a futuras tentativas de “Assaltos ao Parlamento”.

---

âmbito do Congresso Nacional, integrado por, no mínimo, um senador e um deputado de cada partido representado nas Casas Legislativas (CPMI DOS CORREIOS, volume III, p.1734-38).

<sup>17</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 7. edição, 1988, p.70.

## Capítulo I – O episódio do Ibad

Este capítulo toma por base as informações constantes do relatório final da CPI do Ibad. Relatórios desse tipo, porém, não contam cronológica e organizadamente os fatos investigados; contam, sim, a história da própria investigação, muitas vezes repetindo dados, deixando contradições em aberto ou ignorando questões que ao leitor podem parecer importantes. No caso da CPI do Ibad, o texto publicado no Diário do Congresso Nacional padece, também, de falhas de revisão que, em alguns trechos, dificultam até mesmo sua compreensão. Por isso, embora mantendo o trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito como fio condutor deste resumo dos acontecimentos, em muitas ocasiões haverá necessidade de utilizar outras fontes para complementar ou esclarecer as informações, e, nesse caso, será feita a devida referência.

De outra parte, seria impossível, no prazo definido para a realização deste trabalho, consultar diretamente a enorme quantidade de documentos arquivados pela CPI do Ibad. Por isso muitas vezes será feita referência a informações recolhidas pela comissão, mas não citadas expressamente no seu relatório final, e que aparecem, em fac-símile ou reprodução textual, em outras fontes.

Feitas essas observações, passa-se ao relato.

O Instituto Brasileiro de Ação Democrática foi fundado no Rio de Janeiro, em maio de 1959, por Ivan Hasslocher. Embora neto de um antigo deputado federal<sup>18</sup> e filho de um ex-deputado estadual<sup>19</sup> e ex-embaixador, ele era pouco conhecido nos meios políticos e empresariais do País, pois passara a maior parte de sua vida no exterior, tendo feito bacharelado em Humanidades nos Estados Unidos da América e trabalhado lá e na Europa. De volta ao Brasil, criou, em 1951, a S.A. Incrementadora de Vendas Promotion, uma agência de publicidade de pequeno porte<sup>20</sup>, que, entretanto, como se verá, viria a ter papel importante nos acontecimentos aqui relatados.

---

<sup>18</sup> Germano Hasslocher foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul de 1900 a 1912.

<sup>19</sup> Paulo Germano Hasslocher integrou a bancada do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul de 1927 a 1930.

<sup>20</sup> A Associação Brasileira de Propaganda e a Associação Brasileira das Agências de Propaganda informaram, em correspondências enviadas à CPI do Ibad, que nem a Promotion nem seus dirigentes eram associados dessas entidades, às quais pertencia a maioria das empresas atuantes nesse ramo no País (Dutra, op.cit., p. 18).

O Ibad era, conforme seu estatuto, uma associação civil, formada com a finalidade principal de fomentar o desenvolvimento da livre empresa. Dois anos depois, uma reforma estatutária acrescentaria, como objetivo, a promoção da assistência social. A administração da entidade caberia à assembléia geral e à diretoria executiva, formada por um diretor-presidente, um diretor-superintendente, um diretor-tesoureiro e um diretor geral.

Tudo tinha aparência de normalidade, mas, no dizer do relator da CPI, deputado Pedro Aleixo (UDN-MG), estava cheio de “vícios, irregularidades, defeitos e incorreções que fazem que se duvide da sinceridade dos propósitos de seu criador”<sup>21</sup>. É que, apesar do nome “pomposo” e da “imensa amplitude” de seu programa, como acentuou o relator<sup>22</sup>, dos 11 subscritores da ata de fundação, o primeiro era Hasslocher, e os demais, acionistas ou empregados da Promotion; ele ocupava o cargo de diretor-superintendente, com poderes para praticar todo e qualquer ato de interesse da associação, enquanto as atribuições dos outros diretores eram mínimas, e o presidente – que, ao lado do superintendente, deveria representar o Instituto em juízo e fora dele – nunca chegou a ser indicado, nem mesmo quando da reforma dos estatutos e preenchimento de outros cargos vagos na entidade.

Tal estranheza, contudo, só surgiria mais tarde, inclusive porque, nos três primeiros anos a partir de sua fundação, pouco se ouviu falar do Ibad. Até janeiro de 1961, Juscelino Kubitschek exercia a Presidência da República, com um programa inserido nas regras do capitalismo mundial, procurando atrair investimentos estrangeiros; nesse contexto, o anticomunismo, embora presente e cultivado, não obtinha tanta repercussão. O curto governo de Jânio Quadros<sup>23</sup> causou alguma inquietação, em especial aos meios conservadores que o apoiavam<sup>24</sup>, quando propôs a Política Externa Independente e condecorou Ernesto *Che* Guevara, um dos líderes da revolução cubana, que já entrara em confronto com os Estados Unidos da América<sup>25</sup>. Foi só com a posse de João Goulart, vice

---

<sup>21</sup> CPI DO IBAD, p. 9957.

<sup>22</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>23</sup> Eleito em 1960 para um mandato de cinco anos, Jânio tomou posse em 31 de janeiro de 1961, mas renunciou meses depois, em 25 de agosto (NETO, Casimiro Pedro da Silva. *A construção da democracia: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das assembléias nacionais constituintes e do Congresso Nacional*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003, p. 456).

<sup>24</sup> O principal partido da base política de Jânio era a União Democrática Nacional (UDN), descrita por Dreifuss como um conjunto amplo de posições anticomunistas, antinacionalistas e antipopulistas (DREIFUSS, op. cit., p. 27).

<sup>25</sup> Guevara, então ministro da Economia de Cuba, recebeu a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul no dia 19 de agosto de 1961. Em represália, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, pertencente à UDN, partido que apoiava Jânio, condecorou o líder anticastrista Manuel Derona (OLIVEIRA, op. cit., p. 71-2).

de Jânio, porém, que os ânimos de fato se acirraram e o espírito da Guerra Fria rapidamente tomou conta da política interna brasileira.

Goulart, conhecido como *Jango*, pertencia ao PTB, dos grandes partidos o mais comprometido com as causas sociais e próximo de siglas menores que reuniam socialistas e comunistas (estes oficialmente proscritos da vida política, mas atuantes). Era adversário de Jânio<sup>26</sup> e malvisto pelos conservadores desde que, como ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, prestigiara os sindicatos de trabalhadores e propusera um aumento de 100% para o salário mínimo<sup>27</sup>. No momento da renúncia do titular, Goulart retornava de uma viagem exatamente à China Comunista, o que forneceu mais pretextos para que os ministros militares comandassem uma tentativa de barrar sua posse. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de Jango, liderou o chamado Movimento da Legalidade, impedindo o avanço do golpe militar, e, após alguns dias, a crise foi contornada pelo entendimento político: Goulart aceitou a adoção do parlamentarismo, com a garantia de futura realização de uma consulta popular a respeito, e assim foi empossado na Presidência, no dia 7 de setembro.

Junto com o mandato presidencial, entretanto, o antigo vice ganhou a certeza da animosidade ainda maior dos derrotados no malsucedido golpe e uma nova relação de forças com o Congresso, que se valorizava com a introdução do regime parlamentarista, mesmo que descaracterizado.

A propósito, Maria Victoria de Mesquita Benevides registra que, a partir da posse de Goulart, “a UDN voltaria, em aliança com os militares, ao período áureo da ‘Banda de Música’, das denúncias, da conspiração e do golpe”<sup>28</sup>.

Quanto ao regime parlamentarista, diversos autores demonstram as incongruências e dificuldades de funcionamento da fórmula institucional adotada em 1961. Alberto Carlos Almeida fala em “hibridismo”<sup>29</sup>; Darcy Bessone destaca que, por não estar assentado nos partidos políticos, essenciais ao governo de gabinete, o novo regime “seria uma

---

<sup>26</sup> A legislação da época previa votos separados para presidente da República e vice, de forma que os eleitos podiam ser de chapas diferentes e posições políticas antagônicas, como de fato ocorreu em 1960.

<sup>27</sup> Cfme. GOMES, Angela de Castro. *Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?* In Marieta de Moraes Ferreira (coord.), *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 31-55.

<sup>28</sup> BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p. 118.

contrafação, uma distorção evidente”<sup>30</sup>. De qualquer forma, o Legislativo ganhava força, pois, como diz Aurélio Wander Bastos, naquele regime “o Presidencialismo imperial estava despido das vestes imperiais”<sup>31</sup>.

Nesse novo quadro, logo o Ibad intensificou suas atividades, ampliando a campanha anticomunista pelos meios de comunicação e preparando-se para intervir com força nas eleições. Em março de 1962, por iniciativa de Hasslocher, foi fundada, no Rio de Janeiro, a Ação Democrática Popular (Adep), cujo estatuto a definia como sociedade civil, de caráter político, voltada para a defesa e sustentação da forma republicana e democrática de governo e o combate aos totalitarismos de esquerda ou de direita, constituindo-se em núcleo apartidário em defesa da livre iniciativa e das liberdades individuais e coletivas. Para atingir esses objetivos, pretendia difundir a Constituição entre as “camadas menos esclarecidas” e procurar influir junto às entidades e aos orientadores da opinião pública<sup>32</sup>.

Apesar do que o relator da CPI classificou de “idéias confusamente repetidas, por palavras diferentes, impróprias e inadequadas”, mais uma vez o estatuto parecia o de uma associação disposta a atuar dentro da normalidade. Na prática, porém, como acentuou Pedro Aleixo, a Adep “nunca teve vida ajustada às fórmulas dos estatutos”, e era, de fato, “uma subsidiária do Ibad”.<sup>33</sup>

A Ação Democrática Parlamentar (ADP), da qual fazia parte o próprio Pedro Aleixo<sup>34</sup>, praticamente não aparece no relatório final da CPI, embora tenha desempenhado papel significativo nos acontecimentos da época. Criada no primeiro semestre de 1961, portanto ainda sob o governo Jânio Quadros, reunia principalmente deputados da UDN e do Partido Republicano (PR), atraindo, mais tarde, integrantes do PSD e de outras siglas que se afastavam das propostas nacionalistas e reformistas de Goulart. Era oponente da Frente

---

<sup>29</sup> ALMEIDA, Alberto Carlos. *O período parlamentarista republicano: instituições híbridas e oposição ao sistema de governo*. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, 1995, n. 4/5, p.131-48.

<sup>30</sup> BESSONE, Darcy. *Regime parlamentar na República e a experiência do Ato Adicional nº 4*. Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1995, p. 149-65.

<sup>31</sup> BASTOS, Aurélio Wander. *Autoritarismo e Parlamentarismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1993, p. 47.

<sup>32</sup> CPI DO IBAD, p. 9957.

<sup>33</sup> Idem, ibidem.

<sup>34</sup> STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os Novos Inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 364.

Parlamentar Nacionalista<sup>35</sup> e tinha, entre seus objetivos, o combate à expansão do comunismo<sup>36</sup>.

Outra entidade atuante naquele momento, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes)<sup>37</sup>, chegou a ser investigada, mas a CPI não conseguiu comprovar seu vínculo com o Ibad. Entretanto, vários autores afirmam a existência dessa ligação, e Dreifuss baseia sua análise dos acontecimentos que levaram ao golpe militar de 1964 na atuação do que classifica como “complexo Ipes/Ibad”, apontando seu relacionamento com outras entidades:

O complexo Ipes/Ibad aos poucos patenteava um amplo leque de meios de pressionar o sistema político. Sua ação principal no Congresso e nos partidos políticos era desenvolvida através da Ação Democrática Parlamentar – ADP, que operava como a frente política e o canal ideológico da elite orgânica no Parlamento e diante da opinião pública. [...] a ADP era um bloco multipartidário, de senadores e deputados federais conservadores e reacionários, na maior parte da UDN e do PSD, e organizados através de uma rede, em todo o País, de grupos de Ação Democrática Popular – Adep, e que tinha até mesmo congêneres em muitos legislativos estaduais e câmaras municipais<sup>38</sup>.

O fundamento deste trabalho é o estudo da tentativa de controle da opinião parlamentar, “tarefa” que na primeira metade dos anos 1960 foi desempenhada especialmente pelo Ibad, de forma direta ou com a intermediação de sua “subsidiária” Adep, em aproximação com a ADP. Diante disso, a ação do Ipes e de inúmeras outras entidades ligadas ao mesmo “complexo” não será aqui detalhada, embora possa aparecer em algumas citações.

A CPI considerou o mês de março de 1962, quando teria sido concebida a Adep, como começo do que chamou de “atividades eleitorais” do Ibad. Para desenvolvê-las, Ivan Hasslocher pensou primeiro em utilizar a estrutura do Movimento Popular Jânio Quadros, que tivera participação significativa na campanha presidencial de 1960. O antigo líder desse

---

<sup>35</sup> A Frente Parlamentar Nacionalista atuou entre 1956 e 1964, reunindo entre 50 e 70 deputados de vários partidos, e, mesmo sem ser reconhecida formalmente pela Mesa da Câmara, pois não havia previsão para isso no Regimento Interno, obteve alguma repercussão dentro e fora do Congresso. Cfme. ABREU, Alzira Alves de [et al.]. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2. ed., 2001, p. 2397-2403

<sup>36</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia*. In Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.), *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (O Brasil Republicano; v.3)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 150-1.

<sup>37</sup> Alguns autores preferem acentuar esta sigla, transformando-a na palavra Ipês.

movimento, Carlos Castilho Cabral, recebeu a oferta de transformá-lo na Ação Democrática Popular, com orçamento inicial de Cr\$ 1 bilhão (R\$ 55.044.800,00)<sup>39</sup> e a promessa de que o valor poderia ser elevado, se necessário, às vésperas da eleição. A nova entidade – contou ele à CPI – deveria buscar entrosamento “com o órgão parlamentar já existente – a Ação Democrática Parlamentar – cujo programa, no seu todo, Hasslocher desejava [ver] defendido pela Ação Democrática Popular...”<sup>40</sup>. O convite não foi aceito e a transformação não ocorreu porque, ao contrário de Hasslocher, Castilho Cabral defendia a linha da Política Externa Independente<sup>41</sup>, iniciada por Jânio e mantida por Jango, e não concordou em incluir a defesa do capital estrangeiro como item programático.

Criada a nova entidade, entretanto, outros antigos dirigentes do movimento janista juntaram-se a ela, e a Adep passou então a selecionar os candidatos que iria apoiar nas eleições. Uma carta de Ivan Hasslocher para Arthur Oscar Junqueira, ex-janista escolhido secretário geral, deixava implícito que era esperado algum tipo de retribuição que só os eleitos poderiam dar. Escreveu Hasslocher:

Com referência à sua nota de hoje sobre alguns candidatos a deputados estaduais do estado da Guanabara, comunico-lhe que os únicos deputados da UDN e do PDC que podemos apoiar são os que constam das relações que já lhe mandei. [...] Devemos ter em mente, ao selecionar candidatos, que além de possuírem grandes dotes e predicados morais e intelectuais devem ter condições para eleger-se. De outra forma perderíamos o nosso dinheiro<sup>42</sup>.

Ao candidato selecionado para receber apoio era apresentada uma “Carta de Princípios”. Segundo os dirigentes do Ibad e da Adep, isso não gerava nenhum tipo de vínculo com as entidades. Já o deputado Eloy Dutra afirmava tratar-se de um “compromisso ideológico”, e o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, apresentou à

---

<sup>38</sup> DREIFUSS, op. cit., p. 320.

<sup>39</sup> Todas as quantias em moeda nacional citadas em relação ao episódio do Ibad aparecerão nos valores originais, expressos em cruzeiros (Cr\$), seguindo-se a conversão para valores em reais (R\$), feita pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas, com o uso de tabela do Banco Central do Brasil (disponível em [www.bc.gov.br](http://www.bc.gov.br); último acesso: 26/02/07), tomando por referência os meses de março de 1962 e dezembro de 2006.

<sup>40</sup> CPI DO IBAD, p. 9950.

<sup>41</sup> Antonio José Barbosa observa que a Política Externa Independente foi alçada ao primeiro plano da agenda política do País entre os anos de 1961 e 1964, com uma singularidade: “[...] ela que, na prática, jamais foi revolucionária, ganhou a roupagem ideológica que lhe quiseram impor – à esquerda, uma espécie de instrumento de libertação nacional, e, à direita, a inocente útil a serviço do comunismo internacional, logo, fantasma a ser exorcizado”. BARBOSA, Antonio J. *Parlamento, política externa e o Golpe de 1964*. In Estevão C. de Rezende Martins (org.), *Relações Internacionais: Visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: Funagri/Ibri, 2003, p. 271.

<sup>42</sup> Fac-símile da carta de Hasslocher aparece em DUTRA, op. cit., p. 81.

CPI uma suposta cópia dessa carta, da qual constava a declaração: “Comprometo-me, se eleito à Câmara Federal, a seguir a orientação ideológica do Ibad”<sup>43</sup>.

Muitos candidatos não teriam concordado em assinar a Carta de Princípios, mas, havendo interesse especial em apoiá-los, a exigência era dispensada. Assim, a Adep ajudou, no total, 250 candidatos a deputado federal, entre 450 e 600 candidatos a deputado estadual, um número não apurado de candidatos ao Senado e oito candidatos a governos estaduais<sup>44</sup>.

Do que constava esse apoio nunca ficou totalmente esclarecido. Diante das divergências entre os vários depoimentos, o relator da CPI optou por uma estimativa intermediária: conforme uma tabela cujos critérios também permaneceram obscuros, cada candidato a deputado federal ganharia um milhão ou dois milhões de cédulas, 200 faixas, 200 mil cartazes, empréstimo de viaturas, pagamento de combustível, participação em programas de rádio e TV contratados pela Promotion. Em alguns casos, o material era substituído pelo correspondente em dinheiro<sup>45</sup>.

Houve quem falasse, entretanto, em ajuda financeira de até Cr\$ 3 milhões (R\$ 165.134,40), que depois teria sido reduzida; em três a quatro milhões de cédulas; em 400 a 500 faixas. Aparentemente, o esquema de distribuição nunca chegou a ser uniforme, pois Hasslocher às vezes fazia remessas de dinheiro aos estados sem comunicar esse fato à secretaria geral, e ao final da campanha ainda teria determinado ajudas financeiras em valores diversos a candidatos endividados.

De qualquer forma, o ingresso desses recursos no cenário eleitoral de 1962 não passou despercebido. Em Pernambuco, onde parece ter sido despendido o maior volume de dinheiro numa campanha para governador, os partidários de Miguel Arraes (PST)

---

<sup>43</sup> DUTRA, op. cit., p. 16.

<sup>44</sup> A interferência da Adep nas eleições para governador ocorreu, declaradamente, no Amazonas, Ceará, Piauí, Pernambuco, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Nos demais estados, teriam sido apoiados somente candidatos a postos legislativos.

<sup>45</sup> Em 1962, ainda não havia sido instituída em todo o País a cédula única para as eleições legislativas; assim, cada candidato mandava confeccionar cédulas com seu nome, seguindo o padrão determinado pela Justiça Eleitoral, e precisava fazer com que elas chegassem em bom número aos possíveis eleitores, além de estarem disponíveis em todos os locais de votação no dia do pleito. Principalmente em estados mais populosos e de grandes dimensões geográficas, portanto, era indispensável contar com enorme volume de cédulas, e isso implicava parcela significativa dos gastos de campanha. Por outro lado, como a propaganda na TV era incipiente, utilizavam-se muito os cartazes colados em muros e as faixas presas a postes, e a campanha exigia freqüentes deslocamentos do candidato, valorizando a ajuda em veículos e combustível, numa época em que a propriedade e o uso do automóvel ainda não eram tão disseminados quanto hoje.



protestaram publicamente contra o apoio do Ibad ao candidato João Cleofas (PR)<sup>46</sup>. As queixas se repetiram em outros estados, pois, como acentuou o relator da CPI, “antes de tudo, causava espanto a pletora de dinheiro que estava sendo lançada no campo das disputas eleitorais”<sup>47</sup>.

Carlos Castello Branco, que começava a ser reconhecido como um dos principais colonistas políticos do País, escreveu em 25 de julho de 1962:

Há cerca de dois meses vem circulando a informação de que grupos econômicos se decidiram a conjugar esforços para interferir nas próximas eleições. Não sei se a Ação Democrática é precisamente a expressão política daquela decisão, mas o fato é que estão atuando elementos que se dizem vinculados a esse movimento para propor e dar ajuda financeira a candidatos. Esses agentes interessam-se sobretudo por candidatos à Câmara dos Deputados, mas estão fazendo suas opções também quanto aos pleitos para as governanças estaduais. [...]

Parece que se exige dos beneficiados por esses recursos o compromisso de, se eleitos, integrarem na Câmara a Ação Democrática Parlamentar e a condição para efetivação da ajuda seria a aprovação prévia do candidato pelo deputado João Mendes.

O movimento visa, portanto, e obviamente, a favorecer candidatos dispostos a atuarem contra a ação comunista na área parlamentar especificamente, na área política, de um modo geral<sup>48</sup>.

Na Guanabara, Eloy Dutra, candidato a deputado federal e a vice-governador<sup>49</sup>, transformou a denúncia das atividades do Ibad em um dos temas da campanha. Eis um trecho de seu relato:

O que mais me despertou a atenção foi, quase como regra geral, o sentido do movimento ibadiano como tentativa de violentação das tendências e preferências do povo. Apesar de todo o derrame de dinheiro, eu venci longe. Arraes também ganhou. Mas, em contrapartida, ilustres desconhecidos deram mostra, às centenas, de fabuloso apoio econômico. Nasceu daí, ainda em 1962, o meu pedido para a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que apurasse a verdade<sup>50</sup>.

O pedido foi feito em setembro, durante a campanha; passadas as eleições, com a legislatura quase no fim, não houve tempo suficiente sequer para iniciar a investigação. Em abril de 1963, porém, outro deputado, Paulo de Tarso (PDC-SP), conseguiu reunir 145

---

<sup>46</sup> Arraes recebeu também o apoio do PTB e de dissidentes do PSD; Cleofas foi apoiado também pela UDN (cfme. ABREU et al., op. cit. p. 358 e 1375).

<sup>47</sup> CPI DO IBAD, p. 9943.

<sup>48</sup> CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à Revolução de 1964: agonia do poder civil* (1º tomo). Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 26.

<sup>49</sup> A dupla candidatura era permitida pela legislação da época.

<sup>50</sup> DUTRA, op. cit., p. 41-2.

assinaturas para reapresentar o requerimento de constituição da CPI, desta vez incluindo o Ipes como objeto do inquérito, ao lado do Ibad.

A UDN e o PSD retardaram a indicação de seus representantes, mas afinal, passadas algumas semanas, a Comissão começou a funcionar, tendo como presidente Peracchi Barcelos (PSD-RS) e, como relator, Laerte Vieira (UDN-SC). Em relação aos dois e a outros integrantes da CPI, havia a suspeita de que estariam entre os beneficiários dos recursos do Ibad<sup>51</sup>. Segundo o jornal carioca *Última Hora*, só desejavam realmente levar adiante as apurações cinco deputados: Eloy Dutra, José Aparecido (UDN-MG), João Dória (PDC-BA), Benedito Cerqueira (PTB-GB) e Rubens Paiva (PTB-SP), este escolhido vice-presidente<sup>52</sup>.

O primeiro a depor foi o deputado Paulo de Tarso, convidado a esclarecer os motivos de seu pedido para formação da CPI. Conforme trecho do depoimento reproduzido no relatório final, ele acusou o Ibad e o Ipes de

uma atuação que se serve do dinheiro como instrumento principal de certa política, o dinheiro desfigurando o quadro partidário do País, o dinheiro distorcendo a vida política nacional, o dinheiro permitindo a eleição de algumas pessoas que, segundo voz corrente, assumiriam com essas instituições compromissos que limitam a liberdade que o eleito deve ter no cumprimento de seus mandatos<sup>53</sup>.

Paulo de Tarso entregou à Comissão vários documentos, entre eles a resposta da Chefia de Polícia do Departamento Federal de Segurança Pública a um requerimento do deputado Sérgio Magalhães (PTB-GB), dirigente da Frente Parlamentar Nacionalista, sobre as “atividades subversivas” que estariam sendo desenvolvidas pela Ação Democrática Popular. Esse material tem data de 11 de outubro de 1962, mas visivelmente foi redigido pelo menos algumas semanas antes, pois se refere no futuro às eleições que ocorreriam no dia sete daquele mês. Embora ressalvando que sua competência estava restrita ao Distrito Federal, e por isso lhe era impossível acompanhar a atuação da Adep, o Departamento encaminhou informes fornecidos pela Divisão de Segurança Política e Social, reproduzidos, em parte, no relatório final da CPI. Diz o documento:

A entidade denominada Ação Democrática Popular vem a ser uma subdivisão do Instituto Brasileiro de Ação Democrática. Visa infiltrar-se na área popular

---

<sup>51</sup> ABREU et al. (2001), op.cit, p. 2781-2.

<sup>52</sup> DUTRA, op. cit., p. 43.

<sup>53</sup> CPI DO IBAD, p. 9943.

para beneficiar a Ação Democrática Parlamentar. Procura confundir-se com um conteúdo ideológico de centro-progressista. [...] Tem como finalidade a Adep<sup>54</sup> a tomada do poder, em curto prazo. Em escala crescente, apresenta um planejamento inicial de eleger uma poderosa bancada na Câmara dos Deputados, que, de acordo com o Ato Adicional nº 4<sup>55</sup>, controla realmente a direção do País. Simultaneamente pretende a eleição de governadores e vice-governadores nos próximos pleitos. O coroamento da campanha será apresentar como candidato próprio às eleições presidenciais, em 1965, uma figura perfeitamente afinada com a ADP<sup>56 57</sup>.

Mais adiante, a resposta do Departamento Federal de Segurança Pública afirma que os mentores da Adep têm como objetivos de sua ação política:

1º) Manutenção sob qualquer preço, inicialmente, do parlamentarismo, pois no momento esperam eleger uma grande bancada de deputados. A grande vitória, pela ADP, foi a rejeição pela Câmara do nome do Deputado San Tiago Dantas para o cargo de Primeiro Ministro.

2º) Eliminação política de deputados progressistas ou de centro que apoiem o governo.

3º) Desmoralização total do Governo Nacional, sabotando na Câmara todas as mensagens do Executivo, forçando sua perda de substância junto à área popular, desgastando suas bases, de tal forma que poderão lançar candidato próprio às eleições presidenciais de 1965.<sup>58</sup>

Mal iniciados os trabalhos da CPI, descobriu-se que o personagem mais citado em todas as denúncias envolvendo o Ibad e a Adep não estava acessível para ser chamado a depor. Em abril de 1963, ao ficar claro que o Congresso iria mesmo investigar as duas organizações, Ivan Hasslocher viajara para o exterior. Conforme o relatório final, essa viagem deu margem até à suspeita de que “a saída do País era antes uma fuga do que transitório e inocente afastamento”<sup>59</sup>. Assim, a alternativa foi tomar outros depoimentos enquanto se aguardava a volta do presidente do Ibad, que, de longe, anunciava breve regresso e garantia o comparecimento à CPI, mas não estabelecia data.

De qualquer forma, os trabalhos da Comissão avançavam. Ninguém conseguia explicar com certeza a fonte dos recursos, mas ficava cada vez mais evidente que o Ibad e a Adep dispunham de grande volume de dinheiro para aplicar na campanha eleitoral e fora dela. Além dos auxílios diretos aos candidatos, a Adep reconheceu ter patrocinado

---

<sup>54</sup> ADP no original.

<sup>55</sup> O Ato Adicional nº 4 instituiu o sistema parlamentarista no País, em 1961.

<sup>56</sup> ADP no original. Aqui é impossível saber se o documento pretendia mesmo se referir à frente parlamentar ou à Adep.

<sup>57</sup> CPI DO IBAD, p. 9943-4.

<sup>58</sup> CPI DO IBAD, p. 9944.

programas de meia hora, duas vezes por semana, em 13 emissoras de televisão do País<sup>60</sup>, num total de 312 emissões apenas entre julho e setembro de 1962; cada meia hora teria custado Cr\$ 450 mil (R\$ 15.141,60), totalizando Cr\$ 140.400.000,00 (R\$ 4.724.179,20)<sup>61</sup>. A revista mensal do Ibad, *Ação Democrática*, continuava sendo distribuída gratuitamente, com tiragem declarada de 250 mil exemplares e sem anúncios que a custeassem.

O Ibad também manteve 22 postos fixos e 20 volantes para assistência médica no Nordeste, e a Adep chegou a comprar um avião, de modelo e valor não especificados no relatório, para atuar em Minas Gerais. Em quase tudo aparecia a participação ou intermediação da Promotion, que, mesmo fora do período eleitoral, patrocinava, em emissoras de rádio de todo o país, mais de 80 programas semanais, fazendo propaganda anticomunista e dando cobertura aos políticos ligados ao Ibad<sup>62</sup>. Na campanha de 1962, dos 144 carros que a Adep admitiu oficialmente ter utilizado, 76 foram adquiridos pela própria entidade, e 68 cedidos pela Promotion. Por outro lado, a agência emprestava as salas para abrigar a sede do Ibad, no Rio de Janeiro, e ainda promoveu algumas ações surpreendentes, conforme o relatório da CPI.

No período anterior às eleições, por exemplo, a Promotion “arrendou”, pagando Cr\$ 5 milhões (R\$ 275.224,00), a linha editorial do jornal carioca *A Noite*. Pelo contrato firmado entre as duas empresas, o jornal, que antes apoiava candidatos progressistas, passou a defender, durante 90 dias, “a linha política de intransigente defesa da democracia, obrigando-se, entre outros compromissos, a publicar propaganda sobre a Ação Democrática Parlamentar e sobre a Ação Democrática Popular, seus candidatos e a sua linha ideológica e editorial”<sup>63</sup>.

Para divulgar os riscos da expansão comunista, o Ibad providenciou a publicação, em livro e no jornal *O Globo*, da obra “O assalto ao parlamento”, do tcheco Jan Kozak. Identificado como “membro comunista da Assembléia Nacional Tchecoslovaca”, Kozak

---

<sup>59</sup> CPI DO IBAD, p. 9941.

<sup>60</sup> Não foi possível localizar dados precisos sobre o número de emissoras existentes naquela época, quando o sistema de TV, ainda recente no Brasil, registrava crescimento acelerado. Consultas a dois *sites* especializados ([www.tudosobreteve.com.br](http://www.tudosobreteve.com.br) e [www.telehistoria.com.br](http://www.telehistoria.com.br); últimos acessos: 16.02.07) indicam que em 1960 havia 15 emissoras e, em 1964, um total de 34 emissoras. De qualquer forma, pode-se inferir que transmitir dois programas por semana em 13 emissoras permitia alcançar a maior parte dos telespectadores brasileiros.

<sup>61</sup> Os programas se intitulavam “Assim é a democracia”, “Democracia em marcha”, “Julgue você mesmo” e “Conheça seu candidato” (ABREU et al [2001], op.cit., p. 26).

<sup>62</sup> ABREU et al (2001), op. cit., p. 2781-2.

<sup>63</sup> CPI DO IBAD, p. 9944.

analisava “a possível transição para o socialismo por meio do uso revolucionário do parlamento”. A atualidade e a oportunidade da publicação residiam, segundo uma breve apresentação assinada pelo Ibad, “principalmente na semelhança dos métodos que são preconizados pelo Autor com os que estão sendo empregados atualmente no Brasil”, e o objetivo era “alertar os bons brasileiros, mostrando-lhes [...] quais as táticas que, com as nuances que o meio brasileiro requer, estão sendo usadas para a lenta mas firme transformação do Brasil em mais um satélite da União Soviética”<sup>64</sup>.

O livro não se limita, no entanto, a reproduzir a obra original. Para mostrar “qual o verdadeiro significado do linguajar de Kozak, de resto, de todos os comunistas, capaz de confundir os democratas pouco afeitos às cínicas expressões habitualmente usadas pelos serviçais de Moscou”<sup>65</sup>, a edição lançada pelo Ibad inclui dezenas de notas de rodapé. Vale a pena reproduzir uma delas, em caráter ilustrativo.

Escreve Kozak:

Na luta pelas imediatas reivindicações nacionais, democráticas, pacíficas, econômicas e sociais do povo, a posição da burguesia, nos órgãos do poder do aparelho estatal e em suas posições econômicas, pode ser debilitada pouco a pouco, através da pressão combinada de “cúpula” e de “base”. Desse modo, a classe trabalhadora, colocada na direção das massas populares, pode aos poucos conseguir posições mais favoráveis para a luta pelo socialismo.<sup>66</sup>

Reage a nota de rodapé da edição patrocinada pelo Ibad:

Como em outras passagens, *burguesia* significa aqui o conjunto de forças que, bem ou mal, lutam pela manutenção da autêntica democracia, ao passo que *classe trabalhadora* é o eufemismo atrás do qual se esconde a burocracia do partido totalitário a serviço de um imperialismo estrangeiro.<sup>67</sup>

Ajuda direta a candidatos, programas de rádio e TV, publicação de revista, “arrendamento” da linha editorial de jornal, edição de livro, compra de veículos, manutenção de postos de saúde – tudo indicava a abundância de recursos disponíveis para o Ibad e a Adep. Mas grande parte da documentação que poderia comprovar efetivamente tal fartura nunca chegou às mãos da CPI, pois todos os documentos contábeis da Adep foram incinerados por Arthur Oscar Junqueira e outros dirigentes, como ele mesmo admitiu em depoimento, alegando que desejava preservar os beneficiários das doações.

---

<sup>64</sup> KOZAK, Jan. *O assalto ao parlamento*. Rio de Janeiro: Ibad, 1962, p. 5-6.

<sup>65</sup> Idem, p. 6.

<sup>66</sup> Idem, p. 52.

De todo modo, enquanto o trabalho da CPI prosseguia e novas informações sobre as atividades do Ibad, da Adep e da Promotion iam surgindo, Ivan Hasslocher finalmente confirmava para agosto seu retorno ao Brasil. Aqui, porém, logo veria sua situação modificada, pois no dia 31 daquele mês o presidente João Goulart baixou decreto suspendendo as atividades do Ibad e da Adep por três meses e determinando sua dissolução no decorrer desse prazo. Em sete considerandos, o decreto invoca a defesa do regime democrático e afirma que as duas entidades exerciam atividade político-eleitoral, “intervindo no processo de escolha dos representantes políticos do povo brasileiro e pretendendo a tomada do poder através da corrupção eleitoral”. Também toca num ponto muito sensível, a suspeita de que os recursos para isso teriam origem estrangeira, ao declarar que o Ibad e a Adep “utilizaram incalculável soma de recursos financeiros, cuja origem ainda desconhecida atenta contra a segurança das instituições e pode, inclusive, atentar contra a própria soberania nacional”<sup>68</sup>.

A desconfiança de que o dinheiro vinha do exterior e, mais do que isso, de governo estrangeiro, surgira durante o processo eleitoral, e, se confirmada, poderia criar embaraços diplomáticos graves. Foi o que percebeu uma publicação hoje extinta, a revista *PN* (abreviatura de Publicidade e Negócios):

Provada como está a corrupção de que se serviram o Ibad, seus dirigentes e suas siglas subsidiárias (Adep, Promotion) para alcançar o poder, numa primeira etapa através do Congresso, resta agora que o próprio Congresso e o Poder Executivo, com amplo respaldo no Poder Judiciário, saibam quem patrocinou tudo isso... Afirma-se, aliás, que a única coisa que restringe a ação do governo, no momento, é o receio de abrir frentes de crise internacional, a partir do que vier a descobrir de agora em diante”.<sup>69</sup>

Nem todos concordavam, contudo, que fosse conveniente aprofundar investigações e procurar saber quem financiava o Ibad e a Adep, como sugeria a revista. Na imprensa, o debate tinha de um lado (além da própria *PN*), *Última Hora*, “partidária e defensora das posições do PTB”<sup>70</sup>; *Semanário*, de linha nacionalista; *Novos Rumos*, também semanário, editado pelos comunistas; e, no campo oposto, destacando-se entre vários outros, *O Globo*

---

<sup>67</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>68</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto nº 52.425, de 31 de agosto de 1963*. Diário Oficial da União, Seção I, 02/09/1963, p. 7611.

<sup>69</sup> Apud DUTRA, op. cit., p. 47.

<sup>70</sup> ABREU, Alzira Alves. 1964: *a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart*. In Marieta de Moraes Ferreira (coord.), *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 109.

(que, recorde-se, publicou em fascículos “O assalto ao parlamento”) e *O Estado de S. Paulo*, “que defendiam as idéias e posições liberais da UDN”<sup>71</sup>. *PN* liderou uma campanha sobre infiltração estrangeira na imprensa, afirmando que muitas publicações recebiam dinheiro de fora e insinuando que o intermediário era o Ibad:

Eleições realizadas, [...] *o Congresso deve voltar suas atenções para o problema da infiltração estrangeira na imprensa do País.* [...] O Congresso não perderia tempo, essa é a verdade, em procurar saber como funcionam e de onde obtêm suas fabulosas verbas certas entidades de duas caras cuja função real é de pressionar ou subornar a imprensa, visando a influir em sua linha de opinião. [...] Na verdade, dinheiro de procedência estrangeira rola em quantidade generosa por esse Brasil. [...]. *Chega, farto, quando as eleições se aproximam.* Mas está sempre comparecendo, na sua missãozinha de fazer os brasileiros adotarem um certo *way of life*. Dinheiro dessa procedência aluga jornais. Financia eleições de centros acadêmicos. Corre generoso quando se trata de eleger um deputado ou senador que por si só nada representa. *Mas que diz ufano: “Sou anticomunista!”* (grifos no original).<sup>72</sup>

A cobertura jornalística da CPI refletia esse clima, com os jornais mais conservadores e/ou que recebiam verbas do esquema Ibad/Adep/Promotion dando muitos menos atenção ao avanço das investigações do que os de linha progressista. Aliás, os anos 60, afirma Abreu, “conheceram o apogeu do jornalismo político, que acompanhava reivindicações e contestações político-ideológicas”<sup>73</sup>. O confronto era evidente: a revista do Ibad, *Ação Democrática*, publicava listas de empresas que anunciavam em *Última Hora* e outros veículos progressistas, sob o título: “As classes produtoras e o financiamento do comunismo”; em contrapartida, no segundo semestre de 1963, em meio ao impacto das revelações da CPI do Ibad, o deputado João Dória pediu a constituição de outra Comissão Parlamentar de Inquérito, esta sobre revistas estrangeiras publicadas em português no Brasil, que se tornavam cada vez mais freqüentes.

Ao justificar o requerimento de nova CPI, Dória acusou o Ibad de visar, em três etapas, a alienação da consciência nacional pela propaganda dirigida, corrompendo a imprensa e promovendo a invasão de publicações estrangeiras no País; a intervenção na política interna, pela corrupção e o controle do processo eleitoral e da ação parlamentar; e um golpe militar para a conquista do poder. O que valeu, alguns anos depois, um

---

<sup>71</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>72</sup> Revista *PN*, Rio de Janeiro, 25/10/1962. In SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, p. 485-6.

<sup>73</sup> ABREU (2006), *op. cit.*, p. 108.

comentário de Sodré: “Sabemos agora, por amarga experiência, como esse plano foi rigorosamente desenvolvido, até a última etapa”.<sup>74</sup>

Enquanto isso, mesmo já com a saúde debilitada, Assis Chateaubriand, criador dos Diários Associados, dava ordens para que o grupo ajudasse na organização e engajasse todas as suas rádios na “Cadeia da Democracia”, que estava sendo montada pelo Ibad para reunir no mínimo 100 emissoras no combate ao anticomunismo e ao governo Goulart.<sup>75</sup>

Também no Parlamento havia interessados em que as investigações sobre o Instituto não prosseguissem. No início de setembro, na véspera da data marcada para o depoimento de Ivan Hasslocher, a CPI decidiu, por maioria, interromper seus trabalhos, sob a justificativa de que o decreto presidencial teria esvaziado e desprestigiado a atuação do Congresso em busca da verdade. Cresceram as suspeitas de que vários membros da Comissão tinham ligações com o Ibad, e, para resolver o impasse, um acordo entre os principais partidos restabeleceu a CPI, mas com novos integrantes, tendo na presidência Ulysses Guimarães (PSD-SP) e, na relatoria, Pedro Aleixo<sup>76</sup>.

Refeita, a CPI afinal conseguiu tomar, em 25 de setembro, o esperado depoimento de Ivan Hasslocher. Ele se recusou, contudo, a prestar compromisso de testemunha, colocando-se na condição de indiciado, para não ser obrigado a responder.

Mesmo salientando que Hasslocher “suportou cerrado interrogatório”, Pedro Aleixo não esconde, em seu relato, o desencanto com os resultados alcançados, ao observar que o depoente “obstinou-se na recusa de informar o que havia de substancial para que a Comissão alcançasse os fins visados por seus instituidores” e “ofereceu uma explicação que não levanta a clandestinidade que suscita dúvidas sobre a legitimidade da organização”<sup>77</sup>. Mais adiante, observa o relator:

Limitou-se o principal protagonista do Ibad e da Adep a dar informações acerca das importâncias arrecadadas, do processo de arrecadação, do número de contribuintes, do critério da prestação de contas, ressaltando sempre que são nacionais as firmas que financiaram os empreendimentos daquelas entidades. Mas nunca quis confessar a exata, a precisa, a definida origem dos haveres com os quais mantém, substancialmente, as atividades do Ibad e da Adep, entre as quais se incluem atividades de natureza política e eleitoral.<sup>78</sup>

---

<sup>74</sup> SODRÉ, op. cit. p. 497.

<sup>75</sup> MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 638.

<sup>76</sup> ABREU et al (2001), op. cit., p. 2782.

<sup>77</sup> CPI DO IBAD, p. 9941.

<sup>78</sup> Idem, ibidem.



Hasslocher garantiu à CPI que Ibad, Adep e Promotion eram entidades distintas, sem unidade de comando, de ação e de financiamento. Segundo ele, o Ibad reunia 98 financiadores, cujas contribuições eram recolhidas reservadamente e depositadas numa conta da Promotion. O Instituto teria manipulado, em quatro anos (de 1959 a 1962), o total de Cr\$ 336.000.000,00 (R\$ 18.495.052,80), mas não mantinha escrita própria nem publicava suas contas; Hasslocher as prestava pessoalmente a um comitê de cinco membros, indicados pelos doadores, identificando cada contribuinte apenas por um número<sup>79</sup>.

Chamou a atenção da CPI o fato de que a única conta bancária encontrada em nome do Ibad, no The Royal Bank of Canada, tivesse uma movimentação baixa, enquanto a conta da Promotion registrava, no período de março a novembro de 1962, quando a Adep esteve em plena atividade, um movimento total de Cr\$ 1.402.498.414,30 (R\$ 77.200.244,72). Para o relator, o depoente, “... conforme aliás confessou em suas declarações, preferia misturar as operações de sua empresa de publicidade com as operações do Ibad e da Adep, a ter contas distintas, facilmente verificáveis”<sup>80</sup>.

Sobre a Adep, Hasslocher afirmou que eram 126 os doadores “todos pertencentes às classes produtoras”, mas que nem todos os contribuintes do Ibad financiavam também a Associação<sup>81</sup>. Ele confirmou a estimativa de gastos de Cr\$ 1 bilhão (R\$ 55.044.800,00) na campanha eleitoral, informada anteriormente por Castilho Cabral à CPI, mas negou que fosse uma previsão inicial; segundo ele, era o total combinado com os financiadores, e que afinal nem fora alcançado, pois a arrecadação teria chegado a Cr\$ 950 milhões (R\$ 52.292.560,00) e as despesas a Cr\$ 820 milhões (R\$ 45.136.736,00)<sup>82</sup>. Já a Promotion, assegurou Hasslocher no depoimento, não lucrara com as duas entidades, pelo contrário, fora “prejudicada com o fato de suas notórias relações com o Ibad”<sup>83</sup>.

Pedro Aleixo lamenta, no relatório final, a falta de respostas precisas e de esclarecimentos que considerava indispensáveis, como a identificação dos financiadores do Ibad e da Adep: “... está no calculado silêncio do Sr. Ivan Hasslocher o mais forte obstáculo

---

<sup>79</sup> Idem, p. 9941 e 9951-3.

<sup>80</sup> Idem, p. 9961.

<sup>81</sup> Idem, p. 9952.

<sup>82</sup> Idem, ibidem.

<sup>83</sup> Idem, ibidem.

a que, sem esforços fatigantes e exaustivos, esta Comissão possa concluir os seus trabalhos com o êxito almejado”, salienta<sup>84</sup>.

Abrir as contas das três entidades foi uma das grandes dificuldades da CPI. Muitos ofícios enviados a bancos, emissoras de rádio e TV e jornais solicitando informações sobre contas e negociações realizadas com o Ibad, a Adep e a Promotion, sequer foram respondidos. Pedro Aleixo acabou incluindo, em seu parecer, a estimativa de que os gastos totais do Ibad e da Adep na campanha eleitoral “não ultrapassaram da casa de Cr\$ 1.100.000.000,00 (R\$ 60.549.280,00)”, e de que “o número de candidatos ajudados para deputação federal não excedeu de 250”<sup>85</sup>. Também concluiu que mais de um terço daquele valor teria sido empregado na campanha para governador em Pernambuco, restando cerca de Cr\$ 700 milhões (R\$ 38.531.360), dos quais, retiradas as despesas administrativas da Adep, sobraria um valor relativamente baixo para apoiar candidatos à Câmara dos Deputados. Assim, admitiu procedência na alegação dos dirigentes da Associação de que se tratara de ajuda apenas simbólica aos candidatos. A partir desse raciocínio, rebateu as suspeitas de que o Ibad teria conseguido eleger 111 deputados, embora ressaltando que isso não significava atribuir legitimidade “à interferência de qualquer das entidades investigadas no pleito eleitoral de 1962”<sup>86</sup>.

O relatório final da CPI pede que sejam exigidas mais informações dos bancos que não responderam aos seus ofícios, para que se esclareça quem eram os doadores e beneficiários do Ibad e Adep; uma perícia completa nas contas da Promotion; o envio ao Judiciário de cópia dos depoimentos de Ivan Hasslocher e outras oito pessoas, para eventual abertura de processo. Também propõe mudanças na legislação eleitoral, entre outras o estabelecimento de penas de prisão, cancelamento de registro do partido e cassação dos diplomas de candidatos favorecidos com recursos de procedência estrangeira ou ignorada; e, afinal, sugere a criação da já citada Comissão Parlamentar de Inquérito permanente<sup>87</sup>.

Sem ir muito além do declarado pelo próprio Ibad e a Adep quanto ao total de recursos usados na campanha, e sem propor o aprofundamento das investigações sobre parlamentares eleitos com ajuda dessas entidades, o relatório final da CPI foi aprovado por

---

<sup>84</sup> Idem, p. 9941.

<sup>85</sup> Idem, p. 9959.

<sup>86</sup> Idem, ibidem.

<sup>87</sup> Idem, p. 9937.

unanimidade. Não deixou, porém, de provocar divergências entre os próprios membros, como indicam as duas declarações de voto apresentadas à Comissão.

A primeira declaração, firmada pelos deputados Temperani Pereira (PTB-RS) e Afonso Celso (PTB-RJ), começa elogiando a posição do relator de considerar as entidades investigadas “como sociedades interligadas, de caráter ilegal, ilegítimas, que pretenderam influenciar o processo eleitoral e representativo brasileiro”<sup>88</sup>, mas logo apresenta discordâncias sobre a questão da origem dos recursos. Diz a declaração:

Se bem não haja a confissão expressa de nenhum dos responsáveis pela máquina corruptora [...], os elementos circunstanciais e indiciários levam-nos a uma fundada suspeita de que tais recursos eram estrangeiros. Essa a presunção gerada no curso do inquérito e que reclama prova em contrário<sup>89</sup>.

Adiante, os dois deputados deixam claro que esperam mais investigações a respeito:

Assim, entendemos que a inquinação de que o órgão corruptor tinha financiamento estrangeiro encontrou no inquérito elementos básicos para informar um libelo perfeitamente apto a que se prossiga, no Poder Judiciário, a averiguação do fato<sup>90</sup>.

A declaração de voto também discorda do relator quanto à avaliação da ajuda a candidatos, estranhando

o sentido minimizador que emprestou à influência do Ibad, refletida nos resultados eleitorais e na pequena ajuda (“simbólica”) prestada aos candidatos à deputação federal. Nesse delicado e constrangedor assunto, discordamos do digno relator, entendendo que embora os resultados perseguidos pelo Ibad não tenham sido alcançados satisfatoriamente, isso se deveu a causas estranhas à intenção do órgão financiador e dos que foram financiados. Houve a tentativa de subversão do processo eleitoral representativo, com todos os elementos que integram o delito de tentativa [...]. Se foi mínima ou nula a influência do Ibad, como assinala o relator, pela conclusão de que a maioria dos financiados não conseguiu se eleger, este é um fato que deve ser saudado e tributado ao esclarecimento popular. [...] Não temos dúvida em afirmar a existência de deputados federais que certamente se elegeram graças ao Ibad<sup>91</sup>.

Baseados nessa convicção, Temperani Pereira e Afonso Celso defendem que a Câmara vá adiante nas investigações:

Por tudo isso, queremos declarar que a indefinição nesse problema, a anistia, nos parecem a pior solução para o conceito e o prestígio da instituição parlamentar. [...] Destarte, entendemos de alta conveniência institucional se

---

<sup>88</sup> Idem, p. 9962.

<sup>89</sup> Idem, ibidem.

<sup>90</sup> Idem, ibidem.

<sup>91</sup> Idem, p. 9962-63.

prossiga na esfera íntima do parlamento com a investigação mais minuciosa sobre os meios e formas de corrupção e influenciabilidade do Ibad nas eleições proporcionais de 1962. [...] Igualmente, pensamos que não é possível de plano e à luz dos elementos colhidos, dar uma definitiva quitação ao triste papel a que se prestaram os candidatos a deputado federal que foram financiados pelo Ibad, [...] em alguns casos com plena consciência e acumpliciamento nessa monstruosa tentativa de subverter o processo representativo brasileiro<sup>92</sup>.

A outra declaração de voto, feita pelo deputado Geremias Fontes (PDC-RJ), reforça a caracterização das atividades das duas entidades como tentativa de controle da opinião parlamentar. Diz o texto:

Ainda sobre os objetivos políticos do Ibad e Adep, não seria possível esquecer o compromisso que pleiteavam fosse firmado pelos candidatos. É verdade que quase a totalidade dos parlamentares consultados recusou-se a assiná-lo, porque firmando-o estariam, por vias indiretas, sujeitos às ordens do Sr. Ivan Hasslocher. A recusa dos parlamentares não excluiu, todavia, a criminosa pretensão da Adep de ter sob seu controle um grupo de parlamentares. [...] Durante o decorrer das investigações, que ocupam 13 volumes, conheceu a Câmara e o País toda uma engenhosa máquina montada com a finalidade de exercer influência nos destinos políticos do Brasil, através de parlamentares que pretendiam eleger e manobrar<sup>93</sup>.

Em 28 de novembro de 1963, quando a CPI discutia o relatório final, que seria definitivamente aprovado cinco dias mais tarde, João Goulart assinou decreto prorrogando por três meses a suspensão das atividades do Ibad e da Adep, uma vez que seguia tramitando a ação judicial de dissolução das entidades, proposta pelo Ministério Público<sup>94</sup>. No mês seguinte, o Judiciário confirmaria a decisão do Executivo, pondo fim, oficialmente, às duas associações.

Houve, entretanto, quem criticasse severamente o relatório por incriminar o Ibad. O deputado João Mendes (UDN-BA), presidente da ADP, leu da tribuna da Câmara carta que enviara a Pedro Aleixo, lamentando que a Comissão tivesse se transformado “num pelourinho em que se atassalhou a dignidade de grandes homens públicos deste País”<sup>95</sup>. Embora ressaltando sua amizade com Aleixo, ele considerou que o relator fora “envolvido pela perfídia e pela maldade dos inimigos da democracia”, e afirmou:

---

<sup>92</sup> Idem, p. 9963.

<sup>93</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>94</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto nº 53.042, de 28 de novembro de 1963. Diário Oficial da União, Seção I, 29/11/1963, p. 10043.

<sup>95</sup> In DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 14/12/1963, Seção I, Suplemento, p. 9-11.

Os democratas brasileiros, via de regra, por ação ou omissão, por displicência ou por covardia, por interesse particular ou político-partidário e, até, por vaidade, vão colaborando, eficientemente, na tarefa inglória de entregar o Brasil ao comunismo<sup>96</sup>.

Para João Mendes, no relatório final da CPI as duas principais acusações ao Ibad ficaram reduzidas “às exatas proporções de uma infâmia”, ou seja:

a) Não houve qualquer prova de que os recursos utilizados pelo Ibad, nas suas atividades políticas e sociais, fossem de origem estrangeira. Ao contrário, em face das sugestões do relatório mandando investigar a escrita de uma firma nacional e a vida dos bancos, também nacionais, com o objetivo de apurar a origem dos aludidos recursos, a própria Comissão manifesta a sua inclinação por acreditar que estes sejam brasileiros.

b) O Ibad, ao ajudar a propaganda de candidatos democratas a postos eletivos, não lhes exigiu qualquer compromisso que não fosse o de defender a democracia. [...] O Ibad exerceu um direito, praticou um ato perfeitamente lícito, ao receber e empregar contribuições de pessoas físicas ou jurídicas para auxiliar a propaganda eleitoral de candidatos cujas idéias coincidem com as do seu programa. [...] Sempre neste País as campanhas eleitorais foram feitas com dinheiros arrecadados entre amigos e correligionários dos candidatos, diretamente ou por intermédio de associações, de comitês ou de chefes políticos. É uma realidade que só por hipocrisia se tentaria negar<sup>97</sup>.

Mendes ainda ironizou o caminho adotado por Aleixo, de incriminar o Ibad, mas não citar os beneficiários:

Para excluir de responsabilidade os beneficiários dessa *sui generis* corrupção valeu-se o grande causídico do argumento de que o efeito dos auxílios do Ibad aos candidatos foi nulo. Mas como sabe o eminente mestre de Direito Penal não importa na hipótese à configuração do “delito” o maior ou menor benefício retirado pelo “delinquente” da sua prática criminosa, em seu próprio favor. Não há distinguir entre candidatos vitoriosos e derrotados quando usaram aqueles recursos provindos como insinua a acusação de organizações espúrias para corromper a vontade popular. A verdade, porém, é que nenhum dos aludidos candidatos ofereceu, prometeu, solicitou ou recebeu dinheiro, dádiva ou qualquer vantagem para obter votos. Apenas comprometeram-se a defender a democracia contra as forças dissolventes que estão conduzindo o nosso País ao caos e à convulsão social ajudadas pela ação criminosa do governo e pela complacência condenável de muitos democratas. O Ibad e os homens públicos cuja campanha ele auxiliou com programas de rádio e televisão, faixas, cartazes, transporte e cédulas eleitorais agiram honesta e lícitamente.<sup>98</sup>

Nesse momento, como se percebe, já não havia mais preocupação de mascarar o envolvimento do Ibad na campanha eleitoral, atribuindo-o à Adep e tentando fazer dela

---

<sup>96</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>97</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>98</sup> Idem, *ibidem*.

uma organização à parte. O assunto parecia estar deixando a arena política para passar ao Judiciário. Tão fortes permaneceram as repercussões de todo o episódio, porém, que três meses depois, em seu pronunciamento mais importante nas semanas que precederam a queda – o do comício do dia 13 de março, no Rio de Janeiro –, Goulart ainda faria referência à ação do já extinto Ibad. Ao exaltar medidas do governo, ele afirmou: “Ainda ontem, dentro de associações de cúpula das classes conservadoras, *ibadianos* protestavam contra o Presidente, porque ele defende o povo contra aqueles que o exploram [...]. Não me tiram o sono as manifestações de protesto dos gananciosos, mascaradas em frases patrióticas, mas que traduzem a realidade de seus propósitos anti-sociais e antipopulares” (grifo nosso)<sup>99</sup>.

No dia 31, deflagrou-se a movimentação militar que acabaria por derrubar Jango. Nem os mentores nem os beneficiários da interferência do Ibad e da Adep nas eleições de 1962 foram punidos, e até o neologismo *ibadiano* afinal caiu no esquecimento.

O tempo ajudou a esclarecer, contudo, algumas das dúvidas deixadas pela CPI, em especial sobre a origem dos recursos. Lincoln Gordon, embaixador norte-americano no Brasil no período pré e pós-1964, escreveu em 2002:

Como há muitos anos já foi reconhecido publicamente, eu também fui favorável à proposta de dar através da Agência Central de Inteligência (CIA) alguma assistência financeira aos candidatos ao Congresso que tinham uma atitude amigável com relação aos Estados Unidos.<sup>100</sup>

O reconhecimento público que Gordon menciona foi feito por ele mesmo, em 1977, numa entrevista a Roberto Garcia, da revista *Veja*. Na ocasião, falando dessa assistência financeira aos candidatos, Gordon disse que “sem dúvida, foi muito mais do que um milhão de dólares [R\$ 17.504.246,40]<sup>101</sup>, e eu não me surpreenderia se fossem cinco milhões de

---

<sup>99</sup> CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à Revolução de 1964: a queda de João Goulart* (2º tomo). Rio de Janeiro: Artenova, 1975, p. 262.

<sup>100</sup> GORDON, Lincoln. *A Segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. São Paulo: Senac, 2002, p. 102.

<sup>101</sup> A conversão da moeda norte-americana para a brasileira oferece, neste caso, pelo menos duas possibilidades. A primeira é a direta, desconsiderando o período de tempo transcorrido entre a aplicação do dinheiro, em 1962, e os dias de hoje; desse modo, 1 milhão de dólares equivaleria a cerca de R\$ 2.150.000,00. A outra, levando em conta que os recursos foram usados nos anos 60, e não agora, e que a moeda norte-americana também sofreu corrosão inflacionária nas últimas quatro décadas, é converter os dólares conforme sua cotação no mês de março de 1962 (1 dólar = Cr\$ 318,00) e depois transformar os cruzeiros em reais, pelo sistema já usado anteriormente neste trabalho, o que resulta no valor de R\$ 17.504.246,40, apontado no texto. Esta última fórmula foi a adotada por parecer, ao autor, mais próxima da realidade.

dólares [R\$ 87.521.232,00]. Mas não foi uma soma exorbitante, não foram dezenas de milhões de dólares”<sup>102</sup>.

Em seu livro, o ex-embaixador dá mais explicações para a decisão de apoiar, com recursos da CIA, candidatos às eleições brasileiras:

... estávamos preocupados com o movimento no Congresso, liderado pelo ‘grupo compacto’ do PTB, no sentido de acrescentar cláusulas ao projeto de lei sobre a remessa de lucros proibindo as companhias estrangeiras de acrescentar à sua base de capital os lucros retidos. [...] Essa preocupação me levou a endossar a sugestão da CIA de que se fornecesse dinheiro a candidatos amigáveis, seguindo o precedente da Itália logo após a guerra, que, segundo se acreditava amplamente, tinha impedido uma vitória eleitoral dos comunistas naquele país.<sup>103</sup>

A seguir, Gordon se desculpa por essa interferência e minimiza seus efeitos:

Há alguns anos declarei publicamente que lamentava essa decisão, embora soubéssemos que fundos originários de Cuba e do movimento comunista internacional estavam ajudando os candidatos da extrema esquerda, assim como organizações estudantis. Nosso financiamento provavelmente teve, na melhor das hipóteses, um efeito muito pequeno no resultado das eleições, e o equilíbrio no Congresso entre esquerda e direita não se modificou substancialmente, embora Pernambuco tenha eleito um governador de extrema esquerda, Miguel Arraes.<sup>104</sup>

De fato, se olhado pelos grandes partidos, o equilíbrio no Legislativo não parece ter se alterado profundamente com as eleições de 1962. Hélio Silva registra:

Na Câmara Federal o PSD, o PTB e a UDN aumentaram suas bancadas em termos absolutos e os dois últimos em termos relativos, sendo bem mais acentuado o aumento dos petebistas que se colocaram como segunda bancada.<sup>105</sup>

Ele mesmo observa, todavia, que esse primeiro olhar engana:

A análise minuciosa das eleições de 7 de outubro demonstra, porém, a derrocada acelerada dos partidos como instituições. Enquanto as três grandes legendas caíram, em relação aos pleitos anteriores, as alianças de legendas, transformadas em processo invencível, concentraram 39% dos votos, os

---

<sup>102</sup> GARCIA, Roberto. *Castello perdeu a batalha*. Revista Veja, nº 444, 09/03/1977, p. 6; apud DREIFUSS, op. cit., p. 357.

<sup>103</sup> GORDON, op. cit., p. 329.

<sup>104</sup> Idem, ibidem.

<sup>105</sup> SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975, p. 26. Na comparação entre as eleições de 1958 e 1962, o PSD subiu de 119 para 122 deputados, mas, como o total de cadeiras foi aumentado, proporcionalmente o partido caiu de 36,5% para 29,8%; o PTB passou de 63 cadeiras (19,3%) para 107 (26,2%); a UDN, de 70 (21,5%) para 97 (23,7%); o PSP, de 25 (7,7%) para 22 (5,4%). Os demais nove partidos ficaram, após as eleições de 1962, com menos de 5% das cadeiras cada um. (Dados disponíveis em [www.jaironicolau.iuperj.br](http://www.jaironicolau.iuperj.br); último acesso: 13/02/07).

quais, em brancos e nulos, ultrapassaram os 18%. Cento e noventa e três deputados, alguns totalmente desconhecidos, elegeram-se por esse processo, num total de 409.<sup>106</sup>

Essa fragmentação, com alianças regionais contraditórias, permite entender um outro dado, fornecido por Dreifuss, que mostra a presença do Ibad até no PTB, partido do presidente João Goulart. A informação de Dreifuss parece contrariar, ao mesmo tempo, a negativa de Pedro Aleixo sobre a extensão da influência do Instituto e a alegação de Gordon de que o equilíbrio teria sido mantido:

De um total de 110 parlamentares, cujo mandato dependia de financiamento da rede Ipes/Ibad/Adep que, em troca, comprava a posição de cada um contra as reformas estruturais reivindicadas pelo Executivo nacional-reformista, 46 pertenciam à UDN, 37 ao PSD, 5 ao PRP, 5 ao PTB, 4 ao PTN, 4 ao PSP, 3 ao PDC, 3 ao PR, um ao PL, um ao PRT e um ao MTR<sup>107</sup>.

Além desses, havia deputados de vários partidos, integrantes ou não da ADP, que faziam oposição ao governo, mas não tinham vínculo com o Ibad. Juntos, como já foi dito, eles tornavam muito difícil, talvez inviável, a aprovação de reformas que dependessem de quorum qualificado – e isso, afinal, era o que pretendiam o governo norte-americano e seu embaixador com a chamada “assistência financeira” aos candidatos.

A estimativa de Gordon sobre o valor total da ajuda norte-americana também foi contestada. Philip Agee, ex-agente da CIA, escreveu, referindo-se à ação da CPI:

As investigações revelaram que uma das principais operações políticas da base do Rio de Janeiro – o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) – e uma organização correlata chamada Ação Democrática Popular (Adep) despenderam durante o ano de 1962, na campanha eleitoral, pelo menos o equivalente a uns doze milhões de dólares [R\$ 210.050.956,80], com o financiamento de candidatos anticomunistas, atingindo talvez até a quase vinte milhões [R\$ 350.084.928,00]<sup>108</sup>.

Para o presente trabalho, entretanto, a discussão sobre a origem e o volume dos recursos não é essencial. Importa assinalar, como faz Rodrigo Patto Sá Motta, que

O objetivo era evitar a eleição de parlamentares esquerdistas, impedindo assim a constituição de um apoio institucional sólido às propostas de transformação social. [...] Durante a trajetória do anticomunismo brasileiro, nunca houve uma mobilização eleitoral tão grande quanto em 1962. Muito

---

<sup>106</sup> SILVA, op. cit., p. 26.

<sup>107</sup> DREIFUSS, op. cit., p. 331.

<sup>108</sup> AGE, Philip. *Dentro da “Companhia”: diário da CIA*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p. 285.



dinheiro foi usado para fortalecer a campanha dos defensores da causa, principalmente através do Ibad, recursos ao menos em parte provenientes de fontes externas<sup>109</sup>.

Motta discorda da visão de alguns autores que apontam o temor ao comunismo como mera manobra de conspiradores, visando criar condições favoráveis para um golpe de estado. Ele argumenta:

Na verdade, a hipótese de que os grupos conservadores tinham no golpe sua opção primordial possui alguns pontos fracos. Se assim fosse, qual o sentido da grande mobilização em torno das eleições de 1962? Para que gastar tempo e dinheiro no jogo eleitoral se o objetivo final era subverter as instituições?<sup>110</sup>

Sem pretender aprofundar tal discussão, o presente estudo trabalha com a hipótese de que o principal objetivo da atuação do Ibad e da Adep, em 1962, era mesmo o de controlar uma grande bancada na Câmara dos Deputados – se não majoritária, ao menos, como acabou ocorrendo, capaz de barrar iniciativas importantes do governo. Vale acentuar que o País vivia ainda sob o parlamentarismo; só em setembro daquele ano, com a campanha eleitoral já em pleno andamento, foi aprovada a Lei Complementar nº 2, marcando para 6 de janeiro de 1963 o plebiscito sobre sistema de governo<sup>111</sup>, no qual a grande maioria decidiu pelo retorno ao presidencialismo<sup>112</sup>.

É com esse enfoque, portanto, que o episódio do Ibad voltará a ser abordado no Capítulo III, de forma comparativa com o do Mensalão, cujo relato começa agora.

---

<sup>109</sup> MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 249.

<sup>110</sup> Idem, p. 273.

<sup>111</sup> NETO, op. cit., p. 462.

<sup>112</sup> O presidencialismo obteve 9.457.488 votos, e o parlamentarismo, 2.073.582; cfme. FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (O Brasil Republicano; v.3)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 402.

## Capítulo II – O episódio do Mensalão

Boa parte das observações feitas no início do capítulo anterior continua valendo aqui. Também o relatório final da CPMI dos Correios – seguindo os moldes inerentes a esse tipo de documento e aos fins a que se destina – não conta cronologicamente os fatos apurados e, por reunir informações de diversos momentos da investigação, às vezes repetidos, deixa contradições em aberto ou ignora questões que ao leitor podem parecer importantes.

No episódio do Mensalão, aparecem novos obstáculos. Um deles é a grande diversidade de temas abordados pela CPMI, exigindo uma separação cuidadosa, a fim de considerar apenas o que pode interessar ao presente trabalho. Outro, que, sendo os fatos recentes, não há ainda, sobre eles, literatura farta e com razoável distanciamento histórico, capaz de preencher eventuais lacunas para tornar mais claro o relato sucinto que se pretende fazer.

De todo modo, conforme previsto inicialmente, aqui se manterá o relatório da CPMI como fio condutor, registrando, quando for o caso, as restrições apresentadas no voto em separado subscrito por parlamentares ligados à base de sustentação do Governo<sup>113</sup>.

A proximidade temporal dos acontecimentos justifica mais uma advertência. O resumo que será apresentado, a partir das fontes citadas, não implica defesa ou condenação, pelo autor, de pessoas supostamente envolvidas e de seus atos; julgamentos éticos cabem a instâncias próprias do Parlamento, que já se manifestaram, e criminais ou cíveis ao Poder Judiciário, que decidirá quando considerar oportuno. De tudo a sociedade pode tirar suas conclusões – muitas vezes sujeitas, aliás, a profundas alterações com o passar dos anos.

Feitas tais observações, inicia-se o relato.

Do Mensalão não se conhecem estatuto, diretoria ou data de fundação, pois não se tratou de uma entidade, e sim de “um esquema ilegal de financiamento, voltado ao aliciamento de parlamentares e partidos para a base do Governo no Congresso Nacional, o

---

<sup>113</sup> CPMI DOS CORREIOS, Voto em separado nº 04, autores deputados Carlos Abicalil (PT-MT), Carlos Willian (PTC-MG), Jorge Bittar (PT-RJ), Maurício Rands (PT-PE) e Jamil Murad (PCdoB-SP), senadores Sibá Machado (PT-AC), Ideli Salvatti (PT-SC), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Leomar Quintanilha (PCdoB-TO) e Gilvam Borges (PMDB-AP). (Disponível em [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br); último acesso: 16/02/2007).

qual eventualmente, comportaria o pagamento de subornos com alguma periodicidade”<sup>114</sup>. Tal esquema teria funcionado em 2003 e 2004, baseado em tentativas análogas feitas anos antes; tudo isso, entretanto, a CPMI só chegou a afirmar bem mais tarde, pois, quando foi requerida e instalada, os fatos que a motivavam pareciam muito menos expressivos.

No dia 18 de maio de 2005, a edição nº 1.905 da revista *Veja* publicou matéria sob o título “O homem-chave do PTB”, em que era transcrita a gravação de diálogo entre um diretor de departamento na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Maurício Marinho, e dois empresários, indicando a existência de corrupção nessa estatal; a matéria também reproduzia imagens, depois veiculadas por emissoras de TV, em que Marinho recebia R\$ 3.000,00, supostamente, em troca de favores administrativos. A certa altura da conversa gravada, ele mencionava estar agindo em nome do PTB e sob as ordens do deputado federal Roberto Jefferson, presidente nacional do partido, que integrava a base de sustentação do governo no Congresso.<sup>115</sup>

Jefferson logo rebateu a denúncia, afirmando não ter conhecimento da suposta corrupção na ECT, mas os partidos de oposição se movimentaram e conseguiram as assinaturas necessárias para a instalação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o objetivo de “investigar as causas e conseqüências de denúncia de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”<sup>116</sup>.

A CPMI foi instalada no dia 9 de junho, e, ao iniciar seus trabalhos, as denúncias já eram muito mais graves: em entrevista publicada no dia 6 pela *Folha de S. Paulo*<sup>117</sup>, Roberto Jefferson abandonara a postura defensiva e revelara a existência de um esquema de corrupção de parlamentares, o Mensalão, coordenado pela direção do Partido dos Trabalhadores e articulado pelo publicitário mineiro Marcos Valério Fernandes de Souza.

Chamado ao Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, Jefferson – que acabaria perdendo o mandato, por quebra do decoro parlamentar – depôs no dia 14 de junho, confirmando suas acusações. Em trecho desse depoimento reproduzido no relatório final da CPMI, ele afirma que desde agosto de 2003 era voz corrente “em cada canto desta Casa, em

---

<sup>114</sup> CPMI DOS CORREIOS e CPMI DA COMPRA DE VOTOS. *Relatório parcial conjunto*. In CPMI DOS CORREIOS, Relatório final, vol. II, p.773.

<sup>115</sup> REVISTA VEJA. São Paulo: n. 1.905, 18/05/05, p. 54-61.

<sup>116</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. I, p. 56.

<sup>117</sup> FOLHA DE S. PAULO. São Paulo: 06/06/05, p. 1 e A4-6.

cada fundo de plenário, em cada gabinete, em cada banheiro” a existência do esquema pelo qual o tesoureiro nacional do PT, Delúbio Soares, tendo como intermediário Marcos Valério, repassaria dinheiro a partidos integrantes da base de sustentação do Governo, “num negócio chamado mensalão”<sup>118</sup>.

A certa altura do depoimento, Jefferson recebeu um bilhete, leu-o rapidamente e, interrompendo a resposta que dava a um parlamentar, afirmou: “Já apareceu a secretária!”. Ele acabara de ficar sabendo que a revista *Istoé Dinheiro* estava antecipando sua edição semanal para publicar, naquele dia, uma entrevista em que a ex-secretária de Marcos Valério confirmava as denúncias e fornecia detalhes sobre as atividades do antigo chefe.<sup>119</sup>

A ex-secretária, que se tornaria testemunha importante do caso, entrara em contato com o jornalista Leonardo Attuch e dera a entrevista nove meses antes, mas, na época, a matéria não fora publicada. “Tínhamos uma secretária atacando seu ex-chefe, que até então era um ilustre desconhecido, sem sequer apresentar provas”, explica Attuch<sup>120</sup>. Segundo ele, a decisão de publicar a entrevista e, inclusive, antecipar a edição da revista, foi tomada na véspera do depoimento de Jefferson porque já então Valério aparecia como figura importante no esquema que estava sendo denunciado.

Os deputados que assinaram o voto em separado entenderam, entretanto, que Attuch estaria a serviço do Grupo Opportunity, um dos citados nas investigações sobre os negócios de Marcos Valério<sup>121</sup>, e recomendaram seu indiciamento por tráfico de influência e corrupção ativa<sup>122</sup>, o que não foi incluído no relatório final. O jornalista nega as acusações.

De qualquer forma, a entrevista da ex-secretária tornou ainda mais importante o depoimento de Roberto Jefferson, que passava a ser corroborado por alguém que trabalhara bem perto de Marcos Valério. E, descontado o volteio retórico de apontar a disseminação de rumores por cantos, fundos e banheiros, Jefferson estava certo ao dizer que a suspeita há tempos se espalhava. Como recorda o relatório da CPMI, em 22 de fevereiro de 2005 a cientista política Lucia Hippolito já havia se referido ao assunto, em comentário na rádio *CBN* que depois seria incorporado ao seu livro sobre o governo Lula. Disse ela:

---

<sup>118</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. II, p. 499.

<sup>119</sup> Cfme. ATTUCH, op. cit., p. 69-71.

<sup>120</sup> ATTUCH, op. cit. p. 84.

<sup>121</sup> CPMI DOS CORREIOS, Voto em separado nº 04, vol. II, p. 151-2.

<sup>122</sup> CPMI DOS CORREIOS, Voto em separado nº 04, vol. III, p. 249.

“Na Câmara dos Deputados, volta e meia circulam histórias sobre deputados que teriam vendido o voto por tantos mil reais. Ninguém conta a história até o fim, ninguém apura direito. As coisas ficam por isso mesmo, mas vai se cristalizando a imagem do Congresso como um mercado persa, onde tudo se compra e tudo se vende. Desde a semana passada circulam boatos de que vários deputados teriam recebido dinheiro para engordar bancadas partidárias na Câmara. Por conta do troca-troca desenfreado que aconteceu nos primeiros dias do ano legislativo criou-se até a figura do “deputado pré-pago”.<sup>123</sup>

Houve, na verdade, uma referência ainda mais antiga a tal esquema. Em 24 de setembro de 2004, lembra igualmente o relatório final da CPMI, o *Jornal do Brasil* publicou matéria sob o título “Miro denuncia propina no Congresso”, tratando da “distribuição de verbas e cargos para premiar partidos da bancada governista fiéis ao Planalto”. A denúncia teria sido feita por parlamentares ao deputado e ex-ministro das Comunicações Miro Teixeira, na época em que ele ocupava a liderança do Governo na Câmara.<sup>124</sup>

Embora a matéria do *Jornal do Brasil* tenha sido prontamente negada e rapidamente esquecida, o relatório da CPMI registra que ela estava bem próxima dos acontecimentos:

À época, a reportagem afirmava que a distribuição do *Mensalão*, feita até então em dinheiro vivo, teria sido substituída por algo mais sofisticado, para evitar dores-de-cabeça aos envolvidos. De fato, embora tenha sido publicada meses antes do *Mensalão* ser popularizado por denúncia do ex-Deputado Roberto Jefferson, o texto parecia relatar com fidelidade o que ocorria. Era, justamente naquele momento, que a obscura prática do *Mensalão*, um sistema de distribuição de recursos ilícitos a políticos e indicados políticos, estava se sofisticando, como poderá ser visto no presente relatório, quando se reporta à substituição dos saques no Banco Rural pela remessa a corretoras (grifos no original).<sup>125</sup>

Se em setembro de 2004 o esquema já se tornava mais sofisticado, quando e como teria começado? Essas questões geraram controvérsia na CPMI, baseando, inclusive, parte das restrições ao relatório final levantadas no voto em separado do grupo de parlamentares ligados ao governo.

Para o autor das denúncias, a origem seria o Rio de Janeiro, onde a Assembléia Legislativa chegara a investigar, cerca de seis anos antes, um suposto plano de pagamento

---

<sup>123</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. II, p. 772. A íntegra do comentário citado no relatório da CPMI está em HIPOLITO, Lucia. *Por dentro do governo Lula: anotações num diário de bordo*. São Paulo: Futura, 2005, p. 204-5.

<sup>124</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. II, p. 780. A íntegra da reportagem está em *Jornal do Brasil*, 24/09/2004, p. A3.

<sup>125</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. II, p. 780.

de propinas a deputados estaduais. Disse Jefferson: “Isso foi um escândalo no Rio, e arquivaram a CPI [...]. A prática é igualzinha: todo mês um aditivo salarial para os Deputados. E essa nomenclatura mensalão vem de lá, da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro”.<sup>126</sup>

O desenrolar das investigações apontaria outra possível origem, não de nomenclatura, mas de procedimento. Foi apurado que nas eleições de 1998, em Minas Gerais, duas empresas de Marcos Valério, a SMP&B Comunicação e a DNA Propaganda Ltda., contraíram empréstimos no Banco Rural e repassaram o dinheiro à campanha dos candidatos da coligação PSDB/PFL. O primeiro empréstimo foi renovado uma vez e depois quitado; o segundo, após três prorrogações, gerou uma ação judicial de cobrança e finalmente um acordo, que reduziu o montante pago a menos de 25% do valor inicial, causando estranheza na CPMI. Observa o relator, Osmar Serraglio:

Este é o caso que, por sua similitude, pode-se afirmar que serviu de *portfolio* para o ingresso de Marcos Valério nos meandros de engenharia financeira que se fazia necessária para a construção de uma maioria parlamentar de um governo egresso das urnas sem esse apoio.<sup>127</sup>

A similitude apontada pelo relator é clara: em 1998, Marcos Valério fez dois empréstimos para financiar a coligação mineira PSDB/PFL; em 2003 e 2004, desta vez financiando o PT, ele tomou seis empréstimos, no mesmo Banco Rural e também no Banco BMG, e foi avalista de outros dois tomados pelo partido. Segundo as alegações do próprio Valério e de Delúbio Soares, todo o dinheiro teria servido para pagar dívidas remanescentes de campanhas<sup>128</sup>. Diz o relatório final da Comissão:

A CPMI mergulhou em um universo inexplorado e centrou seu foco nas ações desse personagem até então obscuro no cenário político nacional. Descobriu no Sr. Marcos Valério um arquiteto de sofisticadas operações financeiras de distribuição de dinheiro a parlamentares. O empresário angariava recursos no setor público e privado e os repassava, por meio de suas agências de publicidade, às pessoas indicadas por Delúbio Soares. Havia seduzido o Partido dos Trabalhadores com um mecanismo para arrecadar

---

<sup>126</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. II, p. 781.

<sup>127</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. II, p. 1030.

<sup>128</sup> Em dezembro de 2005, com a CPMI em pleno andamento, as empresas de Marcos Valério ingressaram em juízo para cobrar do Partido dos Trabalhadores o montante original de R\$ 55.900.000,00, que, incluindo juros e correção, chegavam a R\$ 100.082.000,00 (*tendo em vista que se trata de episódio recente e ocorrido em período de inflação baixa, os valores relacionados ao Mensalão não foram atualizados monetariamente, aparecendo neste trabalho, portanto, como constam no relatório final da Comissão*).

fundos que já tinha sido oferecido a políticos de seu Estado, Minas Gerais, durante a campanha eleitoral de 1998 [...].<sup>129</sup>

Conforme os integrantes da base governista, contudo, a CPMI deveria ter ido mais longe na verificação das semelhanças entre o caso de Minas Gerais e o Mensalão. Por isso, no voto em separado, em várias oportunidades eles citam a campanha mineira como origem de tudo. Eis uma dessas afirmações:

[...] pelas mesmas características da operação e por ser o mesmo empresário de publicidade o principal agente, podemos afirmar que a CPMI encontrou, durante suas investigações, a origem do *esquema* em Minas Gerais [...]. Descobriu-se ali o *DNA do esquema Marcos Valério* (grifos no original).<sup>130</sup>

Mais adiante:

Fato é que [...] o *esquema* começou a funcionar, até onde se tem notícia, na **campanha eleitoral de Minas Gerais de 1998** (grifos no original).<sup>131</sup>

E ainda:

[...] as provas coletadas e os depoimentos prestados permitem a conclusão inevitável que Marcos Valério e o PSDB, em Minas Gerais, no ano de 1998, durante a campanha para o governo mineiro, inauguraram um novo esquema de financiamento de campanha que depois foi estendido com a participação de Delúbio Soares.

Os empréstimos bancários, garantidos a partir de contratos de publicidade oficiais ou não, foi a saída encontrada para efetuar tais financiamentos. A estrutura é exatamente a mesma repetida anos mais tarde para financiar o PT e outros partidos.

Do mesmo modo que os mecanismos acima descritos, as suspeitas sobre desvios de recursos para abastecer as contas das empresas de Marcos Valério são abundantes nos governos mineiro e federal do PSDB.<sup>132</sup>

Essas transcrições ajudam a ilustrar a acirrada disputa política travada na CPI entre a oposição, em especial o PSDB e o PFL, e os governistas, tendo à frente o PT. Não sendo esse o foco do presente trabalho, todavia, elas aqui aparecem porque deixam à mostra outra questão, mais significativa para o estudo que se busca fazer: a discussão se o Mensalão existiu ou não, ou seja, se o objetivo das operações montadas por Marcos Valério e Delúbio Soares era o controle das decisões no Parlamento ou, como alegavam eles, somente o pagamento de dívidas de campanha mediante uso de caixa dois.

<sup>129</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. II, p. 498.

<sup>130</sup> CPMI DOS CORREIOS, Voto em separado nº 04, vol. II, p. 8.

<sup>131</sup> CPMI DOS CORREIOS, Voto em separado nº 04, vol. II, p. 14.

Tal discussão tinha grande importância por pelo menos dois motivos: primeiro, a configuração do pagamento de dívidas de campanha, ainda que não declaradas à Justiça Eleitoral e saldadas com o uso de caixa dois, tornaria a irregularidade menos grave e a enquadraria numa prática disseminada na política brasileira, de forma que talvez nenhum partido se animasse a denunciá-la com muito rigor; segundo, sendo assunto de campanha, poderia ficar restrito aos partidos, não envolvendo o governo, o que fatalmente ocorreria se fosse ele o beneficiado pelo uso dos recursos para a obtenção de maioria parlamentar.

Para descaracterizar a hipótese de compra de apoio, os situacionistas afirmavam que mesmo os parlamentares que haviam recebido recursos do chamado *Valerioduto* (neologismo empregado pela própria CPMI) visavam apenas pagar dívidas contraídas durante a campanha, e não garantir voto favorável a projetos de interesse do governo. Assim, argumentavam, não existira Mensalão, ou seja, pagamento continuado, e sim ocasional.

Muito espaço do relatório final da CPMI foi utilizado, em função disso, para provar a existência do Mensalão e tentar mostrar que, se nem sempre funcionou com pagamento continuado, o esquema de fato envolvia compra de apoio parlamentar. Já no início, se lê:

Do mesmo modo, as investigações desta CPMI, os citados procedimentos da Câmara dos Deputados<sup>133</sup> e o próprio comportamento dos acusados contribuíram para provar – provas essas que serão reiteradas no presente Relatório Final – sem deixar margem a dúvidas, que os ilícitos, amplamente conhecidos sob o epíteto *mensalão*, de fato existiram, que sua denúncia, os processos instaurados que dela resultaram e, notadamente, a presente investigação constituem uma contribuição fundamental do Congresso Nacional ao fortalecimento do Estado de Direito Democrático no Brasil.<sup>134</sup>

Mais adiante, afirma o relatório final:

O Capítulo 7 trata do *modus operandi* de Marcos Valério e descreve uma série de operações financeiras coordenadas pelo publicitário, financiadas com dinheiro público e privado, para repasse a políticos e beneficiários indicados por partidos políticos. [...] Neste Capítulo há um tópico reservado à análise dos pagamentos dos beneficiários, no qual apresenta-se uma elevada correlação entre os repasses de recursos e a ocorrência de eventos e fatos políticos relevantes no cenário nacional. Aqui, comprova-se, inequivocamente, a existência do “Mensalão”, expressão irradiada pelo ex-Deputado Roberto Jefferson e pela qual tais repasses foram batizados.<sup>135</sup>

---

<sup>132</sup> CPMI DOS CORREIOS, Voto em separado nº 04, vol. II, p. 18.

<sup>133</sup> O relatório se refere aqui aos processos abertos no Conselho de Ética contra deputados que teriam sido beneficiados pelo Valerioduto.

<sup>134</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. I, p. 4-5.

<sup>135</sup> Idem, vol. I, p. 28.



Em um item intitulado “O Mensalão: Uma Realidade”, reitera o parecer do relator:

Meses de investigação se passaram, e a consciência da existência do *Mensalão* se impôs àqueles que deram de ombros ou quiseram ignorar a verdade expressa pelos fatos. Este relatório é a narrativa desse enredo político em detalhes e mostra que o “Mensalão”<sup>136</sup> foi uma realidade. A expressão, obviamente, para além da estreiteza conceitual, tem caráter midiático, comunicacional, visa reclamar a atenção da sociedade. Concentra, em uma só palavra, ressoante, a idéia de uma prática ilícita de cooptação política, contrária ao interesse público, financiada com dinheiro escuso de cofres públicos e privados. Sintetiza a degradação de um escambo imoral de favores, que teve membros importantes da classe política como protagonistas.<sup>137</sup>

Quanto à questão da periodicidade dos pagamentos, que configuraria a mesada ou Mensalão, já o relatório parcial conjunto das duas comissões fazia uma advertência, reproduzida no relatório final da CPMI dos Correios:

...O que menos interessa, a esse respeito, é a periodicidade dos pagamentos. Alguns podem ter sido feitos mês a mês, outros com maior ou menor periodicidade. O fato importante, do qual não podemos nos afastar, é o recebimento de vantagens indevidas.<sup>138</sup>

A seguir, o relatório final rejeita a justificativa dos beneficiários de que o Valerioduto teria servido apenas para pagamento de dívidas de campanha, inclusive porque, após nove meses de investigações, “pouquíssimos foram os que apresentaram comprovantes das dívidas supostamente honradas com o dinheiro repassado pelo empresário Marcos Valério”<sup>139</sup>. Na opinião do relator, essa alegação visava esconder as irregularidades maiores:

Sem argumento para explicar o inexplicável, a defesa dos beneficiários foi a admissão de um crime, para evitar a confissão de outros praticados: a não contabilização das despesas de campanha, conhecida na sociedade como “Caixa Dois”, e não a prática de corrupção. Aliás, a tese do “Caixa Dois” só apareceu meses depois do início do escândalo, e já então de forma orquestrada.<sup>140</sup>

---

<sup>136</sup> O relatório final refere-se ao Mensalão de várias formas, ora grifando a palavra, ora colocando-a entre aspas, ora escrevendo-a sem a inicial maiúscula – tudo isso às vezes num único parágrafo. Nas citações feitas aqui manteve-se a grafia utilizada no documento, daí a diversidade, que pode chamar a atenção do leitor.

<sup>137</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. II, p. 772-3.

<sup>138</sup> Idem, vol. II, p. 773.

<sup>139</sup> Idem, vol. II, p. 775.

<sup>140</sup> Idem, ibidem.

A certa altura, o relatório final enumera quatro contraditas ao argumento de que todo o episódio se resumiria ao uso de caixa dois para pagar dívidas de campanha e estaria restrito, portanto, aos partidos:

1. Porque seriam pagamentos de campanha não coeva – em 2003 não houve eleições. O só fato de não ser coetânea reforça a sua não verossimilhança.
2. Porque, como assentado, por se tratar de pagamentos ilícitos já confessados, nada acrescentaria, em seara de punibilidade, a exibição mínima de algum comprovante [...]. Com efeito, se há comprovantes de saques para o Partido, além de recebedores identificados e testemunhas de tais pagamentos, diante da inexorabilidade do convencimento do mensalão, será bastante dizer-se: não, não recebi *Mensalão*, paguei despesas de campanha? Evidente que não. Minimamente, deveriam ser comprovados tais pagamentos.
3. Porque, o fato de um que outro caso poder ter sido empregado em campanha eleitoral não afasta a existência do mensalão. No *Valerioduto* existem recursos para o *Mensalão*, para o Caixa Dois [...] e ainda para outros endereçamentos de difícil identificação, uma vez que se trata de movimentação de dinheiro em espécie.
4. Ademais, quanto ao envolvimento de próceres do Governo Federal, há que considerar que o ato de corrupção envolve, necessariamente, duas partes: uma, que recebe os dinheiros e procede de acordo com os entendimentos tratados; outra, que fornece os dinheiros, interessada em que o agente público proceda de determinada maneira. Na espécie, o que ressuma deste Relatório é que os parlamentares receberam recursos oriundos de instituições e empresas cujos dirigentes eram vinculados a integrantes do Poder Executivo (eram os agentes passivos da relação jurídica). Indaga-se, quem era o agente ativo do outro lado? Quem era o corruptor?<sup>141</sup>

O relatório final da CPMI também apresenta os resultados de vários cruzamentos de informações realizados para verificar possíveis relações entre os pagamentos efetuados pelo Valerioduto e momentos políticos importantes. Assim, em relação ao PL, observa:

[...] o fluxo de recursos, de um modo geral, correlaciona-se temporalmente à ampliação da base de sustentação do Governo (ingressos de deputados no PL), à aprovação de matérias politicamente polêmicas, e a supostos acertos de dívidas de campanha declarados pelos beneficiários.

Logo no primeiro mês do atual governo, percebe-se intensa migração de parlamentares para o Partido Liberal. [...] em apenas três dias, houve nada menos do que quatorze migrações para o PL.

A seguir, já no início do segundo mês do atual governo, iniciam-se fluxos periódicos de recursos para o Partido Liberal, via empresa Guaranhuns Empreendimentos Ltda.<sup>142</sup> São exatamente 22 remessas semanais que se iniciam no mês de fevereiro de 2003 e se estendem até o final do mês de agosto de 2003. Observa-se uma regular distribuição de recursos próxima à descrita pelo ex-Dep. Roberto Jefferson (PTB-RJ), todavia, em uma periodicidade semanal.

[...]

---

<sup>141</sup> Idem, vol. II, p. 776-7.

<sup>142</sup> A CPMI apurou que essa empresa era utilizada como intermediária para o repasse de recursos ao PL.

Registre-se, por oportuno, que ainda durante o período de desembolsos houve nove migrações para o Partido Liberal.

Portanto, diante desses fatos, tem-se o entendimento de que nesse período o *Mensalão* atendeu a um objetivo importante: a ampliação da base de apoio parlamentar do Governo.<sup>143</sup>

No total, via Guaranhuns, foram repassados mais de R\$ 6 milhões.

Cruzando dados de outras retiradas feitas por operadores do esquema no PL e as datas de votações importantes, diz o relatório final:

Em cinco meses amealharam cerca de R\$ 800.000,00. Nesse período, em datas bastante aproximadas, se não coincidentes com as dos saques, ocorreram votações importantes no Congresso Nacional, a exemplo da Reforma da Previdência, da Reforma Tributária e das PECs Paralelas da Previdência.<sup>144</sup>

No período dos repasses submetidos a cruzamento, constatou a CPMI,

[...] foram verificadas 26 migrações para o PL e quatro votações de matérias importantes.

Desse modo, corroborada está a tese de que das destinações dadas aos recursos amealhados pelo *Valerioduto*, estavam presentes a ampliação da base de sustentação do Governo via “facilitação” de migrações partidárias e a “viabilização” de aprovações de matérias de seu interesse.<sup>145</sup>

O mesmo trabalho, efetuado em relação ao PTB, constatou o repasse de mais de R\$ 2,5 milhões, coincidindo com 31 migrações para o partido e com as mesmas votações importantes citadas na análise do PL. Diz o relatório:

Diante desses fatos, observa-se que o pagamento do *Mensalão* tinha estreita correlação com a ampliação da base de sustentação do Governo, por intermédio de migrações partidárias para partidos aliados, e com a aprovação no Congresso Nacional de matérias de interesse do Governo Federal.<sup>146</sup>

Para o PP, foram registrados repasses superiores a R\$ 5,3 milhões e a ocorrência de 11 migrações no período analisado, várias delas coincidindo com as datas dos saques no Valerioduto. Mas a CPMI apurou também um outro esquema de entrega de dinheiro ao partido, por meio da Corretora Bônus Banval, que somou, em 50 dias, R\$ 6,6 milhões.

Um item do relatório final trata especificamente de “uma das possíveis estratégias utilizadas pelo Governo para viabilizar seus interesses político-partidários, qual seja a de

<sup>143</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. II, p. 846.

<sup>144</sup> Idem, ibidem.

<sup>145</sup> Idem, ibidem.

propiciar condições favoráveis à aprovação de matérias de seu interesse pelo Congresso Nacional”<sup>147</sup>. Diz o documento:

Observa-se que nos dez dias imediatamente anteriores e posteriores à votação da Reforma Tributária ocorreu intensa movimentação de recursos, especialmente por intermédio de conhecidos operadores do *Mensalão*. [...] Ao todo, foram movimentados R\$ 2.020.000,00 por essas pessoas nos dez dias que antecederam e sucederam a votação da Reforma Tributária. Nesse intervalo de vinte dias, houve 18 visitas ao Banco Rural em Brasília<sup>148 149</sup>.

Perto da data de votação da Lei de Falências, outro projeto de interesse do governo, houve saques no total de R\$ 800 mil em contas do Valerioduto. Próximo às datas de votação da Reforma da Previdência e da PEC Paralela da Previdência, uma operadora do *Mensalão* sacou R\$ 950 mil. O relatório, porém, alerta:

Cabe ressaltar que só foram computados na análise os saques efetivados por operadores conhecidos. Para se ter uma idéia da magnitude dos recursos movimentados durante o período de votação das Reformas Tributária e Previdenciária, por operadores conhecidos ou não, o valor foi da ordem de R\$ 14.829.811,00. Apenas os operadores tradicionais do *Mensalão* sacaram no *Valerioduto* cerca de R\$ 5.255.000,00 no período.

Característica intrigante verificada no fluxo de recursos é que os saques eram quase diários, em valores elevados e inteiros.<sup>150</sup>

O relator comenta, com base em tais informações:

O comportamento observado nesses saques questiona a tese de que os repasses tenham sido destinados a saldar dívidas de campanha eleitoral. A finalidade de distribuição de recursos parece ser de outra ordem, próxima aos objetivos político-partidários de viabilização da aprovação de matérias de seu interesse.<sup>151</sup>

Houve também repasses para o PMDB e um de seus deputados; para um deputado do PFL; para o PT nacional e diretórios regionais, além de alguns parlamentares petistas. Ao todo, a CPMI apurou a distribuição, entre várias pessoas físicas e jurídicas, de R\$ 55.029.370,18 oriundos do Valerioduto. Desse total, quase R\$ 3,6 milhões foram movimentados nos dois meses anteriores às eleições municipais de 2004.

---

<sup>146</sup> Idem, vol. II, p. 848.

<sup>147</sup> Idem, vol. II, p. 851.

<sup>148</sup> A CPMI descobriu que a agência do Banco Rural em Brasília foi utilizada inúmeras vezes para repasses a beneficiários do Valerioduto.

<sup>149</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. II, p. 851

<sup>150</sup> Idem, vol. II, p. 852.

<sup>151</sup> Idem, ibidem.

Diante de tal volume de recursos, uma pergunta acompanhou sempre os trabalhos da CPMI: de onde vinha o dinheiro?

Marcos Valério e Delúbio Soares atribuíam tudo aos empréstimos obtidos nos bancos Rural e BMG, mas os representantes da oposição não acreditavam. Afinal surgiu uma pista para sustentar a afirmação, feita no relatório, de que a tese dos empréstimos era falsa, e que “na verdade, os principais operadores do esquema viabilizaram esses recursos com fontes públicas e privadas”. Tratava-se da Visanet, uma empresa privada com participação societária de instituições financeiras, entre elas o Banco do Brasil (BB). Cabe ao banco estatal a administração de parte dos recursos de um fundo destinado a promover a marca Visa e seus cartões; por isso entendeu a CPMI – contra a posição dos representantes do PT – que, embora a Visanet seja privada, se o BB decide com exclusividade a escolha, contratação e execução das ações de marketing custeadas por sua parte no fundo, “inequívoco é que os recursos utilizados têm caráter público”<sup>152</sup>.

Em 2003 e 2004, a DNA, empresa de Marcos Valério, teria sido amplamente beneficiada entre as agências escolhidas para a utilização dessa verba, inclusive com adiantamentos de recursos sem clara justificativa, alcançando ganhos totais de quase R\$ 24 milhões. Para a CPMI, “fica clara a conivência da diretoria de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil na operação de adiantamento, transferindo recursos que serviram de lastro para parte dos pagamentos realizados pelo Valerioduto”<sup>153</sup>.

Assim, conforme as conclusões da CPMI, os supostos empréstimos tomados por Marcos Valério para o PT eram mera formalidade contábil e financeira:

A verdadeira origem dos recursos provinha de cofres públicos, como o Fundo de Recursos da Visanet, gerido pelo Banco do Brasil, ou de fontes privadas, como a Brasil Telecom e a Usiminas. [...] o empresário utilizou sua ligação com o Poder para viabilizar as operações financeiras e dar às transferências de recursos uma aparência de normalidade. Sua relação com autoridades públicas era estreita. Contratos de prestação de serviços para entidades públicas foram usados irregularmente como garantia de supostos financiamentos nos bancos BMG e Rural. Recursos da Visanet, na parte controlada pelo Banco do Brasil, redundaram nas mãos de destinatários do *Mensalão*. [...] A malversação de recursos públicos, contrariando a Lei e a probidade administrativa ficou evidente. O *Valerioduto* pode ter sido maior do que a confissão de Marcos Valério e de Delúbio Soares.<sup>154</sup>

---

<sup>152</sup> Idem, vol. II, p. 584.

<sup>153</sup> Idem, vol. II, p. 592.

<sup>154</sup> Idem, vol. II, p. 770.

Se foi ou não maior, não se apurou, mas parlamentares do PT e partidos aliados deixaram claro que não concordavam com a linha adotada pelo Relatório final em relação à responsabilidade do governo no episódio. Diz o voto em separado:

Fato é que desde o início dos trabalhos a Comissão se afastou de seu desiderato inicial, desvirtuando-se de forma exacerbada de sua linha primária de investigação, na medida em que direcionou suas energias para a tentativa de demonstrar o que seria a suposta gênese de um grande esquema de corrupção descoberto na seara da República Federativa Brasileira e sob os auspícios do Governo Atual.<sup>155</sup>

Os parlamentares ressaltam que não estão duvidando da existência de irregularidades, mas defendem que o Relatório final se vincule ao ato de criação da Comissão e espelhe a realidade das investigações, “não dando margem a que se reverbere dados, constatações e informações genéricas, circunstanciais, laterais, que não encontram amparo no conjunto probatório [...]”<sup>156</sup>. A seguir, salientam:

É nessa seara que devem ser analisadas com muita e refletida ponderação algumas afirmações e supostas ilações acerca, por exemplo, de *transferências de recursos públicos para o Partido dos Trabalhadores* ou ainda que *o Governo atual foi responsável pelo maior sistema de corrupção nos últimos anos*, asserções que não encontram respaldo nos fatos, nas provas coletadas e no resultado dos trabalhos produzidos pela Comissão (grifos no original).

[...]

Mesmo que se considerasse haver um aspecto determinado a ser investigado, fato é que a CPMI dos Correios desde logo se mostrou um instrumento de ataques fortuitos ao Governo Federal, em boa medida com ritmo definido pela mídia, que em vários momentos pareceu andar à frente das investigações.<sup>157</sup>

Adiante, o voto em separado nega a tentativa de influenciar decisões legislativas:

Cabe destacar que não se está aqui defendendo em hipótese alguma que o caixa 2 não seja prática condenável. No entanto, não houve pagamentos para obter aprovação de projetos de interesse do Governo, mas o repasse – ilegal, repita-se – para partidos.

O Relatório não apresenta provas que indiquem a existência do “mensalão”. Utilizou-se o Relator de ilações, “estranhezas”, suspeitas, para chegar a conclusões sem base em fatos.<sup>158</sup>

O voto em separado também oferece informações diferentes das apresentadas pelo relator com base nos cruzamentos de datas de repasses com momentos políticos

---

<sup>155</sup> CPMI DOS CORREIOS, Voto em separado nº 04, vol. II, p. 50.

<sup>156</sup> Idem, ibidem.

<sup>157</sup> Idem, p. 51.

<sup>158</sup> Idem, p. 266.

importantes. Segundo o texto, não há coincidência de datas entre os saques efetuados e as trocas de legenda, e o fenômeno da migração partidária é recorrente na política brasileira, tendo acontecido também no início dos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Por outro lado, prossegue o voto dos parlamentares situacionistas, um levantamento de votações nominais eletrônicas nos anos de 2003 e 2004 não mostra relação entre os eventuais repasses de dinheiro e os resultados de Plenário, ao contrário, indica queda no apoio ao governo justamente em períodos nos quais há repasses mais elevados.

Os representantes da base governista recordam, ainda, que nos casos citados pelo relator – Reformas da Previdência e Tributária e PEC Paralela<sup>159</sup> – houve apoio significativo do PSDB e do PFL às propostas, “mostrando não haver qualquer sentido em vincular tais votações com o suposto Mensalão”<sup>160</sup>.

Outro ponto de polêmica na CPMI dos Correios foi o papel do então ministro chefe da Casa Civil e deputado licenciado José Dirceu (PT-SP) no esquema do Mensalão. Conforme o depoimento de Jefferson reproduzido no relatório final, ele teria comandado tudo:

**O SR. ROBERTO JEFFERSON (PTB-RJ)** – Eu digo que o José Dirceu era o chefe, sem nenhum erro, disse isso a ele olhando ele de frente, não estou aqui fazendo uma coisa por trás, o José Dirceu chefiava isso. As conversas eram todas nesse sentido.<sup>161</sup>

Marcos Valério afirmou que Dirceu teria participado de reuniões com dirigentes dos bancos BMG e Rural, que forneceram os supostos empréstimos. Segundo o relatório final,

[...] várias pessoas confirmaram que o ex-ministro chefe da Casa Civil José Dirceu sabia dos empréstimos e do esquema do Mensalão. O ministro estava a par de todos os acontecimentos e coordenava as decisões, junto com a diretoria do PT.<sup>162</sup>

José Dirceu, que, em meio às denúncias, acabaria deixando o Ministério, foi ouvido pela CPMI da Compra de Votos e negou qualquer tipo de participação no esquema do Mensalão. As informações daquela Comissão não chegaram a ser apreciadas em forma de relatório final, mas foram aproveitadas na CPMI dos Correios, cujo relator, Osmar

---

<sup>159</sup> A PEC Paralela, como ficou conhecida, era uma proposta de emenda constitucional que amenizava os efeitos da reforma da Previdência; essa foi a fórmula encontrada para garantir a aprovação da reforma, diante da resistência de um grande número de parlamentares ao texto original.

<sup>160</sup> CPMI DOS CORREIOS, Voto em separado nº 04, vol. II, p. 266-7.

<sup>161</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. II, p. 786.

Serraglio, concluiu pela responsabilidade do ex-ministro. Segundo ele, Dirceu “desponta como o grande idealizador desse esquema de corrupção, destinado a garantir uma base de apoio ao Governo na Câmara dos Deputados”<sup>163</sup>.

O voto em separado apresentado por parlamentares do PT e partidos aliados discorda dessa conclusão, afirmando que “não foram produzidas provas acerca da participação do ex-ministro da Casa Civil e ex-deputado José Dirceu nos repasses ilegais para campanhas”<sup>164</sup>. O texto diz ainda que a representação no Conselho de Ética (que acabaria resultando na cassação do mandato de Dirceu) limitou-se a reproduzir acusações que teriam sido feitas por Marcos Valério e sua mulher, de forma genérica, sem dar ao ex-ministro a possibilidade de esclarecer algum fato específico, e acentua:

[...] o ex-ministro José Dirceu, em sua defesa, negou que tivesse participado de qualquer conluio com a finalidade de levantar fundos para pagar parlamentares, a fim de que votassem em projetos a favor do governo. Afirmou também o que já havia decidido o Conselho de Ética e o Plenário da Câmara dos Deputados na cassação do mandato do Deputado Roberto Jefferson: o que houve foi o repasse ilegal de contribuições para saldar obrigações de campanhas eleitorais. Tais repasses teriam sido feitos com base em empréstimos, que, de acordo com o declarado por Delúbio Soares e Marcos Valério, teriam sido tomados a partir de fevereiro de 2003, após Dirceu ter se afastado das funções partidárias, em razão do cargo que ocupava.<sup>165</sup>

Uma lista de repasses fornecida por Marcos Valério indica que o último pagamento ocorreu em 30 de setembro de 2004 – apenas uma semana após o *Jornal do Brasil* ter publicado as primeiras denúncias sobre o mensalão, como registra, com propriedade, o relatório final da CPMI. Assim, a atuação da mídia, que foi decisiva para o início das investigações, com o flagrante de suborno nos Correios publicado por *Veja*, já havia induzido, antes, a interrupção do esquema, embora isso só viesse a se tornar público mais tarde.

Em todo o episódio, aliás, os veículos de comunicação exerceram papel significativo. Da denúncia inicial do *Jornal do Brasil*, resultou o fim do repasse de recursos. Do vídeo obtido por *Veja*, o início da CPMI. Da entrevista de Jefferson à *Folha*, o

---

<sup>162</sup> Idem, vol. II, p. 788.

<sup>163</sup> Idem, vol. II, p. 1606.

<sup>164</sup> CPMI DOS CORREIOS, Voto em separado nº 04, vol. II, p. 274.

<sup>165</sup> CPMI DOS CORREIOS, Voto em separado nº 04, vol. II, p. 274-5.



detalhamento do Mensalão. Da entrevista da ex-secretária a *IstoÉ*, o desmantelamento do Valerioduto.

Muitas outras reportagens trouxeram informações novas sobre o assunto, algumas confirmadas, outras não. Por todo o período em que funcionou a CPMI, o Mensalão foi assunto diário nos principais jornais do País, talvez justificando a observação registrada no voto em separado, e citada há pouco, de que o inquérito parlamentar teve seu ritmo em parte definido pela mídia, “que em vários momentos pareceu andar à frente das investigações”.

O relatório final, por sua vez, faz inúmeras referências à imprensa, seja citando informações publicadas, seja ressaltando seu desempenho. “Como primeiro impacto desta CPMI, verifica-se que sua presença na mídia propiciou a manutenção e mesmo o crescimento do interesse da opinião pública para o enfrentamento da corrupção”, afirma o parecer do deputado Osmar Serraglio.

O relator faz também uma defesa da atuação da imprensa, mesmo admitindo a possibilidade de abusos:

No Brasil, ao contrário do que deveria ocorrer, nenhum efeito a coercibilidade exerce sobre o infrator, pois o sentimento que mais prospera é o da impunidade.

A crise ética causada por este sentimento só não atinge índices mais alarmantes porque a sociedade brasileira e a imprensa, de um modo geral, exercem um ativo controle social. Daí porque hoje em dia a maior punição que pode ser aplicada a um corrupto, ou a uma instituição envolvida em escândalos políticos, é justamente o dano à imagem.

[...] Abusos há, como em qualquer área ou profissão. O fato, no entanto, é que existe uma relação entre a intensidade da exploração jornalística do fato e o sentimento de impunidade prevalente em sua época, que se alimenta e agrava pelo reconhecimento de que essa exposição talvez seja a única forma concreta de punição dos envolvidos nos escândalos de corrupção<sup>166</sup>.

Nem sempre a imprensa conseguiu, porém, mostrar com clareza o que estava ocorrendo. O *ombudsman* da Folha de S. Paulo, Marcelo Beraba, registrou, por exemplo, em sua crítica diária:

Mais uma vez a Folha não explica que crimes aponta nas acusações que publica. O noticiário de hoje indica que é muito grave o fato de ter sido descoberto indício de dinheiro público, vindo do Banco do Brasil, no esquema que alimentou o valerioduto. [...] Mas o que muda, sob o ponto de vista legal, na situação dos envolvidos? [...] O jornal, não sei se por decisão

---

<sup>166</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. III, p. 1666.

editorial, por desconhecimento das leis ou por esquecimento, nunca explicita os delitos cometidos.<sup>167</sup>

Outros veículos, sem a transparência buscada pela presença do *ombudsman*, podem ter cometido erros mais graves, inclusive misturando posições políticas com informação. Os efeitos disso sobre a opinião pública, entretanto, foram, até certo ponto, surpreendentes.

Uma pesquisa do Ibope, realizada por telefone em 16 e 17 de junho de 2005, constatou que 61% dos entrevistados consideravam verdadeiras, ainda que em parte, as denúncias feitas dias antes por Roberto Jefferson<sup>168</sup>. Dias depois, outra pesquisa, esta realizada entre 5 e 7 de julho, pela empresa Sensus, indicou que a avaliação positiva do governo subira de 39,8% para 40,3%, contrariando a tendência de queda que registrara no semestre anterior às denúncias sobre o Valerioduto. A avaliação sobre o desempenho pessoal do presidente também melhorara, e, embora 75,9% dos entrevistados dissessem que conheciam as denúncias sobre o Mensalão e 51% que acreditavam nelas, para 45,7% Lula ignorava o esquema, enquanto 33,6% pensavam o contrário.<sup>169</sup>

Nesse período, o presidente intensificou suas viagens ao interior do País, buscando contato mais direto com a população, discursando com frequência e utilizando linguagem simples, de fácil compreensão. Aparentemente deu resultado, pois meses mais tarde, entre 11 e 13 de outubro de 2005, o Ibope aferiu a avaliação do governo Lula e constatou resultados estáveis em relação a agosto<sup>170</sup> – ou seja, o grande volume de críticas da oposição não chegara a influenciar significativamente a opinião pública.

Em fevereiro de 2006, pesquisa Sensus indicou que os eleitores estavam preocupados, em primeiro lugar, com educação; em segundo, com segurança, e só em terceiro, com moralidade/imoralidade dos políticos<sup>171</sup>. E em abril, justamente no momento em que estavam chegando ao fim os trabalhos da CPMI, Gilberto Dimenstein questionou a atuação da mídia, ao registrar, com espanto: “Apenas 16% dos eleitores, segundo o Ibope,

---

<sup>167</sup> *Folha Online* – Ombudsman - Crítica Diária. 04/11/2005 (disponível em [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br); último acesso: 24/02/07).

<sup>168</sup> PESQUISA IBOPE, junho de 2005 (disponível em [www.ibope.com.br](http://www.ibope.com.br); último acesso: 24/02/2007).

<sup>169</sup> Cfme. MACHADO, Antônio. *E Lula respira*. Brasília: Correio Braziliense, Coluna Brasil S.A., 13/07/2005, p. 17.

<sup>170</sup> PESQUISA IBOPE, outubro 2005 (disponível em [www.ibope.com.br](http://www.ibope.com.br); último acesso: 24/02/2007).

<sup>171</sup> Cfme, ABREU, Beatriz. *CNT/Sensus mostra Lula dez pontos à frente de Serra na simulação de segundo turno*. Agência Estado, 13/02/06 (disponível em [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br); último acesso: 24/02/07).

recordam-se do mensalão, um tema que não sai da imprensa desde o final de junho de 2005”<sup>172</sup>.

Até chegar ao fim da investigação, que durou nove meses, a Comissão tomou 233 depoimentos e reuniu dados de 20 milhões de registros bancários e 33,8 milhões de registros telefônicos. Seu trabalho repercutiu dentro e fora do Parlamento: três deputados foram cassados por quebra de decoro parlamentar, quatro renunciaram para evitar o processo no Conselho de Ética, dois ministros e dois presidentes nacionais de partidos deixaram seus cargos, o presidente e três diretores da ECT foram substituídos, três diretores do Banco do Brasil também, 24 sindicâncias foram abertas nos Correios, a Receita Federal instaurou 40 procedimentos fiscais, uma auditoria interna foi promovida pelo Banco do Brasil, e houve afastamentos ainda no Ministério da Fazenda, na Secretaria de Comunicação da Presidência da República, no Instituto de Resseguros do Brasil, na Agência Brasileira de Informação, na Casa da Moeda, nas empresas Eletronorte e Cobra. Maurício Marinho, que, por uma propina de R\$ 3 mil, deu início, sem querer, ao desvendamento de todo o episódio e à maior crise política do primeiro governo Lula, perdeu a chefia do Departamento de Contratação dos Correios em 14 de maio de 2005 e foi demitido, por justa causa, em oito de setembro do mesmo ano.

Apesar das divergências entre situação e oposição, o relatório final da CPMI foi aprovado em 5 de abril de 2006, por 17 votos a 4, de um total de 32 membros titulares. Numa sessão tumultuada, vários parlamentares não chegaram a declarar seu voto, e, com a aprovação do parecer do relator, a apreciação do voto em separado ficou prejudicada.

A sequência dos acontecimentos, representada pelas eleições de outubro de 2006, ultrapassa os limites deste trabalho, mas é interessante registrá-la, ainda que de passagem, inclusive porque contrariou a opinião corrente na mídia no período mais crítico da crise gerada pelas investigações do Mensalão. Lula, que vários analistas chegaram a considerar politicamente liquidado, candidatou-se à reeleição e obteve 48,61% dos votos no primeiro turno e 60,83% no segundo, ganhando um novo mandato; o PT, que para muitos seria o maior perdedor em todo o episódio, elegeu a segunda maior bancada na Câmara, com 83 deputados, apenas oito a menos do que em 2002<sup>173</sup>.

---

<sup>172</sup> DIMENSTEIN, Gilberto. *Nós, jornalistas, também estamos falhando? Estamos*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 16/04/06, p. C6.

<sup>173</sup> Disponível em [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br); último acesso: 20/11/06.

### Capítulo III – Ibad e Mensalão: semelhanças e coincidências

Ivan Hasslocher era “homem obscuro, sem nenhuma tradição na vida política ou empresarial”<sup>174</sup> e tornou-se “intermediário entre grupos financeiros ocultos e os executores visíveis de um plano de intervenção indébita na vida política do País”<sup>175</sup>. Marcos Valério era “personagem até então obscuro no cenário político nacional”<sup>176</sup> e transformou-se em “arquiteto de sofisticadas operações financeiras de distribuição de dinheiro a parlamentares”<sup>177</sup>.

Em 1963, afirmou o deputado João Mendes, presidente da ADP: “Sempre neste País as campanhas eleitorais foram feitas com dinheiros arrecadados entre amigos e correligionários dos candidatos, diretamente ou por intermédio de associações, de comitês ou de chefes políticos. É uma realidade que só por hipocrisia se tentaria negar”<sup>178</sup>. Em 2005, disse Delúbio Soares: “Por que nós usamos esses recursos? Porque as dívidas, as campanhas eleitorais, todos nós aqui nesta sala sabemos como é feita a campanha eleitoral”<sup>179</sup>.

Em 1963, descobriu a CPI do Ibad, toda a documentação contábil capaz de esclarecer a atuação da Adep fora incinerada. Em 2005, descobriram a Polícia Civil e o Ministério Público de Minas Gerais, notas fiscais e documentos da DNA Propaganda haviam sido queimados quando a denúncia do Mensalão passara a ser investigada.

Lamentou o relator da CPI do Ibad: “[...] muitas informações foram sonegadas pelas testemunhas, sob pretexto de que estavam obrigadas a guardar segredo, ou ainda porque os depoentes não queriam decepcionar interessados que haviam pedido reservas ou que se mostravam descansados numa complacente discrição”<sup>180</sup>. Constatou o relator da CPMI dos Correios: “[...] os depoimentos poderiam ser mais elucidativos, não fosse o subterfúgio utilizado por diversos investigados [...] que solicitaram, às vésperas de suas oitivas, a concessão de *habeas corpus* preventivo junto ao Supremo Tribunal Federal”<sup>181</sup>.

---

<sup>174</sup> DUTRA, op. cit. p. 13.

<sup>175</sup> CPI DO IBAD, p. 9941.

<sup>176</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. II, p. 498.

<sup>177</sup> Idem, ibidem.

<sup>178</sup> In DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 14/12/1963, Seção I, Suplemento, p. 9-11.

<sup>179</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. II, p. 506.

<sup>180</sup> CPI DO IBAD. P. 9941.

<sup>181</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. I, p. 18.

O simples emparelhamento dessas informações, separadas no tempo por mais de quatro décadas, mostra que arrivismo aliado com corrupção política; tentativa de justificar irregularidades pelo costume; queima de documentos e omissão nos depoimentos estiveram presentes nos dois episódios. São, entretanto, semelhanças menos importantes, registradas como curiosidades, e não como objeto de estudo; a partir de agora é que será feita a comparação proposta no início deste trabalho.

### **QUADROS INSTITUCIONAIS – O presidencialismo de coalizão**

Em 1988, ao estudar o quadro institucional brasileiro pós 1946, Sérgio Abranches observou uma singularidade:

[...] o Brasil é o único país que, além de combinar a proporcionalidade, o multipartidarismo e o “presidencialismo imperial”, organiza o Executivo com base em grandes coalizões. A esse traço peculiar da institucionalidade concreta brasileira chamarei, à falta de melhor nome, “presidencialismo de coalizão”, distinguindo-o dos regimes da Áustria e da Finlândia (e a França gaullista), tecnicamente parlamentares, mas que poderiam ser denominados de “presidencialismo de gabinete” [...]. Fica evidente que a distinção se faz fundamentalmente entre um “presidencialismo imperial”, baseado na independência entre os poderes, se não na hegemonia do Executivo, e que organiza o ministério como amplas coalizões, e um presidencialismo “mitigado” pelo controle parlamentar sobre o gabinete e que também constitui este gabinete, eventual ou freqüentemente, através de grandes coalizões. O Brasil retorna ao conjunto das nações democráticas sendo o único caso de presidencialismo de coalizão.<sup>182</sup>

Abranches não excluiu dessa análise a curta experiência parlamentarista vivida pelo País entre setembro de 1961 e janeiro de 1963; ao contrário, valendo-se de dados numéricos sobre o período 1946-64, mostrou que em nenhum caso o governo sustentou-se em coalizões mínimas, nem no último dos três ministérios parlamentaristas de Goulart, quando já estava marcado o plebiscito que acabaria determinando o retorno ao presidencialismo.

A expressão “presidencialismo de coalizão”, escolhida, segundo seu criador, “à falta de melhor nome”, ganhou curso entre os interessados em Ciência Política no Brasil. Dando continuidade a essa linha de estudo, Limongi e Figueiredo observaram que a Constituição

---

<sup>182</sup> ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. *Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro*. Dados - Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, 1988, vol. 31, n. 1, p. 5-34.

de 1988 – ao ampliar os poderes legislativos do presidente – e os Regimentos Internos da Câmara e do Senado – ao aumentarem a importância dos líderes – reforçaram tal arranjo.<sup>183</sup>

Isso não implica dizer que os quadros sejam exatamente iguais, até porque as normas de 88 tornaram o sistema mais estável e menos sujeito à paralisia decisória, um dos defeitos freqüentemente apontados no regime de 46. Malgrado todas as diferenças, porém, inclusive de atores e interesses políticos envolvidos, nas duas situações analisadas nesta pesquisa (governos Goulart e Lula) as coalizões estavam presentes, exigindo uma composição do Executivo, dotado de poderes legislativos e de agenda, com as forças políticas dominantes no Congresso, capazes de dar maior ou menor consequência a esses poderes.

Convém repisar esta última observação, ainda que possa parecer óbvia: por amplos que sejam os poderes do governo, o Parlamento tem meios de facilitar ou atrapalhar seu exercício. Não basta, portanto, declarar a coalizão; é preciso sustentá-la por meio de um entendimento permanente, que garanta resultados de votações legislativas coerentes com a distribuição dos ministérios e outros cargos entre os partidos, ou seja, atenda o que visava o Executivo ao organizar sua base de apoio. Por exemplo, o primeiro gabinete parlamentarista, formado por Tancredo Neves, do PSD, tinha dois ministros da UDN<sup>184</sup> e, teoricamente, representava 86% das cadeiras no Congresso<sup>185</sup>, mas uma parcela expressiva dos udenistas esteve sempre em oposição às propostas de Jango, que enfrentavam grandes dificuldades de aprovação, como observa Dulci:

O esforço de pacificação política que a composição do Ministério traduzia redundava em compromissos que o tornavam incapaz de implementar uma linha reformista, preocupação maior de Goulart e das forças que o seguiam. Evidenciou-se uma funda contradição entre o regime que acabava de ser instituído – no qual um Congresso de inclinação conservadora ocupava o papel central, no afã de controlar os riscos da investidura de um presidente “não confiável” – e proposições reformistas que encontravam crescente ressonância popular e que eram vistas de modo geral como a única solução apta a superar o quadro de crise em que estava mergulhado o Brasil desde o final dos anos 50.<sup>186</sup>

---

<sup>183</sup> LIMONGI, Fernando, e FIGUEIREDO, Argelina. *Bases institucionais do presidencialismo de coalizão*. Lua Nova - Revista de Cultura e Política. São Paulo, nº 44, 1998.

<sup>184</sup> Gabriel Passos, no Ministério de Minas e Energia, e Virgílio Távora, no Ministério de Viação e Obras Públicas. Cfme. BENEVIDES, op. cit., p. 120.

<sup>185</sup> ABRANCHES, op. cit., p. 23.

<sup>186</sup> DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986, p. 175.

Já durante o primeiro governo Lula, comentando queixas de integrantes da base aliada ao tratamento que recebiam do Executivo, disse Lucia Hippolito:

“Quando o ministro recebe o parlamentar, ele não está perdendo tempo, mas investindo num canal de negociação política que pode melhorar a relação com o Congresso. [...] E mais: quando o governo tem um projeto claro e deseja sinceramente vê-lo aprovado no Congresso, deve se organizar. Seus ministros não têm que esperar convocação; devem acampar na Câmara, conversar com todos e com cada um, ceder no possível, defender o fundamental, negociar pacientemente, com vistas ao sucesso do projeto”.<sup>187</sup>

Por ora, essas situações são rememoradas a título de ilustração, pois a análise dos momentos políticos enfrentados por Jango e Lula ganhará o devido espaço logo adiante. De qualquer modo, elas reforçam o comentário de Abranches, segundo o qual “o conflito entre o Executivo e o Legislativo tem sido elemento historicamente crítico para a estabilidade democrática no Brasil”<sup>188</sup>.

Outro autor, Luiz Otávio Cavalcanti, afirma:

A eleição direta confere ao presidente da República mandato com força plebiscitária, mas não lhe garante maioria congressual para exercê-lo. O candidato se elege baseado em discurso ajustado às ruas, e o presidente governa negociando propostas com partidos no Congresso.

A pressão da opinião pública é fator relevante na formação da vontade política que vai determinar decisões do Legislativo. Mas não exige o Executivo de negociar politicamente com líderes e com parlamentares. Na prática, o governo é obrigado a reconstruir a coalizão partidária a cada votação importante. O que se passa é uma repactuação política permanente entre Executivo e Legislativo, que se repete e perpetua indefinidamente. O governo passa por um recenseamento político toda semana.<sup>189</sup>

Disso se depreende que, fosse no regime de 46, com Goulart, fosse no de 88, com Lula, nenhum governo poderia prescindir da colaboração do Congresso e, mais ainda, de uma coalizão suficientemente ampla para compensar a falta de um partido detentor da maioria absoluta nas duas Casas. Assim – excluindo, é claro, a forma ilegal de que se revestiram –, as iniciativas de barrar o acordo Executivo-Legislativo, como procurou fazer o Ibad, ou de assegurá-lo, como tentaram os mentores do Mensalão, eram consistentes com posturas de oposição e situação, respectivamente, nos quadros institucionais em que ocorreram.

---

<sup>187</sup> HIPPOLITO, op. cit., p. 219.

<sup>188</sup> ABRANCHES, op. cit., p. 8.

<sup>189</sup> CAVALCANTI, Luiz Otávio. *Como a corrupção abalou o governo Lula*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005, p. 28.

## MOMENTOS POLÍTICOS – O discurso das reformas

João Goulart assumiu o governo num momento de crise, contra a vontade dos ministros militares de Jânio, e se viu obrigado a aceitar o parlamentarismo para evitar a possibilidade de um conflito mais grave. Diz Oliveira:

A hipótese da guerra civil abria, pela primeira vez ao longo da História do Brasil, a perspectiva concreta do derramamento de sangue e da divisão do país. [...] A solução [parlamentarista] afastou a ameaça de guerra civil, admitida no manifesto dos ministros militares, [...] assegurando a posse do substituto constitucional e, ao mesmo tempo, a permanência no poder dos três grandes partidos: PSD, UDN e PTB.<sup>190</sup>

Aceitar constrangido a solução parlamentarista não significava, entretanto, apostar em sua manutenção. Ao contrário, assinala Skidmore:

Durante quatorze meses, de setembro de 1961 a janeiro de 1963, Jango manobrou cuidadosamente a fim de recuperar os poderes presidenciais, ganhando a aprovação popular em um plebiscito para a abolição do Ato Adicional que havia estabelecido o sistema parlamentar.<sup>191</sup>

Isso não se fez sem custos, mesmo que Skidmore fale em manobras realizadas “cuidadosamente”. Enquanto tentava recuperar poderes, Goulart via surgirem novos descontentamentos: pela política econômica, que buscava conter a inflação herdada dos governos anteriores e recuperar a confiança internacional no País<sup>192</sup>; pelas propostas reformistas, que começavam a ser esboçadas; pela preservação da Política Externa Independente, que muitos ataques conservadores já rendera a Jânio. E, o pior, despido do “presidencialismo imperial” que o arranjo parlamentarista lhe tirara.

A propósito, diz Antonio José Barbosa:

Uma das características essenciais desse período foi justamente o fato de que, além de se viver sob o parlamentarismo [...], o que ampliava sobremaneira o campo de atuação e a influência política do Congresso Nacional, respirava-se o ar de confronto não escamoteado.<sup>193</sup>

---

<sup>190</sup> OLIVEIRA, op. cit., p. 75-7.

<sup>191</sup> SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 7. ed., 1982, p. 264.

<sup>192</sup> Ao assumir o governo, em janeiro de 1961, Jânio Quadros denunciou a difícil situação financeira que herdava – e que, com a renúncia, em agosto, transmitiria a Jango: dívida externa de cerca de US\$ 3 bilhões, sendo dois terços para pagamento durante seu governo, e inflação, no ano anterior, de 26%. A crise da renúncia acentuou a desvalorização cambial, impulsionando a inflação, que no ano de 1961 alcançou 43,72%. Cfme. MELO, Hildete Pereira de; BASTOS, Carlos Pinkusfeld; e ARAÚJO, Victor Leonardo. *A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado*. In Marieta de Moraes Ferreira (coord.), *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 79-106.

<sup>193</sup> BARBOSA, op. cit., p. 254.



Esse clima de confronto tendia a se acentuar. Apesar de submetido a um regime adotado como solução de compromisso e governando junto a um gabinete de pacificação política, o recém-empossado presidente não abriu mão – salienta Dulci – de enfrentar “duas questões redistributivas fundamentais: a redistribuição do poder econômico através da reforma agrária e a redistribuição do poder político pela extensão da cidadania, ou seja, o direito de voto aos analfabetos”<sup>194</sup>.

Prossegue o mesmo autor:

[...] nenhum presidente, até João Goulart, tomou qualquer iniciativa de elevar esses temas ao primeiro plano do debate político. [...] Goulart apostou o destino de seu governo nas reformas institucionais e econômicas. Na verdade, fez das “reformas de base” a substância do legado que desejava deixar à História. Muitas e muitas vezes ele diria que sem as reformas constitucionais o Brasil veria bloqueado seu caminho para o desenvolvimento social e econômico.<sup>195</sup>

E arremata:

Entretanto, não é a retórica que é relevante aqui. O mais importante fato político, de longe, era a posição central que o Congresso viera a ocupar. Para serem satisfatoriamente resolvidas, as duas questões redistributivas requeriam complicadas alterações na Constituição de 1946, impossíveis sem uma sólida maioria parlamentar.<sup>196</sup>

Muitas das chamadas “reformas de base” sequer chegaram a ser bem detalhadas, mas sua defesa já era suficiente para acirrar ânimos favoráveis e contrários. Os grupos nacionalistas e de esquerda pediam reformas agrária, urbana, bancária, fiscal, tributária, administrativa, universitária e política (esta para estender o direito de voto aos analfabetos e aos não-graduados das Forças Armadas e legalizar o Partido Comunista Brasileiro)<sup>197</sup>. Argelina Figueiredo observa que o primeiro-ministro Tancredo Neves, um moderado, já mostrava, em seu discurso de posse, uma visão clara do que esperava o novo governo:

Não nos iludamos [...] com a trégua que [a crise] ora nos concede, e até com o clima de quase universal simpatia e boa vontade que cerca a ação do nosso governo. Essa trégua e essa amável expectativa apenas nos estão colocando ante o dilema clássico de decifrá-la – a crise apenas interrompida – ou sermos por ela devorados.[...] Ou este governo assume desde já um forte conteúdo afirmativo e reformista, ou teremos que abrir as comportas do vácuo para a

---

<sup>194</sup> DULCI, op. cit., p. 111.

<sup>195</sup> Idem, p. 111-2.

<sup>196</sup> Idem, p. 112.

<sup>197</sup> Cfme. FERREIRA, op. cit., p. 351-2.

sucção de todas as aventuras e subversões contra as tradições e esperanças brasileiras.<sup>198</sup>

Enquanto os progressistas abriam o leque das reformas, os conservadores temiam o que pudesse vir na esteira delas. Santos faz um resumo da situação:

Para obter a cooperação do Congresso, Goulart precisaria dar sinais de que acatava as regras parlamentares da formulação de políticas. Porém, o que significava respeitar esses canais no Brasil pré-1964? De modo mais expressivo, significava trabalhar intimamente com o Congresso e, portanto, aceitar as limitações impostas à reforma pela maioria parlamentar.

As reformas institucionais [...] constituíam as opções políticas mais importantes a dividir os partidos e facções nesse período. De acordo com a opinião dos conservadores radicais, a demanda por reformas havia sido deliberadamente atizada pelo presidente, como manobra demagógica sob a qual se escondia – intenção mais sinistra – a subversão dos dispositivos constitucionais que o impediam de tentar a reeleição.<sup>199</sup>

Atizada ou não pelo presidente, a demanda por reformas crescia nos setores de esquerda, inclusive os do PTB, sob a liderança de Leonel Brizola. Embora aliados de Jango, esses grupos logo passaram a pressioná-lo, exigindo ações imediatas. Assim, de um lado Goulart era bloqueado pelos conservadores, de outro se via cobrado pelos progressistas. Um de seus auxiliares mais próximos, Raul Ryff, rememora: “Velhas raposas não se cansavam de advertir: ‘Esse Jango está cutucando a onça com vara curta’”<sup>200</sup>. Quase ao final do livro, Ryff completa: “A advertência das velhas raposas políticas tornou-se correta: o Governo realmente estava cutucando a onça com vara curta”<sup>201</sup>.

Quatro décadas depois, Luiz Inácio Lula da Silva assumiria a presidência também com um discurso reformista. “Mudança: esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança, finalmente, venceu o medo, e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos”, disse, ao ser empossado, no dia 1º de janeiro de 2003.<sup>202</sup>

---

<sup>198</sup> DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 1961, p. 7041. In FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993, p. 52.

<sup>199</sup> SANTOS, op. cit., p. 112-3.

<sup>200</sup> RYFF, Raul. *O fazendeiro Jango no governo*. Rio de Janeiro: Avenir, 1979, p.14.

<sup>201</sup> Idem, p. 61-2.

<sup>202</sup> In HIPPOLITO, op. cit., p. 17.

Lula não enfrentava a crise político-militar que rondara Jango, mas recebia o País com a moeda desvalorizada e a inflação em alta<sup>203</sup>; necessitava, portanto, demonstrar ao mercado financeiro internacional, em curto prazo, sua capacidade de governar e conduzir adequadamente o projeto de reformas. Além disso, apesar de pessoalmente ter obtido uma votação recorde no segundo turno das eleições<sup>204</sup>, ficara longe de alcançar, pela coligação que o apoiava, a maioria no Congresso; logo, ele precisava se aproximar de antigos adversários, como o PPB, e ainda deveria testar na prática a consistência de sua base parlamentar e a colaboração que os dois principais partidos de oposição (PFL e PSDB) estariam dispostos a prestar. Como observou Lucia Hippolito, era “um governo saudado com alegria e esperança por uns, desconfiança e preconceito por outros”<sup>205</sup>.

A mesma autora lembra que, até obter a adesão parcial do PMDB, a coalizão formada para sustentar o governo Lula tinha 12 partidos e controlava somente 66% da Câmara, enquanto o governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso, chegara a controlar 75% da Câmara com apenas quatro partidos:

[...] o arranjo eleitoral juntou em volta do PT alguns pequenos partidos, o que fez com que Lula fosse eleito em minoria no Congresso, mesmo sendo o PT a maior bancada da Câmara. Foi necessário ampliar muito a aliança original para construir uma maioria. [...] É aí que mora o perigo. Ao atrair uma multidão de pequenos partidos para formar maioria, o que o governo Lula conseguiu foi uma geléia.<sup>206</sup>

Em busca de apoio, Lula optou por tratar inicialmente das reformas em que os governadores tinham maior interesse: a da Previdência – focada no setor público – e a Tributária. Reuniu-os várias vezes e foi junto com eles ao Congresso Nacional entregar as duas propostas, apresentando-as como resultado de um grande entendimento. Na realidade, não era bem assim, pois os estados discordavam entre si sobre a reformulação do sistema tributário, e as mudanças na Previdência – em especial a cobrança de contribuição dos

---

<sup>203</sup> No início de 2002, 1 dólar valia R\$ 2,30; à medida que se aproximavam as eleições presidenciais, marcadas para outubro, a cotação passou a subir acentuadamente, atingindo o pico em setembro, com R\$ 3,89. Só no final de abril de 2003, após quase quatro meses de governo Lula, a cotação ficou novamente abaixo de R\$ 3,00. No período de setembro a novembro de 2002, ou seja, no auge do processo eleitoral, ocorreram, segundo o Relatório de Inflação do Banco Central (dez/2002), “as maiores taxas de inflação desde a implementação do Plano Real” (adotado em 1994). Em dezembro, às vésperas da posse, os indicadores de inflação deram mostras de estar voltando ao normal, mas ainda ficaram entre os maiores do ano. (Disponível em [www.bc.gov.br](http://www.bc.gov.br); último acesso: 26/02/07).

<sup>204</sup> Lula obteve a maior votação nominal já alcançada por um candidato no País, 52.793.364 votos, representando 61,27% dos votos válidos (disponível em [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br); último acesso: 20/11/06).

<sup>205</sup> HIPPOLITO, op. cit., p. 9.

<sup>206</sup> Idem, p. 204.

inativos – contrariavam o que o PT sempre defendera quando estava na oposição, tendo inclusive liderado a derrubada de projetos nesse sentido apresentados pelo governo anterior. Tão significativa foi a guinada, que Lula acabaria enfrentando uma dissidência em seu próprio partido, resultando na expulsão de quatro parlamentares, por se negarem a apoiar a reforma previdenciária.

Um intelectual de esquerda, Emir Sader, escreveu:

O marco mais decisivo para a mudança de atitude dos movimentos sociais em relação ao governo Lula foi a proposta do governo de reforma da previdência social. O modelo da proposta se enquadra perfeitamente na segunda geração de reformas do Banco Mundial. Recorta direitos adquiridos, fazendo com que os aposentados voltem a pagar imposto, limita os níveis de aposentadoria dos trabalhadores do setor público e abre espaço importante para o desenvolvimento dos fundos privados de pensão – um filé mignon para o sistema financeiro.

Em oposição ao projeto realizaram-se as maiores manifestações desde o começo do governo Lula, contando com a participação dos sindicatos dos trabalhadores do setor público, o apoio do MST, da CUT, do movimento estudantil e de parlamentares do PT e de outros partidos de esquerda.<sup>207</sup>

Previdência e sistema tributário eram, portanto, dois temas difíceis, cujo processo de votação precisaria ser conduzido com cuidado. Na opinião de Cavalcanti, “a reforma da Previdência, ou a Tributária, só é viável se o grupo parlamentar de centro ideológico, que abrange metade dos deputados, fizer aliança com setores à direita ou à esquerda”<sup>208</sup>.

O próprio Lula deu mostras de que não acreditava apenas no acordo com os governadores para garantir a aprovação das reformas: a decisão caberia, sem dúvida, ao Parlamento. Em 30 de abril de 2003, ele afirmou:

Estas propostas de reformas, com a visão do presidente da República e dos governadores de estado, na hora em que entrarem no Congresso Nacional, os senhores e senhoras serão donos do jogo. A vocês cabe, através das Comissões, criar os espaços democráticos para a sociedade brasileira dizer o que pensa das reformas. E de vocês depende o resultado.<sup>209</sup>

De acordo com o relatório final da CPMI dos Correios – como foi visto no Capítulo II –, a essa altura o Mensalão já estaria em pleno andamento, sendo usado primeiro para ampliar a base governista, por meio de ingresso de parlamentares nos partidos que a integravam, e depois para garantir a aprovação de propostas. Assim, vale lembrar, durante o

---

<sup>207</sup> SADER, Emir. *Governo Lula: uma “terceira via” cada vez mais contestada*. Le Monde Diplomatique, janeiro 2005 (disponível em [www.diplo.uol.com.br](http://www.diplo.uol.com.br); último acesso: 21/11/06).

<sup>208</sup> CAVALCANTI, op. cit., p. 28.

<sup>209</sup> In HIPPOLITO, op. cit., p. 19.

período de votação das duas reformas, teriam sido movimentados no Valerioduto mais de R\$ 14,8 milhões. Mas nada era feito publicamente, e, conforme Roberto Jefferson, só em agosto de 2003 teriam começado os rumores a respeito.

Da mesma forma, as atividades iniciais do Ibad, na época de Goulart, não haviam chamado muito a atenção, porém, aproveitando o acirramento dos ânimos em torno das propostas de reformas, o Instituto avançava, segundo Dreifuss:

A princípio, o Ibad não teve um impacto muito visível. Ele operava de modo reservado, procurando apoio das mais diversas fontes para atingir seus objetivos, preparando a infra-estrutura para ações futuras. Até outubro de 1961, ele havia estabelecido firmes contatos com João Mendes da Costa Filho, da Ação Democrática Parlamentar – ADP, que se tornou um canal do Ibad no Congresso.<sup>210</sup>

Independentemente do que ocorria nos bastidores, contudo, discurso reformista, necessidade de negociação com o Congresso, base parlamentar incerta, rebelião no próprio partido governista, economia em risco e desconfiança internacional eram elementos presentes nessas duas etapas políticas. Alguns autores apontam ainda um possível desconforto ou inabilidade presidencial para os entendimentos com o Legislativo, o que, se confirmado, constituiria um curioso traço comum entre Jango e Lula.

Abelardo Jurema, ministro da Justiça de Goulart, registra:

À medida que decorria o seu governo, abria-se uma distância entre ele e o Parlamento. Os pecados eram recíprocos. Nem o Parlamento queria atender aos reclamos reformistas da hora social, nem o Presidente queria compreender que uma Assembléia só decide soberanamente, quando amadurecidos ficam os problemas em equação. [...] Cada dia, ia-se tornando mais difícil a aprovação de algo que implicasse na alteração do texto constitucional. Irritava-se o Presidente com a situação no Congresso e o campo para as intrigas e o trabalho divisionista foi aberto amplamente. Passou o Presidente a espaçar as suas audiências com os parlamentares, recebendo uma minoria deles.<sup>211</sup>

Diz Lucia Hippolito sobre Lula:

Agora, se o presidente da República, a quem cabe dar o exemplo, não recebe parlamentares no Planalto, de terno e gravata, como manda o protocolo, é claro que o burocrata do quinto escalão se julga no direito de fazer exatamente a mesma coisa. Por que ele vai liberar a verba para a construção

---

<sup>210</sup> DREIFUSS, op. cit., p. 102.

<sup>211</sup> JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira, 13 – Os últimos dias do governo João Goulart*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 2. ed., 1964, p. 97-8.

do hospital na cidade do deputado se o próprio presidente da República despreza os parlamentares?<sup>212</sup>

E mais adiante reitera:

O próprio presidente Lula não gosta da atividade parlamentar, não gosta de fazer política, a não ser a política sindical, junto com seus companheiros. Lula não sabe trabalhar politicamente nem com aliados nem com adversários.<sup>213</sup>

Para outro autor, Leonardo Attuch, “o mensalão é a consequência natural do desprezo de Lula pelos parlamentares”<sup>214</sup>.

Em ambientes políticos semelhantes, Jango e Lula colheram resultados diferentes em seus projetos de reformas. Jango não conseguiu concretizar nenhuma delas e acabou deposto; Lula obteve a aprovação da Reforma da Previdência – embora com modificações no texto original e uma emenda paralela para atenuar seus efeitos – e da parte que mais lhe interessava na Reforma Tributária, em especial a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Ambos passaram, porém, pelo dissabor de constatar que, por trás do fracasso ou sucesso do que pretendiam, havia poderosos esquemas agindo ilegalmente nos meandros da política brasileira.

### **OBJETIVOS – O controle do Congresso**

Talvez a contestação mais esperada à tentativa de buscar semelhanças entre o Ibad e o Mensalão se relacione com os objetivos visados nos dois episódios. Como poderiam ser semelhantes um esquema montado para ampliar a oposição conservadora a um presidente reformista e outro organizado para aumentar o apoio a um governo popular e garantir a aprovação de seus projetos de reformas?

O presente estudo trabalha, entretanto, com a hipótese de que barrar as reformas de Jango ou fortalecer as de Lula não eram exatamente as metas principais do Ibad e do Mensalão, mas apenas o uso imediato que seus mentores pretendiam fazer do controle parlamentar – este sim o verdadeiro objetivo. Conquistar e manter tal controle, em um presidencialismo de coalizão, significaria, como já foi visto, deter uma parcela importante de poder, que poderia ser usada muito além do momento das reformas.

---

<sup>212</sup> HIPPOLITO, op. cit., p. 220.

<sup>213</sup> Idem, p. 221.

No caso do Ibad, nem é preciso buscar algum autor “externo” para corroborar a hipótese de um plano de longo prazo, em que a barragem conservadora às propostas de Goulart fosse somente a primeira etapa. Em carta enviada ao general Gentil João Barbato, dirigente da Adep, em novembro de 1962 – passadas, portanto, as eleições –, Hasslocher explica suas idéias para o futuro da entidade, embora ressaltando que tudo dependerá das verbas disponíveis (“...e essas ainda não estão definidas”, adverte, naturalmente sem revelar de onde viriam). Vale a pena reproduzir algumas dessas idéias:

- A. Servir como um elo entre o povo e os seus representantes, membros da A.D.P., no Congresso. Trazer ao povo relatórios e explicações sobre a atuação de seus deputados e senadores em Brasília. Trazer aos deputados e senadores notícias sobre os problemas e reivindicações do povo que representam.
- B. Prestigiar, por todos os meios possíveis, a A.D.P. e assegurar-lhe apoio na massa de eleitores.
- C. Estabelecer A.D.P.s nas Assembléias Legislativas dos estados e nas Câmaras de Vereadores dos municípios.
- D. Fortalecer as organizações político-partidárias que ideologicamente se identificam conosco.
- E. Fortalecer e apoiar os políticos, individualmente, que ideologicamente se identificam conosco.
- F. Preparar o terreno para a nossa intervenção, de forma mais decisiva, nas próximas eleições.<sup>215</sup>
- G. Participar de eleições municipais.
- H. Disseminar propaganda ideológica acerca do atual conflito entre a democracia e o comunismo no Brasil.
- [...]
- N. Providenciar a remessa de cartas e telegramas ao Congresso que façam os nossos representantes sentirem onde residem as verdadeiras vontades populares.
- [...] <sup>216</sup>

A articulação Ibad/Adep não deveria se encerrar, portanto, naquele momento; ao contrário, iria em frente, com planos mais ousados para influir no Congresso Nacional e ser mais “decisiva” nas eleições seguintes.

No caso do Mensalão, a denúncia contra 40 pessoas apresentada ao Supremo Tribunal Federal pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando Barros e Silva de

---

<sup>214</sup> ATTUCH, op. cit. p. 156.

<sup>215</sup> A legislação da época permitia eleições isoladas, mas o pleito mais importante no horizonte político do final de 1962 era a sucessão de Jango, que deveria ocorrer três anos depois, em outubro de 1965. Provavelmente era a ela que Hasslocher se referia no item F, pois logo a seguir há um item específico sobre a participação em eleições municipais.

<sup>216</sup> Fac-símile em DUTRA, op. cit., p. 88-91.

Souza, deixa claro, em pelo menos dois momentos, que se trata de um esquema montado para sustentar um projeto de longo prazo. Diz o documento:

Com efeito, todos os graves delitos que serão imputados aos denunciados ao longo da presente peça têm início com a vitória eleitoral de 2002 do Partido dos Trabalhadores no plano nacional e tiveram por objetivo principal [...] garantir a continuidade do projeto de poder do Partido dos Trabalhadores, mediante a compra de suporte político de outros Partidos Políticos e do financiamento futuro e pretérito (pagamento de dívidas) das suas próprias campanhas eleitorais.<sup>217</sup>

Mais adiante, afirma:

[...] integrantes da cúpula do Governo Federal e do PT dispuseram-se a estruturar uma forma de financiamento do próprio partido e dos seus aliados, formando-se, à custa do dinheiro público, uma sólida base governista capaz de garantir a continuidade no poder desse grupo [...].<sup>218</sup>

Leonardo Attuch também faz referência a isso:

Com os mesmos homens que o levaram ao poder, o Partido dos Trabalhadores começou a montar esquemas de arrecadação para sanear as dívidas deixadas em 2002 e para preparar o terreno da reeleição, em 2006.<sup>219</sup>

Cabe recordar, a propósito, que Lula foi o primeiro presidente brasileiro a assumir o cargo já contando, legalmente, com a possibilidade de reeleição.

Nos dois episódios, portanto, despontam projetos de maior alcance no tempo, e em ambos o meio de conquistar e manter poder seria a formação de uma bancada sólida no Congresso, em especial na Câmara dos Deputados.

### **ESTRUTURAS – Coordenação central e operação triangular**

Quadros institucionais, momentos políticos e objetivos constituem, provavelmente, os aspectos mais significativos deste estudo. A semelhança nas estruturas dos dois esquemas talvez não seja essencial, mas, ainda assim, cabe apreciá-la aqui, como mais um elemento de comparação, inclusive porque a existência de uma coordenação central e um sistema triangular de operação aparecem nos dois casos.

---

<sup>217</sup> PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA. *Denúncia ao Supremo Tribunal Federal nos autos do Inquérito nº 2245*. Brasília: 2006, p. 11-2 (disponível em [www.pgr.mpf.gov.br](http://www.pgr.mpf.gov.br); último acesso: 16/02/07). Doravante, para simplificar a consulta, toda citação textual desse documento será identificada no rodapé, resumidamente, pela expressão DENÚNCIA PGR, seguida do número da página em que pode ser encontrada).

<sup>218</sup> Idem, p. 28.



Ibad, Promotion e Adep atuavam em conjunto, mas com funções diferentes. O Ibad era o órgão definidor, a coordenação central; a Promotion recolhia o dinheiro, escamoteava suas origens e o repassava, diretamente, quando se tratava de contratos de mídia, ou via Ibad e Adep, quando se destinava a parlamentares ou candidatos; a Adep, além de intermediar a entrega de dinheiro, cumpria o papel mais visivelmente político.

À Promotion, como empresa de publicidade, cabia a maior parte da movimentação de recursos. Ao Ibad, como núcleo central, a definição geral de como seriam aplicados, onde, em que volume. À Adep, a atuação política mais direta, seja no recrutamento de parlamentares ou candidatos que se dispusessem a receber ajuda nos termos estabelecidos, seja na aproximação com o Congresso, em geral via ADP. Esta, convém esclarecer, não era uma “subsidiária” do Ibad, como, segundo Pedro Aleixo, se poderia afirmar da Adep; era uma frente parlamentar, anterior à existência da Adep, e que, embora em grande parte contaminada pelo esquema ibadiano, reunia também deputados não ligados a ele.

O mesmo se deve dizer dos partidos da base de sustentação do governo nos quais alguns parlamentares teriam sido beneficiados pelo Mensalão. São entidades com funcionamento legal, cujas bancadas, pelo que apurou a CPI, não estavam, na maioria, comprometidas com o esquema.

A coordenação central e a operação triangular do Mensalão foram detalhadas na denúncia do procurador-geral da República, segundo a qual “as provas colhidas no curso do Inquérito demonstram exatamente a existência de uma complexa organização criminosa, dividida em três partes distintas, embora interligadas em sucessivas operações”<sup>220</sup>. Essas três partes seriam, conforme aquele documento, o “núcleo central”, a cargo de dirigentes petistas, um núcleo operacional e financeiro a cargo do esquema publicitário e outro núcleo operacional e financeiro a cargo da direção do Banco Rural. O funcionamento seria assim:

O primeiro núcleo imprimia as diretrizes da atuação da quadrilha, valendo-se da experiência e conhecimento dos dois outros núcleos na prática reiterada de crimes contra o sistema financeiro nacional, contra a administração pública e de lavagem de capitais. Em contrapartida, os executores dos comandos oriundos do núcleo central recebiam benefícios indevidos desse núcleo central.<sup>221</sup>

---

<sup>219</sup> ATTUCH, op. cit. p. 43.

<sup>220</sup> DENÚNCIA PGR, p. 16.

<sup>221</sup> Idem, ibidem.

Ou seja, o “núcleo central”, representado por Delúbio Soares, fazia a ligação política e indicava quem deveria receber dinheiro; o núcleo de Marcos Valério providenciava os pagamentos; e o do Banco Rural simulava empréstimos para garantir o aporte de recursos, “além de montar uma sofisticada estrutura de lavagem de capitais para o repasse dos valores pagos aos destinatários finais”.<sup>222</sup>

O funcionamento do esquema do Ibad é detalhado por Dreyfuss:

Até 1962, o Ibad já havia dado origem a dois canais com propósitos diversos. Um deles foi a Ação Democrática Popular – Adep, uma ação política patrocinada pela estação da CIA no Rio de Janeiro que manejava campanhas eleitorais e *lobbying*. O outro foi a Incrementadora de Vendas Promotion S.A., da qual o diretor-proprietário era Hasslocher. A Promotion S.A. exercia a função de agente publicitário do Ibad e da Adep nas estações de rádio, jornais, revistas e canais de televisão em todo o Brasil. Sua função era disseminar as idéias políticas do Ibad, além de ser uma agência financiadora para suas atividades discretas e encobertas. O Ibad, a Adep e a Promotion S.A. compartilhavam escritórios e funcionários administrativos. [...] A Adep agia no cenário nacional através de escritórios bem equipados espalhados pelo país, geralmente dirigidos por oficiais reformados do Exército, a maioria deles generais e coronéis, cuja ação teve a cobertura da Ação Democrática Popular – ADP no Congresso.<sup>223</sup>

A falta de tradição política e empresarial de Hasslocher fez com que muitos desconfiassem de seu verdadeiro papel. Dutra afirma que ele era “o chefe-supremo do Ibad, da Adep e da Promotion”, e que “só ele dava ordens, só ele recebia e só ele pagava”, mas o considera um representante, “um testa-de-ferro de grupos estrangeiros”, que teria sido “industriado pelos ‘Serviços de Inteligência’ do país ou países aos quais serve”.<sup>224</sup> Bandeira diz: “Essa outra instituição, o Ibad, atuava diretamente sob a direção da CIA, que a financiava, utilizando como seu agente um certo Ivan Hasslocher”.<sup>225</sup>

Embora Marcos Valério garantisse que os repasses de recursos eram feitos “sempre por orientação de Delúbio”<sup>226</sup>, a falta de peso político do tesoureiro do PT também motivou dúvidas de que ele fosse efetivamente o verdadeiro comandante da operação. Em mais de um momento, a denúncia do procurador-geral da República é incisiva nesse aspecto:

---

<sup>222</sup> Idem, p. 17.

<sup>223</sup> DREIFUSS, op. cit., p. 103. Observe-se que, embora escrevendo Ação Democrática Popular, Dreifuss se refere aí à atuação no Congresso e, portanto, à Ação Democrática Parlamentar, como mostra a sigla utilizada.

<sup>224</sup> DUTRA, op. cit., p. 53.

<sup>225</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 2001, 7. ed., p. 83.

<sup>226</sup> CAMAROTTI, Gerson; PEÑA, Bernardo de la. *Memorial do Escândalo: os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula*. São Paulo: Geração Editorial, 2005, p. 97.

É certo que José Dirceu, então ocupante da importante Chefia da Casa Civil, em razão da força política e administrativa de que era detentor, competindo-lhe a decisão final sobre a indicação de cargos e funções estratégicas na administração pública federal, foi o principal articulador dessa engrenagem, garantindo-lhe a habitualidade e o sucesso.<sup>227</sup>

E mais adiante:

Merece destaque, para o completo entendimento de todos os mecanismos de funcionamento do esquema, a relevância do papel desempenhado por José Dirceu no Governo Federal. De fato, conforme foi sistematicamente noticiado pela imprensa após o início do Governo atual, José Dirceu inegavelmente era a segunda pessoa mais poderosa do Estado brasileiro, estando abaixo apenas do Presidente da República.

Assim, a atuação voluntária e consciente de ex-ministro José Dirceu no esquema garantiu às instituições financeiras, empresas privadas e terceiros envolvidos que nada lhes aconteceria, como de fato não aconteceu até a eclosão do escândalo, e também que seriam beneficiados pelo Governo Federal em assuntos de seu interesse econômico, como de fato ocorreu.<sup>228</sup>

A existência de um comando político, não importando tanto saber em que pessoa ou instituição se localizava, demonstra, mais uma vez, que esse – o político – era o objetivo, o foco; os ganhos financeiros paralelos, que certamente motivaram muitas pessoas e instituições a participar de tais esquemas, seriam uma decorrência. Nos dois casos, o cerne era um conluio tendo por meta o controle de um dos poderes da República.

A distribuição de tarefas provavelmente decorre, nos dois episódios, de motivação funcional, pois seria muito difícil para uma única pessoa ou núcleo tratar ao mesmo tempo da obtenção de recursos, do escamoteamento de suas origens e dos repasses de dinheiro, a par de realizar o indispensável aliciamento político. Além disso, essa distribuição de tarefas ajudaria a não expor excessivamente nenhum de seus participantes, o que em geral acontece quando há grandes quantias envolvidas.

Esse aspecto, aliás, o dos recursos, é o tema do próximo item.

### **DINHEIRO – Abundância e origem obscura**

Como foi visto, o relator da CPI do Ibad manifestou “espanto” com “a plethora de dinheiro [...] lançada no campo das disputas eleitorais”, e estimou, de forma provavelmente conservadora, que o esquema Ibad/Adep/Promotion tivesse utilizado cerca de Cr\$

---

<sup>227</sup> DENÚNCIA PGR, p. 21.

<sup>228</sup> Idem, p. 28.

1.100.000.000,00 (R\$ 60.549.280,00) para influir na campanha de 1962. Dutra e outros autores falam em pelo menos cinco vezes isso, e o embaixador Lincoln Gordon, talvez melhor informado do que todos sobre tal assunto, admitiu, anos depois, que não se surpreenderia se apenas a parte fornecida pelos Estados Unidos como “assistência financeira” aos candidatos tivesse sido de 5 milhões de dólares (R\$ 87.521.232,00).

O relator da CPMI dos Correios constatou a movimentação de R\$ 55.029.370,18 pelo Valerioduto e observou que o esquema “pode ter sido maior do que a confissão de Marcos Valério e de Delúbio Soares”.

Se os valores foram efetivamente esses, chama ainda mais a atenção o total empregado pelo Ibad, pois naquela época, em geral, as campanhas eram menos ostentosas e não incluíam um dos itens que hoje mais consomem recursos, o da produção de programas para o espaço eleitoral gratuito no rádio e na televisão.

De qualquer forma, fica evidente, de um lado, que montar um esquema para conquistar o controle do Legislativo custa caro; de outro, que, em determinadas circunstâncias, deve valer a pena – para quem se disponha a sair da legalidade –, pois já são duas as tentativas de tal magnitude registradas na história política brasileira.

Dissimular a origem dos recursos e distribuí-los com discrição não parecem ser, contudo, tarefas fáceis. Dreifuss dedica duas páginas de seu livro a esse assunto, sob o título “A ‘limpeza’ das contribuições financeiras”, e afirma que um dos grandes problemas do complexo Ipes/Ibad era disfarçar as doações feitas por firmas, indivíduos e outras fontes: “À medida que os fundos cresciam, bem como o número de fontes, novos meios de ‘desembaraçar’ as contribuições teriam de ser encontrados”.<sup>229</sup>

O relatório final da CPMI dos Correios também trata da dissimulação:

O principal elemento [...] utilizado pelo Sr. Marcos Valério para dar uma aparência de legalidade às operações financeiras criminosas eram supostos “empréstimos” contraídos em seu nome, que seriam destinados ao Partido dos Trabalhadores.

A tese de que se tratava de “empréstimos” passou a ser repetida por todos aqueles que buscavam esconder um sofisticado esquema de corrupção política.<sup>230</sup>

Tão complexas foram as manobras para obscurecer a origem do dinheiro que nos dois casos as investigações não lograram esclarecer tudo. A CPI do Ibad rondou a

---

<sup>229</sup> DREIFUSS, op. cit. p. 204.

possibilidade de que os recursos viessem do exterior, mas não chegou a juntar provas suficientes para fazer tal afirmação, que, como já foi dito, teria implicações fortes na área diplomática. A CPMI dos Correios esforçou-se por ir além da participação de alguns bancos e empresas privadas, procurando caracterizar o desvio de recursos públicos para fins políticos, mas só no caso da Visanet conseguiu demonstrar irregularidades ao mesmo tempo ligadas ao setor público e ao Mensalão<sup>231</sup>.

### **PUBLICIDADE – Um meio de esconder**

Outro interessante traço comum nos episódios do Ibad e do Mensalão é a atuação de agências de publicidade na tarefa de dissimular a origem e o destino de recursos ilegais. O pouco que a CPI do Ibad conseguiu averiguar nas consultas feitas aos bancos – pois muitas informações foram sonegadas – mostrou que no período de março a novembro de 1962, ou seja, durante a campanha eleitoral, as movimentações da Promotion atingiram Cr\$ 1.402.498.414,30 (R\$ 77.200.244,72). A esse respeito, comentou Dutra:

Teria a Promotion, normalmente, condições éticas e profissionais para receber as tarefas que executa, ou – e isso é muito mais importante – para manipular os bilhões que lhe são entregues? A verdade é que até 1960 a Promotion praticamente não existia entre as agências de publicidade do País. Seu faturamento anual não passava da casa dos Cr\$ 10 milhões [R\$ 550.448,00]. De repente, entrou a gastar verbas da ordem de bilhões.<sup>232</sup>

A CPMI dos Correios constatou também um grande esforço, via agências, para escamotear de onde vinham e para onde iam os recursos.

Entre fevereiro de 2003 e o final de 2004, o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza desenvolveu um complexo esquema de operações financeiras para distribuir recursos aos indicados pelo Sr. Delúbio Soares. A análise dessas movimentações revela diversos padrões de funcionamento para dissimular o repasse de dinheiro aos beneficiários. [...]

O “*modus operandi*” do *Valerioduto* assumiu dois modelos diferentes. No mais usual, considerado **padrão**, o dinheiro repassado aos beneficiários foi retirado diretamente das contas correntes das agências de publicidade do Sr. Marcos Valério.<sup>233</sup>

---

<sup>230</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. II, p. 515.

<sup>231</sup> Em outros fatos levantados, como concorrências duvidosas nos Correios, não ficou provado o vínculo direto com o esquema de mesadas.

<sup>232</sup> DUTRA, op. cit., p. 17.

<sup>233</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. II, p. 703.

Mais adiante, tratando dos supostos empréstimos que visavam ocultar a origem e o destino dos recursos, afirma:

Importante ressaltar que as agências de publicidade que figuram nos simulacros de empréstimo não fizeram a contabilização respectiva. Por exemplo, os dados correspondentes aos valores repassados ao PT somente foram lançados na contabilidade das empresas tardiamente, e em razão do início da investigação por parte da CPMI dos Correios.<sup>234</sup>

No livro sobre o complexo Ipes/Ibad, Dreifuss já havia relatado esse tipo de ação:

Uma forma muito importante de camuflar doações era através de empresas de relações públicas e de propaganda que controlavam os chamados “orçamentos invisíveis” de grandes corporações, orçamentos estes que representavam vultosas somas de dinheiro.<sup>235</sup>

Em julho de 2005, quando o escândalo do Mensalão começava a ser desvendado, o jornalista Claudio Abramo, diretor-executivo da organização não-governamental Transparência Brasil, escreveu:

[...] O poder corrosivo da publicidade na área política, que se inicia nas campanhas eleitorais e se estende para as injustificáveis verbas publicitárias de organismos públicos (que, como se vê, prestam-se idealmente à lavagem de dinheiro), passam também pela formulação de políticas.

[...]

Não existe notícia de alguma licitação pública na área de publicidade que não seja direcionada. Alguém alguma vez ouviu dizer de uma agência que fez campanha de um candidato majoritário vitorioso e que não tenha depois vencido licitações para as contas publicitárias dos governos correspondentes?<sup>236</sup>

Abramo deu, nesse artigo, algumas sugestões para reduzir os problemas na publicidade pública. A Associação Brasileira das Agências de Publicidade (Abap) também apresentou propostas nesse sentido à CPMI<sup>237</sup>, e a própria Comissão elaborou um projeto de restrição dos gastos públicos nessa área. Interessante é que a justificativa do projeto registra a ocorrência de uma mudança no padrão da corrupção envolvendo recursos públicos no Brasil:

---

<sup>234</sup> Idem, vol. III, p. 1603.

<sup>235</sup> DREIFUSS, op. cit., p. 204.

<sup>236</sup> ABRAMO, Claudio Weber. *Publicidade, uma atividade questionável*. In Observatório da Imprensa na Internet, edição 338, 19/07/05 (disponível em [www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br](http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br); último acesso: 27/02/07).

<sup>237</sup> LEMOS, Alexandre. *Abap sugere mudanças nas licitações à CPMI dos Correios*. (Disponível em [www.portaldapropanda.com](http://www.portaldapropanda.com); último acesso: 28.02.07).

É sabido, após os trabalhos de investigação da CPMI dos Correios, que a maior parte dos recursos públicos desviados são provenientes de verbas de publicidade. **Isso denota uma evidente migração do foco da corrupção das licitações de obras públicas, quando surgiram escândalos como o do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo – TRT-SP –, para as licitações de campanhas publicitárias, cujo controle é certamente mais difícil devido à grande parcela de subjetividade envolvida** (grifo nosso).<sup>238</sup>

Sem dúvida, é uma constatação importante, a merecer maior estudo, que não constitui o foco deste trabalho. Vale observar, contudo, que tanto o projeto da CPMI quanto as sugestões de Abramo e da Abap dirigem-se às relações entre agências e governos, mas não tratam do papel que essas empresas podem desempenhar na escamoteação de recursos oriundos de caixa dois da área privada e destinados à corrupção política, como, segundo as investigações, fizeram a Promotion, nos anos 60, e a SMP&B, recentemente. A ação das agências de publicidade envolvidas nos episódios do Ibad e do Mensalão contrariou até mesmo a expressão que as qualifica, pois, ao invés de dar a público, trataram de esconder.

---

<sup>238</sup> CPMI DOS CORREIOS, vol. III, p. 1775.

## CONCLUSÃO

Talvez o primeiro impulso à realização deste trabalho tenha sido a reiterada afirmação pela imprensa nacional, à época das denúncias do Mensalão, de que “nunca” acontecera algo igual no País. Esse é um mote muito caro aos jornalistas, que vivem da notícia, do novo; o que nunca aconteceu tem, em geral, mais peso jornalístico do que o fato repetido, e simplifica a tarefa diária de atrair o público.

Nem sempre é verdade, porém. Algo igual não aconteceu, se admitirmos que a história nunca é exatamente a mesma; mas semelhante, similar, provavelmente sim, e não apenas no Brasil, também em muitos outros países, inclusive algumas das mais respeitadas democracias modernas.

(Aqui é preciso fazer um parêntese: dizer isso não significa, de nenhuma forma, apoiar, justificar ou tolerar o ocorrido; crimes são crimes, por mais que se repitam, e devem merecer da sociedade amplo repúdio e adequada punição).

Em 1951, discutindo os estudos de Ostrogorski sobre os partidos ingleses, Duverger comentou que, a se dar crédito ao autor russo,

[...] a corrupção teria ocupado lugar assaz importante no desenvolvimento dos grupos parlamentares britânicos. Por muito tempo, os ministros britânicos asseguravam a si sólidas maiorias mediante a compra dos votos, se não das consciências dos deputados. A coisa era oficiosa: havia na própria Câmara um guichê onde os parlamentares iam receber o prêmio do seu voto na ocasião do escrutínio. Em 1714 foi criado o posto de secretário político da tesouraria a fim de assumir os encargos dessas operações financeiras [...].<sup>239</sup>

Nem seria preciso ir tão longe, porém, para buscar exemplos. Na Itália, na França, na Alemanha, nos Estados Unidos, surgem, de tempos em tempos, denúncias consistentes de corrupção eleitoral e parlamentar.

No Brasil, também se fala bastante de abuso do poder econômico com fins políticos, e essa poderia ser uma das objeções iniciais à comparação empreendida neste trabalho: Ibad e Mensalão representariam apenas manifestações de uma prática comum em quase todas as eleições. Deve ter ficado claro ao longo dos três capítulos anteriores, entretanto, que esses

---

<sup>239</sup> DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 2. ed., 1980, p. 22. O livro a que Duverger se refere é OSTROGORSKI, M. *La démocratie et l'organisation des partis politiques*. Paris: Calmann-Lévy, 1903. Uma abordagem concisa do papel dos partidos e das visões de



dois esquemas se diferenciam dos demais – e se aproximam um do outro – por serem tentativas de controle em larga escala das decisões legislativas, com coordenação central, objetivo político, recursos abundantes e de origem dissimulada, ocorridos em momentos políticos e quadros institucionais semelhantes, embora separados no tempo por mais de 40 anos.

Já que o estudo toca a área criminal, embora não seja a respeito dela, talvez caiba dizer que igualar Ibad e Mensalão a tentativas isoladas de favorecer irregularmente um ou outro candidato, esperando do eleito alguma retribuição, seria algo como não perceber a diferença entre crime organizado e furto comum – ainda que ambos mereçam a devida punição.

Mesmo que sejam diferentes dos demais, porém, a que pode levar a comparação entre Ibad e Mensalão?

É ainda do meio criminal que surgem argumentos para uma primeira resposta.

No início de sua carreira jornalística, na década de 70, o autor deste estudo atuou na reportagem policial e muitas vezes ouviu, de experientes delegados, comissários e investigadores, que o crime mais difícil de desvendar é o isolado, o que ocorre uma vez só; a repetição, garantiam eles, é que acaba deixando pistas, fornecendo indícios e permitindo, afinal, construir o perfil do crime e dos criminosos.

Melhor deixar essa área, no entanto, e repisar a observação de Cardoso, citada na introdução, sobre o uso da comparação em História como substitutivo para o modelo lógico da experiência controlada de laboratório. Comparando os dois episódios é que se pode perceber se o desenho das instituições, as circunstâncias políticas, os propósitos e os métodos empregados assinalam um padrão, aparecem em ambas as tentativas, e se, de alguma forma, induzem ou facilitam a pretensão de controlar irregularmente as decisões legislativas.

Parece claro que o quadro institucional vigente no País – ao reforçar a necessidade de entendimento entre Executivo e Legislativo –, conjugado com governos sem maioria sólida – situação provável num ambiente multipartidário – e que pretendam realizar mudanças importantes, abre uma possibilidade tentadora para iniciativas dessa espécie, com o objetivo de barrar ou facilitar as reformas.

A propósito dessa combinação, Lucia Hippolito comenta:

Desde a promulgação da Constituição de 88, toda coalizão vitoriosa que assume a presidência da República está condenada a ser refém da “maldição dos três quintos”. Isto porque o texto constitucional é um verdadeiro programa de governo, muito mais do que uma declaração de princípios. Tem metas econômicas e sociais a serem atingidas, diretrizes de políticas públicas, propostas de inclusão social e assim por diante.

Ora, cada aliança vitoriosa tem, ela própria, um programa de governo, que foi proposto na campanha eleitoral e aprovado pelo eleitorado. Por isso ganhou a eleição. Para cumprir seu programa, o novo presidente tem, necessariamente, que propor alterações na Constituição. Por isso fica refém da “maldição dos três quintos”; isto é, precisa construir uma maioria no Congresso que lhe dê, no mínimo, 308 votos na Câmara dos Deputados, o famoso quórum de três quintos para aprovar uma emenda constitucional. [...].<sup>240</sup>

Não se trata aqui, todavia, de defender mudança na regra ou “maldição” dos três quintos. Na realidade, ela é menos rigorosa do que a prevista na Constituição de 46, que exigia dois terços, e não tem impedido freqüentes mudanças na Carta de 88, já emendada dezenas de vezes. Do mesmo modo, não cabe simplesmente condenar o presidencialismo de coalizão e sair em busca de fórmulas novas para o arranjo institucional. Como diz Abranches:

Muitos analistas tendem a interpretar a história institucional brasileira no sentido da inadequação, seja do presidencialismo, seja da representação proporcional, para a estabilidade democrática. [...] Ao contrário, sustento que, de um lado, esta tradição político-institucional responde à específica dinâmica social do País. [...] De outro lado, não há evidência de que a solução parlamentarista ou a representação majoritária, ou mesmo o bipartidarismo, pudessem oferecer salvaguardas suficientes à instabilidade e à exacerbação do conflito.<sup>241</sup>

Logo, bradar por reforma política e tratar de implementá-la de qualquer jeito pode não resolver nada. Mudanças isoladas feitas ao longo dos anos têm procurado, por exemplo, aumentar o controle sobre os gastos eleitorais, num esforço meritório, mas de resultados inferiores aos desejados. Talvez valha a pena pensar se será possível acabar com o caixa dois na política enquanto essa prática for comum em grandes empresas, como ficou evidente no episódio do Ibad, há mais de 40 anos, e no do Mensalão, recentemente.

Nos dois casos, aliás, chama a atenção o fato de que a descoberta não se deu por nenhum meio de controle legalmente estabelecido. O Ibad veio à tona como organismo de

---

*Política*. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2006, p. 112-9.

<sup>240</sup> HIPPOLITO, op. cit., p. 203-4.

<sup>241</sup> ABRANCHES, op. cit., p. 32.

corrupção porque fez jorrar dinheiro em demasia, colocou-se sob os holofotes; o Mensalão, porque a certa altura alguns de seus participantes transformaram-se em inimigos.

Encontrar soluções para isso, buscar controles eficientes é tarefa da sociedade e do Congresso – vai muito além dos limites deste estudo. O que se pretendeu aqui foi apenas colocar lado a lado dois episódios de aparência dispar, mas, no conteúdo, com muitas semelhanças. Há sim, entre eles, um padrão, ou seja, um parece servir de modelo para o outro: o quadro institucional é semelhante, os momentos políticos também, os propósitos e os métodos se equivalem. Ao menos, é o que pensa – e espera ter demonstrado – o autor.

Se tal demonstração de fato ocorreu, talvez possa estar aí uma contribuição para novos estudos visando ao aperfeiçoamento do processo legislativo e das normas eleitorais, tornando-os menos suscetíveis a “assaltos” como os descobertos em 1963 e 2005.

Quando este trabalho já estava em andamento, com grande parte do material de referência devidamente identificada e a redação iniciada, o autor tomou conhecimento de uma entrevista dada pelo então ministro da Controladoria-Geral da União (e depois ministro da Defesa), Waldir Pires, ao *site No Mínimo*, que a divulgou em 18 de julho de 2005. Na ocasião, Pires (que, no governo Goulart, era consultor-geral da República), citou o Ibad para explicar por que não considerava o Mensalão um fato novo:

Isso não é novidade nesse país. Eu conheço o mensalão há mais de 40 anos. Eu escrevi o decreto com que o presidente João Goulart cassou o Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática), que tinha dinheiro estrangeiro e nacional que era transferido, mensalmente, ou periodicamente, para deputados e senadores se elegerem e impedirem que o Congresso Brasileiro pudesse ter uma composição mais progressista naquela ocasião. Era uma coisa escandalosa e comprovadíssima. Eu conheço isso há mais de 40 anos.

242

Dito pelo único personagem que integrava o primeiro escalão do governo nas duas épocas aqui estudadas, isso indica que comparar os episódios do Ibad e do Mensalão, como se propôs este trabalho, pode não ter sido, afinal, uma idéia despropositada.

---

<sup>242</sup> RYFF, Luiz Antonio. *Nadando contra o mar de lama*. No Mínimo Reportagem, 18/07/2005 (disponível em [www.nominimo.ig.com.br](http://www.nominimo.ig.com.br); último acesso: 26/02/07). Diversas tentativas de ouvir o ministro a esse respeito, feitas pelo autor do presente trabalho, não tiveram sucesso, talvez pela coincidência com o momento em que sua Pasta estava diretamente envolvida na crise do setor aéreo brasileiro.

## Referências

### **1. Documentos**

#### **1.1. Episódio do Ibad**

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Notas taquigráficas do Plenário: discurso do deputado João Mendes sobre as conclusões da CPI do Ibad*. Brasília: Diário do Congresso Nacional, 14/12/1963, Seção I, Suplemento, p. 9-11 (disponível também em [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br); último acesso: 16/02/07).

CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Relatório final da CPI do Ibad (Projeto de Resolução nº 35, de 1963, parecer do relator e declarações de voto)*. Brasília: Diário do Congresso Nacional, 14 de dezembro de 1963, seção I, p. 9937-63 (disponível também em [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br); último acesso: 16/02/07).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto nº 53.042, de 28/11/1963*. Diário Oficial da União, Seção I. Brasília 29/11/1963.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto nº 52.425, de 31/8/1963*. Diário Oficial da União, Seção I. Brasília, 02/09/1963.

#### **1.2. Episódio do Mensalão**

CONGRESSO NACIONAL. *Relatório final da CPMI dos Correios*. Brasília: Diário do Senado Federal, atas e notas taquigráficas – CPMI dos Correios, vol. I/IX, ano LXI, sup. ao n. 120, 18/07/06 (disponível também em [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br); último acesso: 16/02/07).

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA. *Denúncia ao Supremo Tribunal Federal nos autos do Inquérito nº 2245*. Brasília: 2006, p. 11-2 (disponível em [www.pgr.mpf.gov.br](http://www.pgr.mpf.gov.br); último acesso: 16/02/07).

### **2. Livros**

#### **2.1 Episódio do Ibad e governo Goulart**

ABREU, Alzira Alves de [et al.]. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001, 2. ed.

ABREU, Alzira Alves de. *1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart*. In Marieta de Moraes Ferreira (coord.), *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

AGEE, Philip. *Dentro da “Companhia”: diário da CIA*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964*. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: EdUnB, 7ª ed., 2001.

BARBOSA, Antonio J. *Parlamento, política externa e o Golpe de 1964*. In Estevão C. de Rezende Martins (org.), *Relações internacionais: visões do Brasil e da América Latina*. Brasília: Funagri/Ibri, 2003.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República*, vol. 4, *De Jânio Quadros a Costa e Silva: 1961-1967*. São Paulo: Alfa-Omega, 4. ed., 1975-76.

BASTOS, Aurélio Wander. *Autoritarismo e Parlamentarismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Liber Juris, 1993.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *A UDN e o udenismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CASTELLO BRANCO, Carlos. *Introdução à Revolução de 1964: a queda de João Goulart* (2º tomo). Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

CHIAVENATO, Júlio José. *O golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 10. imp., 1999.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia*. In Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (org.), *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (O Brasil Republicano; v.3)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

DREIFUSS, René Armand. *1964: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 3. ed., 1981.

DUTRA, Eloy. *Ibad: sigla da corrupção*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FERREIRA, Jorge. *O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964*. In Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Neves Delgado (org.), *O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964 (O Brasil Republicano; v.3)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GOMES, Angela de Castro. *Memórias em disputa: Jango, ministro do Trabalho ou dos trabalhadores?* In Marieta de Moraes Ferreira (coord.), *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GORDON, Lincoln. *A segunda chance do Brasil: a caminho do primeiro mundo*. São Paulo: Senac, 2002.

HUGGINS, Martha K. *Polícia e política: relações Estados Unidos/América Latina*. São Paulo: Cortez, 1998.

JUREMA, Abelardo. *Sexta-feira, 13 – Os últimos dias do governo João Goulart*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 2. ed., 1964.

KOZAK, Jan. *O assalto ao Parlamento*. Rio de Janeiro: 3.ed., Ibad, 1962.

MELO, Hildete Pereira de; BASTOS, Carlos Pinkusfeld; ARAÚJO, Victor Leonardo. *A política macroeconômica e o reformismo social: impasses de um governo sitiado*. In Marieta de Moraes Ferreira (coord.), *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 79-106.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil, a vida de Assis Chateaubriand*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

OLIVEIRA, Paulo Affonso Martins de. *O Congresso em meio século: depoimento a Tarcísio Holanda*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2005.

PARKER, Phyllis R. *1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de estado de 31 de março*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

RYFF, Raul. *O fazendeiro Jango no governo*. Rio de Janeiro: Avenir, 1979.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Sessenta e quatro: anatomia da crise*. São Paulo: Vértice, 1986.

SILVA, Hélio. *1964: golpe ou contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SILVA, José Wilson da. *O reacionarismo militar na Terra de Santa Cruz*. Porto Alegre: Sulina, 1989.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 7. ed., 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Os senhores das Gerais: os Novos Inconfidentes e o golpe militar de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. São Paulo: Globo, 3. ed., 1999.

WALTERS, Vernon Anthony. *Missões silenciosas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

## **2.2 Episódio do Mensalão e governo Lula**

ATTUCH, Leonardo. *A CPI que abalou o Brasil: os bastidores da imprensa e os segredos do PT*. São Paulo, Futura, 2006.

CAMAROTTI, Gerson; PEÑA, Bernardo de la. *Memorial do Escândalo: os bastidores da crise e da corrupção no governo Lula*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

CAVALCANTI, Luiz Otávio. *Como a corrupção abalou o governo Lula*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.

HIPPOLITO, Lucia. *Por dentro do governo Lula: anotações num diário de bordo*. São Paulo: Futura, 2005.

## **2.3 Ciência Política**

DUVERGER, Maurice. *Os partidos políticos*. Rio de Janeiro: Zahar; Brasília: Universidade de Brasília, 2. ed., 1980.

NOGUEIRA FILHO, Octaciano da Costa. *Introdução à Ciência Política*. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2006.

OSTROGORSKI, M. *La démocratie et l'organisation des partis politiques*. Paris: Calmann-Lévy, 1903.

## **2.4 História do Brasil**

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Fundação do Desenvolvimento da Educação, 6. ed., 1998.

NETO, Casimiro Pedro da Silva. *A construção da democracia: síntese histórica dos grandes momentos da Câmara dos Deputados, das assembleias nacionais constituintes e do Congresso Nacional*. Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.

## **2.5 Legislação**

BALEEIRO, Aliomar; SOBRINHO, Barbosa Lima. *Constituições brasileiras: 1946* (vol. V). Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006.

## **2.6 Teoria e metodologia**

BOOTH, W.C.; COLOMB, G.G.; WILLIAMS, J.M. *A arte da pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Uma introdução à História*. São Paulo: Brasiliense, 7. ed., 1988.

DEMO, Pedro. *Metodologia do Conhecimento Científico*. São Paulo: Atlas, 2000.

## **3. Periódicos (impressos ou em meio eletrônico)**

### **3.1 Episódio do Ibad e governo Goulart**

ALMEIDA, Alberto Carlos. *O período parlamentarista republicano: instituições híbridas e oposição ao sistema de governo*. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, 1995, n. 4/5, p.131-48.

ALTMAN, Fábio. *O golpe militar era inevitável?* São Paulo: Revista Época, ano IV, n. 202, pp. 42-49, 1º de abril de 2002.

BESSONE, Darcy. *Regime parlamentar na República e a experiência do Ato Adicional nº 4*. Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 149-165, 1995.

GARCIA, Roberto. Castello perdeu a batalha. São Paulo: Revista Veja, n. 444, 09/03/1977.

JAKOBSKIND, Mário Augusto. *Nos tempos da UDN - Um pouco de história para entender a política atual*. In Observatório da Imprensa na Internet, edição 373, 18/04/06 (disponível em [www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br](http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br); último acesso: 28/02/07).

TOLEDO, Caio Navarro de. *1964: o golpe contra as reformas e a democracia populista*. Revista de Sociologia e Política. São Paulo, n. 2, 1994.

### **3.2. Episódio do Mensalão e governo Lula**

ABRAMO, Claudio Weber. *Publicidade, uma atividade questionável*. In Observatório da Imprensa na Internet, edição 338, 19/07/05 (disponível em [www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br](http://www.observatorio.ultimosegundo.ig.com.br); último acesso: 27/02/07).

ABREU, Beatriz. *CNT/Sensus mostra Lula dez pontos à frente de Serra na simulação de segundo turno*. Agência Estado, 13/02/06 (disponível em [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br); último acesso: 24/02/07).

BERABA, Marcelo. *Crítica diária*. Folha Online – Ombudsman - Crítica Diária. 04/11/2005 (disponível em [www.folha.com.br](http://www.folha.com.br); último acesso: 24/02/07).

MACHADO, Antônio. *E Lula respira*. Brasília: Correio Braziliense, Coluna Brasil S.A., 13/07/2005.

RYFF, Luiz Antonio. *Nadando contra o mar de lama*. No Mínimo Reportagem, 18/07/2005 (disponível em [www.nominimo.ig.com.br](http://www.nominimo.ig.com.br); último acesso: 26/02/07).

SADER, Emir. *Governo Lula: uma “terceira via” cada vez mais contestada*. Le Monde Diplomatique, janeiro 2005 (disponível em [www.diplo.uol.com.br](http://www.diplo.uol.com.br); acesso em 21/11/06).

VALOR ECONÔMICO. São Paulo, 01/03/04.

### **3.3. Ciência Política**

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson de. *Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro*. Rio de Janeiro: Dados - Revista de Ciências Sociais, vol. 31, n. 1, p. 5-33, 1988.

LIMONGI, Fernando, e FIGUEIREDO, Argelina. *Bases institucionais do presidencialismo de coalizão*. São Paulo: Lua Nova - Revista de Cultura e Política, n. 44, 1998.

## **4. Outras fontes eletrônicas**

### **4.1 Dados eleitorais**

NICOLAU, Jairo. *Banco de dados 1945-1962*: [www.jaironicolau.iuperj.br](http://www.jaironicolau.iuperj.br)

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL: [www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)

### **4.2 Propaganda**

[www.portaldapropaganda.com](http://www.portaldapropaganda.com)



### **4.3 Televisão**

[www.tudosobretv.com.br](http://www.tudosobretv.com.br) . *História da televisão no Brasil.*

[www.telehistoria.com.br](http://www.telehistoria.com.br) . *História da televisão: emissoras.*